

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

**MARIA EDUARDA CARNEIRO DA SILVA**

"UMA MULHER DURA CERCADA DE HOMENS MEIGOS":

Análise de percepções sobre a violência política de gênero como opressão comum entre  
mulheres parlamentares e militantes de movimentos sociais no Rio Grande do Sul

PORTO ALEGRE

2023

Maria Eduarda Carneiro da Silva

"UMA MULHER DURA CERCADA DE HOMENS MEIGOS": Análise de percepções sobre a violência política de gênero como opressão comum entre mulheres parlamentares e militantes de movimentos sociais no Rio Grande do Sul

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Orientador/a: Profa. M<sup>a</sup> Giovanna Migliori Semeraro

Porto Alegre

2023

## Ficha Catalográfica

SILVA, Maria Eduarda Carneiro.

"UMA MULHER DURA CERCADA DE HOMENS MEIGOS": Análise de percepções sobre a violência política de gênero como opressão comum entre mulheres parlamentares e militantes de movimentos sociais no Rio Grande do Sul / Maria Eduarda Carneiro da Silva. Porto Alegre: Flacso/FPA, 2023.

Quantidade de folhas f.:il 124

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría en Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2023.

Orientadora: Profa. M<sup>ª</sup> Giovanna Migliori Semeraro

Maria Eduarda Carneiro da Silva

"UMA MULHER DURA CERCADA DE HOMENS MEIGOS": Análise de percepções sobre a violência política de gênero como opressão comum entre mulheres parlamentares e militantes de movimentos sociais no Rio Grande do Sul

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Aprovada em 11 de setembro de 2023.

---

Profª. M<sup>a</sup>. Giovanna Migliori Semeraro (Orientadora)  
FLACSO Brasil/FPA

---

Profª. Dra. Salete Sirlei Valesan Camba  
FLACSO Brasil

---

Profª. Dra. Simone Valdete dos Santos  
PPGEDU/UFRGS

---

Profª. Dra. Denise Maria Mantovani  
Ministério da Saúde

“Em condições de poder, a mulher deixa de ser vista como objeto frágil e isso é imperdoável. Aí começa a história da mulher dura. É verdade: eu sou uma mulher dura cercada de homens meigos”

- Dilma Rousseff

Dedico este trabalho a todas as mulheres que, como eu, ousam tentar mudar o mundo por meio da militância política e que sofrem as consequências desta decisão, seja explícita ou de forma velada, mesmo em espaços pró-feministas.

Que este trabalho possa trazer luz a esta problemática e contribua para desarmar quem utiliza da violência política de gênero para afastar as mulheres da política. Em especial às minhas companheiras, para que nenhuma outra mulher passe pelo que passamos.

## AGRADECIMENTOS

Faz 8 anos que sou militante organizada. Neste período construí um partido e três movimentos sociais, sendo dois de juventude. Em todas essas organizações tive grandes referências mulheres, e ver o crescimento e as dificuldades delas me inspiraram a escrever sobre esse tema que é tão delicado, pois ao passo que temos a responsabilidade militante de preservar as nossas organizações, vemos cotidianamente mulheres com um potencial gigantesco sendo afastadas da política vítimas de violências. Para as mulheres que construíram comigo o Movimento Mudança, o Levante Popular da Juventude, que hoje constroem o Movimento Brasil Popular e o Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras, que dedicam a vida na luta por um país em que caibam os nossos sonhos, que todos os dias abrem caminhos para que mais mulheres ocupem a política, deixo meus agradecimentos e desejo profundo de que nenhuma outra mulher passe pelo que nós passamos, dentro e fora das organizações.

No início do ano eu recebi uma carta que citava a trajetória da militante Zilda Xavier, que enfrentou a ditadura civil-militar brasileira, compartilhando comigo que Zilda trocava cartas com a filha quando estava na prisão e a chamava de filha-companheira, e seus filhos a chamavam de mãe-companheira. Na carta, eu fui chamada de amiga-companheira. Não é simples encontrar isso. A política não é fácil com as mulheres. O mundo também não. A carta concluía dizendo que amizades femininas por si só já são um progresso, mas que amigas-companheiras é a certeza de que a revolução vai chegar. Essa carta foi escrita pela minha grande amiga-companheira Carolina Lima, que além de ser uma grande dirigente, ter me orientado nos últimos 5 anos, também topou compartilhar a sua trajetória para a produção dessa pesquisa. Obrigada Carol! Na amizade e companheirismo que a gente construiu eu consigo ver todos os dias a força e a beleza do projeto popular.

Eu tenho uma dificuldade muito grande com a autoestima acadêmica. Não gosto das minhas produções. Sempre acho que não vou conseguir, e sofro muito antes de iniciar o processo de produção. Esse ano, achei que tudo fosse dar errado, senti ansiedade, um medo profundo e uma tristeza imobilizadora, achei que não ia conseguir desenvolver esse trabalho. E mais uma vez o brilho, a assertividade, o apoio e o carinho dela que tem alegria até no nome - Yolene Camisolão - me trouxeram de volta pro eixo. Yo, tua amizade, afeto, apoio, e suporte emocional, foram essenciais para que eu conseguisse desenvolver esse trabalho. Só de te escrever relatando os meus processos produtivos já ajudava a organizar a minha cabeça.

Obrigada pela paciência, pela escuta, e por ser esse ponto de sanidade no meio da minha bagunça acadêmica.

Na minha época de graduação meus amigos comentavam que citar a pessoa com quem estamos nos relacionando nos agradecimentos de um trabalho científico é como fazer uma tatuagem acadêmica: uma marca permanente e completamente desaconselhável. Bom, não tenho tatuagens, mas neste período cursando o mestrado eu tive o apoio e o afeto de uma pessoa muito especial, que me acolheu quando eu estava triste, que me estimulou a produzir, que cobrou que eu cumprisse às minhas promessas, os meus prazos e que dentro da sua fé pediu por mim. Vou chamar aqui de meu *premium plus*, Matheus Velasques, obrigada.

Eu preciso agradecer profundamente a uma das iniciativas internas mais bonitas do PT, que estimula a formação da militância, a Fundação Perseu Abramo (FPA), que financiou a minha bolsa de mestrado na FLACSO. Muito obrigada ao PT e a FPA. Também gostaria de deixar registrado a quão grata eu sou a coordenação do programa de *Estado, Gobierno y Políticas Públicas* da FLACSO, que sempre foram atenciosos, acolhedores e, nos momentos que precisei, me orientaram da melhor forma para que eu conseguisse concluir e defender esta dissertação. À minha amiga Gabriela Pretto e à professora Simone Valdete por terem revisado meu projeto para a seleção, quando eu estava insegura. À companheira e colega Micheline pelas trocas nos momentos de desespero.

Às mulheres que toparam colaborar com essa pesquisa compartilhando a sua trajetória, percepções e pontos de vista. Me emocionei com cada uma de vocês, de cada conversa eu saí querendo ficar muitas horas a mais conversando e escutando o que vocês tinham a dizer. Muito obrigada Stela Farias, Bruna Rodrigues, Delegada Nadine, Silvia, Sabrina e Carol. Obrigada pela disponibilidade, por abrir espaço nas agendas, que sei o quão corrida é, e pela coragem de falar sobre algo tão delicado.

À minha orientadora Giovanna Migliori Semeraro, eu que estava uma pilha de ansiedade, a cada e-mail teu me tranquilizava mais e passava a acreditar que era possível. Chegamos até aqui. Obrigada!

Sempre que alguém conhece a minha família pensa “não tinha como ser diferente!”. Eu tive sorte. Nos últimos anos muitos amigos se afastaram ou romperam com familiares por divergências políticas, já eu, foi dentro de casa que fortaleci ainda mais minhas convicções e tive a certeza de estar do lado certo da história. Logo, concluo com um grande agradecimento a eles que me forjaram nas lutas, que me criaram com os valores da solidariedade como



ferramenta política, da rebeldia e do desejo profundo de transformação. Mãe, Pai, Mano e mais uma família inteira de companheiros. É isso que eu chamo de sorte.

## **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo analisar os pontos comuns nos processos de violência política de gênero vividos por parlamentares e militantes de movimentos sociais, no contexto do Rio Grande do Sul, de 2018 a 2022. Para tanto, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas e análise dos discursos de três deputadas estaduais em exercício e três militantes de movimentos sociais com tarefas de direção, que expressam suas experiências e percepções sobre o tema no desempenho de suas funções. Ademais, visa a contribuir para o enfrentamento da expressão do machismo que tolhe a participação política das mulheres, por meio do seu estudo e denúncia; a, identificar e registrar os principais debates teóricos e normativos em torno do fenômeno da violência política de gênero contra as mulheres no Brasil; e evidenciar e caracterizar as diversas formas de manifestação da violência política de gênero contra mulheres parlamentares e ativistas no Brasil, em geral, e no Rio Grande do Sul em particular. Por fim, discutir, analítica e criticamente - à luz dos estudos feministas e estruturalismo construtivista de Pierre Bourdieu - os impactos da violência política contra as mulheres para o exercício de sua cidadania e para o desenvolvimento democrático.

Palavras-chave: Violência Política de Gênero; Mulheres na Política; Violência Política Contra às Mulheres;

## **ABSTRACT**

This study aims to analyze what is common in the processes of violence against women in politics experienced by parliamentarians and social movement activists, in the context of Rio Grande do Sul, from 2018 to 2022. For this purpose, semi-structured interviews and analysis were carried out. Analysis from the speeches of three current state deputies and three activists of social movements with leadership tasks, who express their experiences and perceptions on the subject in the performance of their functions. Furthermore, it aims to contribute to confronting the expression of sexism that prevents women's political participation, through its study and denunciation; a, identify and register the main theoretical and normative debates around the phenomenon of political gender violence against women in Brazil. Finally, discuss, analytically and critically - in the light of feminist studies and Pierre Bourdieu's constructivist structuralism - the impacts of political violence against women on the exercise of their citizenship and democratic development.

Key words: Gender Political Violence; Women in Politics; Political Violence Against Women

## **LISTA DE SIGLAS**

EC - Emenda Constitucional;

FGV - Fundação Getúlio Vargas;

MAM - Movimento pela Soberania Popular na Mineração;

MMC - Movimento de Mulheres Camponesas;

MMM - Marcha Mundial de Mulheres;

MST - Movimento dos Trabalhadores sem Terra;

PC do B - Partido Comunista do Brasil;

PEC - Proposta de Emenda Constitucional;

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira;

PT - Partido dos Trabalhadores;

TSE - Tribunal Superior Eleitoral ;

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>1. EXPRESSÕES DE VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO: Institucionalidade X Militância;</b>	<b>20</b>
1.1 VIOLÊNCIAS CULTURAIS GANHAM ESPAÇO NA POLÍTICA;	27
1.2 VIOLÊNCIA POLÍTICA NA LITERATURA: QUADRO TEÓRICO;	30
1.3 TIPOS DE VIOLÊNCIA POLÍTICA E MARCO LEGAL;	38
1.4 SEM MULHER NÃO HÁ DEMOCRACIA!	43
<b>2. CONVIVENDO COM A VIOLÊNCIA NA POLÍTICA: Pontos comuns entre parlamentares e militantes;</b>	<b>47</b>
2.1 METODOLOGIA E PERFIL DAS ENTREVISTADAS;	47
2.2 TU VAIS ENCONTRANDO O TEU LUGAR: Entrada na política, trajetórias, percepções sobre 2018 a 2022 e relação com o movimento de mulheres;	50
2.3 PRODUÇÃO DE SENTIDO: Percepções sobre a política, ser mulher no parlamento e movimento social;	64
2.4 UMA CHEGADA NECESSÁRIA: Participação política feminina e dificuldades;	75
2.5 ‘TÁ BEM MÃE, MAS TENTA VOLTAR SEMPRE!’: A família, a ausência, e a culpa;	83
2.6 ASSIM COMO TEM OPOSIÇÃO TEM SOLIDARIEDADE: Percepção sobre às violências e reações (apoios e medidas jurídicas);	88
2.7 O BERÇO DAS VIOLÊNCIAS POLÍTICAS: Percepções sobre o partido, os recursos;	96
2.8 DA GATA DE BOTAS À “ESSA AÍ TÁ ACABADA”: Percepções sobre às narrativas e Arquétipos das mulheres na política;	99
2.9 “NA MINHA SIMPLICIDADE DE QUEM NÃO TEVE ESTUDO...”: Percepções sobre o conceito e sobre a lei 14.192;	104
2.10 “SE O CONGRESSO FOSSE MAJORITARIAMENTE FEMININO EU TENHO CERTEZA DE QUE SERIA DIFERENTE”: Percepções do que pode ser feito para mudar o cenário de violência;	108
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>112</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>117</b>

## INTRODUÇÃO

O Brasil tem em sua história marcas de atrocidades de todo o tipo. A política e os espaços de poder, em especial, foram consolidados com base em uma cultura de dominação e violência. O país vive uma realidade de extrema desigualdade, com o índice de gini<sup>1</sup> tendo chegado a 0,640 no 2º trimestre de 2021 segundo a FGV<sup>2</sup>, com altíssimos índices de truculência contra extratos da população que conformam maiorias sub representadas na política - mulheres, negros e negras, LGBTQIA+, indígenas, etc - sendo recordista em crimes de ódio, o que contradiz a leitura política hegemônica de liberdade e paz social.

Estas violências sociais encontraram espaço na política, estabelecendo uma cultura política violenta - considerando a perspectiva de cultura política de Giacomo Sani, que a compreende como “o conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos largamente compartilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objeto fenômenos políticos” (SANI, 1998, p. 306), de modo que a unidade social referida por Sani, ao normatizar o que é ou não aceitável como prática política, além de incluir “o direito-dever dos cidadãos a participar da vida política”, também delimita “a obrigação de aceitar as decisões da maioria e a exclusão ou não do recurso a formas violentas de ação.” (sic SANI, 1998, p. 306). Ou seja, a violência na política pode ser normalizada como um método de ação socialmente aceito, e, no caso brasileiro o é.

No cotidiano da política, as violências políticas contra as mulheres são muitas vezes invisibilizadas, vindo a causar algum impacto e sensibilização social somente em casos extremos que venham a “furar a bolha” das relações políticas e se tornando de conhecimento público.

Na dimensão política, o Brasil segue sendo um dos países mais letais, havendo altos índices de assassinatos de lideranças políticas, de ativistas de direitos humanos, de jornalistas, de camponeses, de ambientalistas - conforme noticiado por Nádia Pontes “Balanço da ONG Global Witness mostra que 20% dos assassinatos de defensoras e defensores do meio ambiente nos últimos dez anos ocorreram no Brasil” (Pontes. 2022). entre outras.

Na dimensão social, segundo o Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil, em 2022, o Brasil assassinou um LGBT I+ a cada 32 horas (Acontece, ANTRA,

---

<sup>1</sup> Índice que mede a desigualdade social. Calculado de 0 (em que todos teriam a mesma renda) a 1 (em que a concentração de renda é a mais dispar possível).

<sup>2</sup> Fundação Getúlio Vargas Social (FGV Social) <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2021-09/fgv-mais-pobres-sofrem-maior-impacto-na-pandemia> Acesso em 27/09/2021

ABGLT, 2023), ocorrem mais assassinatos de pessoas LGBTQIA+ aqui do que em países em que a homossexualidade é criminalizada (Rádio Senado, 2018)<sup>3</sup>, as taxas de feminicídios são alarmantes, conforme apontado pelo Dossiê Feminicídios desenvolvido pelo instituto Patrícia Galvão.

Existe uma falsa narrativa discursiva de que as opressões raciais, sexuais e de gênero no Brasil são veladas, com sentido figurado de “encoberto”, “escondido”, ou de forma sutil, como discute, Danielle Cony, no blog *blogueiras feministas*, em 2011:

“No Brasil há uma situação peculiar quando falamos de preconceito. Ninguém assume que é preconceituoso. Quantas vezes você já ouviu que não há racismo no Brasil? Mas os elevadores de serviço nunca foram desativados, não? Foi necessária uma lei específica para taxar o preconceito de classe e raça nos elevadores. Então, não temos preconceito ou só tentamos com muita força mascarar-lo? E digo que, assim como o racismo, o machismo está nos detalhes, nas pequenas coisas do dia-a-dia.” (Cony. 2011)

Ainda que haja machismo nos detalhes, a realidade, no entanto, mostra que não há nada mais exposto do que estas violências no nosso país. Realidade refletida em números, conforme o apurado pela ONG britânica *Words Heal the World* em que aferiu que em 2019 foram registrados 12.334 crimes de ódio no Brasil<sup>4</sup>.

As mulheres brasileiras, se comparado com outros países, tiveram uma entrada tardia na política, tendo acessado o direito político primário - o direito ao voto -, somente em 1932. Ademais, não faltaram medidas restritivas quanto ao exercício da cidadania política feminina, mediante a exigência da comprovação de vínculos trabalhistas, da posse de propriedade ou, mesmo, da autorização do marido para votar (ALVES, 1980). Ao longo do tempo houve poucos avanços nesse sentido, apesar da conquista do sufrágio, ainda não se pode considerar consolidados os direitos políticos das mulheres. Ainda que haja legislação prevendo cotas de gênero na política, a conquista do direito de ser votada pode ser questionada na medida em que ele não é aferido na realidade concreta, havendo, em julho de 2023, somente 17,5%<sup>5</sup> de representação na Câmara dos Deputados composta por mulheres. “Por fim, retornando à

---

<sup>3</sup> O Brasil é o país onde mais se assassina homossexuais no mundo. (Rádio Senado, 2018). Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2018/05/16/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-homossexuais-no-mundo>

<sup>4</sup><https://www.wordshealtheworld.com/words-heal-the-world/brasil-registra-mais-de-12-mil-crimes-de-odio-pelo-segundo-ano-consecutivo-e-o-numero-de-denuncias-quase-dobra/>

<sup>5</sup> <https://data.ipu.org/women-ranking?month=7&year=2023> Ranking mensal de mulheres nos parlamentos nacionais. Acesso em 25/07/2023.

questão do direito de voto, cabe afirmar que sem impeditivos legais para acessar cargos eletivos, as mulheres usufruem igualdade nesse campo, mas ainda como minoria na política.” (Prá. p, 31. 2013.)

Menos de um século se passou e ainda existem pouquíssimas mulheres parlamentares. Para garantir o mínimo de participação de mulheres nos pleitos, a lei nº 12.034/2009 alterou a lei dos partidos políticos - nº 9.504/1997 - passando a obrigar cada partido a indicar pelo menos 30% de mulheres<sup>6</sup> em suas chapas. E para diminuir a disparidade, em 2018, o plenário do TSE - Tribunal Superior Eleitoral - resolveu que os partidos deveriam direcionar 30% dos recursos do fundo para as candidaturas de mulheres. Apenas em julho de 2021 esta medida foi aprovada no senado em forma de Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 18/2021.

“o sufrágio feminino liberou o ingresso das mulheres nas estruturas político-eleitorais, porém representou apenas a primeira etapa para o exercício desse direito. Tal insuficiência exigiu outras etapas de luta e novos investimentos, entre eles o de implantação das cotas políticas de gênero” (PRÁ. p, 17. 2013.)

O fato de ser necessária uma lei para que pelo menos 30% dos recursos sejam reservados para as mulheres, uma lei para que haja pelo menos 30% de mulheres nas listas oferecidas pelos partidos para as disputas eleitorais, que haja denúncias de fraudes partidárias às cotas de gênero, mulheres sendo usadas para desvio de dinheiro do fundo ou para a viabilização de uma chapa, por si só já revelam a disparidade na forma como mulheres e homens são tratados no sistema político brasileiro.

“Afinal, a expansão da cidadania feminina, desencadeada com a obtenção do sufrágio e reforçada pelas cotas de gênero, não promoveu a inclusão política das mulheres a pleno título. Nesses termos, coube às teóricas feministas questionar “a legitimidade de uma democracia em que a maioria de suas instituições representativas exclui as mulheres, não legalmente, mas sim de fato” (Prá. p, 31. 2013. apud COBO)

Os dados e as leis citadas buscam combater o que pode ser caracterizado como violências simbólicas contra as mulheres - ou seja, quando símbolos de poder são utilizados para deslegitimar ou constranger geralmente uma classe já marginalizada.

“É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os «Sistemas simbólicos» cumprem a sua função política de

---

<sup>6</sup> No texto da referida lei, refere-se à “mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo”, contudo, na prática, visa garantir a representação de mulheres.

instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a «domesticação dos dominados>>.” (Bourdieu. p.11. 1989)

Este conceito, definido por Pierre Bourdieu, sociólogo francês, que defendeu que poder é simbólico, onde se constrói a realidade, tende a estabelecer uma ordem, o sentido imediato do mundo, um poder invisível, muitas vezes ignorado, ainda que presente em toda a parte. Entende que o poder simbólico é uma forma de estabelecer um processo de dominação, capaz de produzir efeitos reais ainda que não seja notado, tornando-se uma forma de Violência Simbólica - ocorre, por exemplo, quando alguém se utiliza da sua autoridade simbólica para deslegitimar - ou legitimar - algo que não contemple sua visão de mundo.

“Segundo destaca Bardall (2013), a sexualidade das mulheres é um símbolo potente, e ameaças de estupro contribuem para crenças de que estas são vulneráveis – e podem ser punidas por atos de agressão sexual. Indo além, afirma ainda que a mobilização de questões referentes à moralidade sexual feminina das mulheres que fazem política não é incomum.” (PINHO. p.9. 2020 apud BARDALL. 2013)

No caso da institucionalidade parlamentar, estas violências simbólicas entram também no bojo das violências políticas de gênero. Infere-se que a prática da violência contra as mulheres nos ambientes político-institucionais, em última instância, sustenta um cenário de desigualdade na representação política democrática, algo muito grave do ponto da consolidação da democracia. (SANCHEZ. p. 6. 2020) e também se manifesta em ambientes políticos não-institucionais, como em movimentos sociais, fruto das expressões estruturais de uma sociedade patriarcal. Em agosto de 2021, uma grande vitória do movimento de mulheres foi alcançada, a promulgação da lei nº 14.192, que estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher, no entanto, a referida legislação “cobre somente quem já possui a cobertura do estado” mulheres em situação de construção política institucional, deixando de fora mulheres que constroem política em ambientes não institucionais, conforme apontado no artigo 2º da lei 14.192/2021, Que estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher:

"Art. 2º Serão garantidos os direitos de participação política da mulher, vedadas a discriminação e a desigualdade de tratamento em virtude de sexo ou de raça no acesso às instâncias de representação política e no exercício de funções públicas." (BRASIL. 14.192/2021).



Nesse sentido, esta pesquisa busca analisar, no contexto do Rio Grande do Sul, as expressões de violência política de gênero como opressão que atinge tanto mulheres parlamentares quanto militantes dos movimentos sociais no cotidiano da política, não somente em período eleitoral. Para o desenvolvimento do trabalho, foram entrevistadas seis mulheres: três deputadas estaduais e três militantes do movimento social em tarefas de direção. Essas atrizes sociais, por meio dos seus depoimentos, estão atravessadas pela violência política de gênero de maneira muito semelhante, apesar das diferenças dos espaços que habitam, das funções que exercem, das relações de poder presentes nas instituições às quais têm acesso, das trajetórias de vida e dos marcadores sociais da diferença que possuem.

A legislação ainda modificou o código eleitoral, ao ter o cuidado de acrescentar como uma das formas de violência abrangidas pela legislação: “Divulgar, na propaganda eleitoral ou durante período de campanha eleitoral, fatos que sabe inverídicos em relação a partidos ou a candidatos e capazes de exercer influência perante o eleitorado” (BRASIL. 14.192/2021 modifica Lei nº 4.737 Art. 323). Decisão justificada pelo cenário social atual, em que, por conta da democratização do acesso e produção de informação provocado pela massificação do uso da internet e redes sociais, tornou ainda mais corriqueira a prática de calúnia e difamação para fins políticos, e mais latente os conflitos políticos e de gênero há muito existentes, exemplificados com o ocorrido em 2020 em que a então candidata a prefeitura de porto alegre, Manuela D’ávila conseguiu na justiça a remoção de mais de 500 mil notícias falsas de que foi vítima<sup>7</sup>.

“As “fake news” e outras diferentes formas de manipulação midiática tornaram-se uma das maneiras de disseminar ódio, violência e todas as formas de preconceito, um instrumento por excelência de ataque nessa época de grande predomínio das redes sociais. Neste contexto, a misoginia na sociedade, nas instituições e na mídia vem sendo uma poderosa arma de controle e dissuasão da atividade política das mulheres” (ROUSSEFF. p.49. 2021)

As Fake News, notícias falsas, tem como alvo preferencial as mulheres em situação eleitoral, mas também atinge, mulheres ativistas a fim de descredibilizá-las, como o caso da professora Lola Arnovich. Narrado no livro, *E se fosse você? Sobrevivendo às redes de ódio e fake News*, 2020, de Manuela d'Ávila.

“[...] Lola é professora no Ceará, seu trabalho é sobre literatura inglesa, cinema e questões de gênero. Há mais de uma década Lola mantém um blog sobre

---

<sup>7</sup><https://horadopovo.com.br/justica-determina-retirada-de-500-mil-fake-news-contra-manuela-das-redes-sociais/>

diversas paixões e também sobre feminismo. Dá para acreditar que uma professora que mantém um blog tem a família inteira em risco? A violência contra Lola começou em comentários nas postagens do blog que se referiram ao caso Eloá, passou por uma série de ameaças de morte e resultou na prisão de um homem. [...] Em outubro de 2015, os masculinistas criaram site falso e que Lola aparecia defendendo infanticídio de meninos, queima de Bíblias e vendendo medicação para realização de abortos. Tudo falso e muito atrelado à versão que a extrema direita queria que o Brasil tivesse sobre as feministas: aquelas que odeiam os homens das religiões. Até um link para o currículo de Lola estava anexado ao site. Grandes perfis nas redes, como o do vocalista da banda Ultraje a Rigor e de Olavo de Carvalho, legitimaram o conteúdo. Pronto. Lola foi chamada pelo Ministério Público para responder pelo conteúdo do site do qual era vítima. (D'ávila. p.53 e 54. 2020.)

Como lembra Márcia Tiburi, o discurso misógino “(...) faz parte da história do patriarcado, do sistema de dominação e dos privilégios masculinos, daquilo que podemos chamar de machismo estrutural, o machismo que petrifica a sociedade em sua base e impede transformações democráticas” (TIBURI, 2018, p. 106), estando presente em manipulações midiáticas que não se detêm apenas a notícias falsas mas em construções de narrativas negativas a fim de criar uma percepção de incapacidade da mulher ao fazer política. Em, *A construção das imagens públicas de Dilma Rousseff e Michel Temer nas revistas Semanais*, Elizabeth Christina de Andrade Lima, 2019, estuda “(...) à construção estereotipada de que a mulher política, o gênero feminino, não tem condições de manter um diálogo e espírito de negociação com o parlamento e com a atividade executiva.” [ANDRADE LIMA. 2019. p. 33], neste trabalho, identificamos que esta construção estereotipada atinge também mulheres que não estão em espaços de poder. Na perspectiva da própria Dilma Rousseff no artigo *Misoginia e manipulação da mídia brasileira*, ao analisar às narrativas sobre si, declara: “Isto se deu pela manipulação – de conteúdo, gramatical e de ênfases – em centenas de manchetes e editoriais de jornais e revistas, invariavelmente com a intenção de provocar no público emoções e sentimentos negativos contra mim” (ROUSSEFF. p.51 2021) evidenciando o *módus operandi* da construção de percepções que identifiquem a mulher como incapaz. Daí a referência do título da pesquisa - *"Uma mulher dura cercada de homens meigos": A violência política de gênero como opressão comum entre mulheres parlamentares e militantes de movimentos sociais no Rio Grande do Sul* - a frase irônica proferida pela ex-presidenta Dilma Rousseff, em 2010, então Ministra Chefe da Casa Civil, ao defender a maior participação política de mulheres no Seminário de Política para Mulheres, respondeu quando questionada se de fato era uma mulher “dura”: “sou uma mulher dura cercada de homens meigos”. A

filósofa brasileira, Marcia Tiburi, em *A máquina misógina e o fator Dilma Rousseff na política brasileira*, dialoga sobre este fator.

“No contexto da misoginia, fala-se mal de mulheres de muitos modos, seja inventando uma essência para elas, seja ocultando as heterodenominações que pesam sobre elas, seja criando e intensificando as ideologias femininas, tais como a ideologia da maternidade, da juventude, da sensualidade, todas essas que fazem parte do sistema do machismo estrutural. Todo esse sistema ideológico não prevê mulheres no poder. Porque o poder é coisa que os homens querem para eles. É evidente que toda mulher vai ter que pagar um preço imenso quando tomar para si alguma coisa desejada pelos homens.” (TIBURI, 2018, p. 110).

A luz dos elementos identificados na bibliografia de estudos sobre mulheres na política e violências políticas de gênero, o presente trabalho tem como objetivo analisar os pontos comuns nos processos de violência política de gênero vividos por parlamentares e militantes de movimentos sociais, no contexto do Rio Grande do Sul, de 2018 a 2022. Para tanto, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas e análise dos discursos de três deputadas estaduais em exercício e três militantes de movimentos sociais com tarefas de direção, que expressam suas experiências e percepções sobre o tema no desempenho de suas funções. Ademais, visa a contribuir para o enfrentamento da expressão do machismo que tolhe a participação política das mulheres, por meio do seu estudo e denúncia. Para isso, nos capítulos que seguem buscarei:

a - identificar e registrar os principais debates teóricos e normativos em torno do fenômeno da violência política de gênero no Brasil.

b - Evidenciar e caracterizar os pontos comuns nos processos de manifestação da violência política de gênero na experiência de mulheres parlamentares e ativistas no Brasil, e no Rio Grande do Sul, por meio da análise das narrativas de suas percepções e experiências.

c - Discutir, analítica e criticamente, os impactos da violência política contra as mulheres para o exercício de sua cidadania e para o desenvolvimento democrático.

d - Compreender de que forma as narrativas sobre mulheres em espaços políticos - como a Manuela enquanto ‘musa do congresso’, Dilma no arquétipo da ‘dureza’ - influenciam a percepção das mulheres sobre si, e sobre suas trajetórias políticas.

## 1. EXPRESSÕES DE VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO: Institucionalidade X Militância;

“[...] ‘Sim, existe um problema de gênero ainda hoje e temos que resolvê-lo, temos que melhorar’. Todos nós, mulheres e homens, temos que melhorar”

*Chimamanda Ngozi Adichie*<sup>8</sup>

Assim como as violências na política institucional se tornam mais evidentes, pela importância do espaço, pela visibilidade e, pelo fato de que a maioria das casas legislativas são televisionadas, acabam tendo mais registros; na via não-institucional, nas construções militantes de base, essa mesma violência ocorre de um modo latente, ou seja, menos aparente. Como um dos objetivos da pesquisa é identificar e registrar os principais debates teóricos e normativos em torno do fenômeno da violência política de gênero no Brasil, início discutindo as caracterizações da violência política que as mulheres são submetidas independentemente de estarem ou não vinculadas à institucionalidade, sendo ou não parlamentares, estando ou não disputando algum pleito para cargo eletivo. Haja visto que a participação política vai além da institucionalidade.

“Na terminologia corrente da ciência política, a expressão *Participação política* é geralmente usada para designar uma variada série de atividades: o ato do voto, a militância num partido político, a participação em manifestações, a contribuição para uma certa agremiação política, a discussão de acontecimentos políticos, a participação num comício ou numa reunião de seção, o apoio a um determinado candidato no decorrer da campanha eleitoral, a pressão exercida sobre um dirigente político, a difusão de informações políticas e por aí além.” (SANI. p.888. 1998)

São consideradas como violência política de gênero casos de assédio sexual, ameaças, agressão, assédio moral enquanto fruto do machismo, exposição da vida sexual e afetiva, objetificação, sexualização, impedimento de participação, feminicídio político, entre outras manifestações de assédios, e microagressões.

“estas diversas formas de violência política de gênero se distinguem de outros atos de violência, inclusive no âmbito da política, por ter como objetivo impedir a participação de uma mulher como mulher, não como indivíduo, membro do partido ou defensora de determinada posição ideológica.” (PINHO. p.4. 2020)

---

<sup>8</sup> ADICHIE. Chimamanda Ngozi. *Sejamos Todos Feministas*. p. 59. 2015. ED. Companhia das Letras.

Este modo de violência é conceituado teoricamente da seguinte forma: consiste em comportamentos que têm como alvo específico as mulheres que atuam politicamente, em sua condição de mulheres, e visa fazer com que estas abandonem a política ou sejam deslegitimadas aos olhos do público. (PINHO. p.10. 2020), e legalmente - no Brasil - da seguinte forma: "ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos da mulher." a legislação contempla ainda: "qualquer distinção, exclusão ou restrição no reconhecimento, gozo ou exercício de seus direitos e de suas liberdades políticas fundamentais, em virtude do sexo." (BRASIL. 14.192/2021).

Muitas autoras e teóricas feministas se dedicaram a estudar e questionar os papéis de gênero e sua distribuição nos espaços público e privado. Desde a primeira onda do feminismo - entre o final do século XIX e início do século XX - os direitos políticos, isonomia jurídica e o reconhecimento das mulheres enquanto cidadã vem sendo pautados.

“O feminismo, enquanto movimento social é um movimento essencialmente moderno, surge no contexto das ideias iluministas e das ideias transformadoras da Revolução Francesa e da Americana e se espalha, em um primeiro momento, em torno da demanda por direitos sociais e políticos. Nesse seu alvorecer, mobilizou mulheres de muitos países da Europa, dos Estados Unidos e, posteriormente, de alguns países da América Latina, tendo seu auge na luta sufragista.” (COSTA. p. 1 e 2. 2013)

A aquisição do direito de voto demarca um intervalo nas mobilizações pela cidadania política feminina no Brasil e no mundo. Manifestações esparsas e pouco articuladas encerram a denominada primeira onda do feminismo. (PRÁ. p, 25. 2013.) O século XX foi marcado por ditaduras que ocorreram na América Latina, fazendo com que os direitos políticos ficassem em suspenso, principalmente das mulheres. Com o golpe civil-militar de 1964 no Brasil, e posteriormente nos anos 1970 em vários outros países latino-americanos, os movimentos de mulheres, juntamente com os demais movimentos populares, foram silenciados e massacrados. (COSTA. p. 3. 2013). Em *O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido*, Cynthia A. Sarti aponta que:

“As marcas de gênero na experiência da tortura, dada a forma específica de violência a que foram submetidas as mulheres militantes pela repressão, não apenas sexualmente, mas, sobretudo, pela utilização da relação mãe e filhos como vulnerabilidade feminina.” (SARTI. p. 3. 1998)

Ou seja, mesmo em um período que a violência política, amplamente tratada na literatura sobre direitos humanos, foi utilizada como política de estado, ainda assim foram observadas especificidades de gênero. Conforme descrito por Sarti, a relação mãe-filho na tortura. No entanto, o movimento de mulheres permaneceu em luta, tanto na ilegalidade quanto na resistência institucional, abrindo portas para o acesso a uma normativa jurídica que desse um passo em direção a equidade, como Estatuto da Mulher Casada<sup>9</sup>, Lei nº 4.212/1962, que, [...] marcou o início de muitas transformações no âmbito legal no que diz respeito aos direitos e deveres da mulher, contribuindo para alcançar um patamar de igualdade garantido pela constituição de 1988. (MIRANDA. p.26 2013).

Durante os anos 90, com a isonomia jurídica conquistada com a constituição, se destacou a luta pelo fim da violência doméstica culminando com a conquista da lei Maria da Penha. Em *Debaixo do Tapete: A Violência Política de Gênero e o Silêncio do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados*, Tássia Rabelo de Pinho, 2020, aponta que, assim como a violência doméstica, mesmo depois de sancionada uma legislação para coibi-la permaneceu por anos naturalizada, do mesmo modo ocorre com a violência política de gênero, ainda que sua pesquisa, de 2020, seja anterior à promulgação da lei nº 14.192, de agosto de 2021, que combate à violência política contra a mulher, segue, do mesmo modo em processo de desnaturalização.

“No Brasil, apenas recentemente iniciou-se um processo vigoroso de desnaturalização da violência doméstica, e com a Lei Maria da Penha, que ainda não completou 15 anos de existência, esta deixou de ser tratada como algo de caráter privado, no qual o Estado não deveria ter ingerência. A violência contra as mulheres na política brasileira, entretanto, segue sendo naturalizada e, tal como antes ocorria com a violência doméstica, não é sequer reconhecida como tal.” (PINHO. p.3. 2020)

Em 2023, completou 91 anos desde que o direito ao voto feminino foi alcançado ao ser inserido no código eleitoral de 1932<sup>10</sup>. Desde então, avançamos em muitos aspectos.

---

<sup>9</sup> Tendo sido, a sociedade liberal moderna, instituída na perspectiva da personalidade jurídica do sujeito universal masculino com direitos e as mulheres como submetidas ao poder patriarcal - conforme aponta Carole Pateman em o contrato sexual - esse Estatuto (embora menos violentas e desiguais que em períodos históricos anteriores) permanece colocando as mulheres num lugar de subalternidade legal, submetidas aos maridos e sem igualdade ou autonomia em relação aos homens. Portanto, existem divergências teóricas em relacioná-lo à “conquista de direito”, em que pese o fato de ter sido um importante marco no acesso das mulheres dado o contexto histórico.

<sup>10</sup><https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Fevereiro/90-anos-da-justica-eleitoral-codigo-eleit-oral-de-1932-trouxe-importantes-avancos-come-o-voto-feminino>

“[...] O movimento feminista se proliferou através de novos grupos em todas as grandes cidades brasileiras e assume novas bandeiras como os direitos reprodutivos, o combate à violência contra a mulher, e a sexualidade. O feminismo chegou até a televisão revolucionando os programas femininos, nos quais agora, junto às tradicionais informações sobre culinária, moda, educação de filhos etc. apareciam temas até então impensáveis como sexualidade, orgasmo feminino, anticoncepção e violência doméstica.” (COSTA. p. 5. 2013)

Especialmente na última década houve uma popularização dos feminismos, com alguns de seus debates e pautas. Seja em novelas, em programas com um progressismo liberal mais afluído, seja na internet ou em reality shows. É fato que, nos últimos anos, os debates sobre opressão de gênero estiveram em alta, no âmbito do estado, com a criação de leis que resguardem os direitos da mulher, como a lei da importunação sexual de 2018 e a lei do feminicídio, no âmbito de estudos feministas, com o aprofundamento de pesquisas, na sociedade civil com a criação de ongs.

No entanto, ainda que haja uma isonomia jurídica, igualdade formal de direitos em uma democracia representativa, as desigualdades sociais se articulam de forma a limitar o exercício da democracia pelos grupos que conformam as minorias sociais. O Brasil é um país em que é possível observar nitidamente o reflexo dessas desigualdades na representação política por meio da composição do parlamento brasileiro. Segundo os dados de julho de 2023, da *Global Data on National Parliaments*<sup>11</sup>, que mensalmente publica rankings mundiais com porcentagem de mulheres nos parlamentos, o Brasil ocupa a 132ª posição no ranking, com 17,5% de mulheres no congresso e 18,5% no senado. Segundo a reportagem de março de 2019, de O Estadão, a sub-representação das mulheres se expressa também de outras formas, como baixo acesso a espaços de poder ou com visibilidade no congresso.<sup>12</sup>

“A baixa representatividade das mulheres brasileiras na política se reflete também na ocupação de cargos de poder dentro da Câmara dos Deputados. Das 25 comissões permanentes da Casa, apenas 4, ou seja 16%, serão presididas por mulheres neste ano.” (HAJE, 2019)<sup>13</sup>

---

<sup>11</sup> <https://data.ipu.org/women-ranking?month=7&year=2023> acesso em: 25/07/2023

<sup>12</sup> Monnerat, Alessandra; Sartori, Caio; Beraldo, Paulo. Dia da Mulher: Brasil é vice-lanterna em representação feminina no congresso. O Estadão. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,dia-da-mulher-no-congresso-brasil-e-vice-lanterna-em-listas-de-representacao-feminina,70002746442>

<sup>13</sup> Haje, Lara. Baixa representatividade de brasileiras na política se reflete na Câmara. Agência Câmara de Notícias. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/554554-baixa-representatividade-de-brasileiras-na-politica-se-reflete-na-camara/>

Com o desdobramento da institucionalização dessas pautas, os movimentos feministas realizam diversas tentativas de atenuar essas contradições, criando mecanismos, inclusive no âmbito dos partidos e do Estado, para alterar essa correlação de forças, como a realização de campanhas para aumentar a participação e representação política das mulheres. As campanhas Votem em uma Mulher; Vote numa feminista; Elas por Elas, Mais Mulheres na Política<sup>14</sup> são exemplos disso. Segundo o terceiro inciso do artigo 10, da Lei nº 9.504/1997<sup>15</sup>, de cada sexo precisa haver pelo menos 30% das candidaturas dos partidos, a “cota” de gênero. Pela estrutura misógina acaba que, no que concerne às candidaturas femininas, tomam o piso pelo teto, os partidos raramente ultrapassam os 30% de candidaturas femininas. Somente nas eleições de 2018 e 2020 foi cumprido o percentual mínimo e nenhum partido até hoje compôs uma lista com mais de trinta por cento de mulheres. No entanto, ainda que haja essa previsão legal que força os partidos a fomentar candidaturas femininas, isso ainda não se reflete em números de parlamentares eleitas e quando elas finalmente conseguem ocupar esses espaços, precisam lidar com os mais diversos tipos de violência de gênero.

Algumas parlamentares se converteram em símbolos de resistência à misoginia nesses espaços. Casos emblemáticos expuseram para o Brasil um pequeno extrato de todas as violências que as parlamentares têm que enfrentar todos os dias. O caso ocorrido em 2014, protagonizado pelo então deputado Jair Bolsonaro que se dirigiu a sua colega de parlamento, Maria do Rosário, em uma discussão em que divergiram e lhe disse que “não a estupraria por que ela não merecia”<sup>16</sup> parece ter aberto a caixa de pandora<sup>17</sup> direcionando o olhar do movimento feminista e de pesquisadores para esse tipo de violência - política de gênero - reproduzido todos os dias contra as parlamentares.

Manuela D’avila em seu livro *Revolução Laura* (2019), em diversas passagens relata o quanto dessa violência política de gênero marcou sua trajetória, tendo sido direcionado em alguns momentos até sobre sua filha recém nascida. Durante os debates das eleições de 2020,

---

<sup>14</sup><https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/agosto/mais-mulheres-na-politica-campanha-incentiva-participacao-feminina-nas-eleicoes-2020#:~:text=A%20campanha%20%E2%80%9CMais%20Mulheres%20na,munic%C3%ADpios%20brasileiros%20nas%20Elei%C3%A7%C3%B5es%202020>

<sup>15</sup> LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm)

<sup>16</sup><https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/nao-te-estupro-porque-voce-nao-merece-volta-a-dizer-bolsonaro-a-deputada/>

<sup>17</sup> Objeto da mitologia grega que se aberto espalharia todos os males pelo mundo, continha apenas um elemento positivo: a esperança. <https://multirio.rj.gov.br/index.php/multiclube/3a5/diz-a-lenda/10306-%20pandora#:~:text=Pandora%20>



constantemente pontuou como as notícias falsas potencializam e são instrumentalizadas para disseminar esse tipo de violência.

Ridicularizar, descontextualizar falas, tentar fazer parecer que por ser mulher não possui “domínio das emoções”, ou desconhece o que está sendo debatido, são algumas formas de expressão desse tipo de violência. Por serem expressões de mais difícil aferição, acabaram não sendo contempladas na legislação brasileira e talvez nem seja um fenômeno possível de ser combatido legalmente, mas, a partir de transformações socioculturais, campanhas de conscientização, etc. Contudo, são expressões da violência política que as mulheres convivem e que podem vir a ser fatores que inibam o desejo de exercer o direito de participar politicamente.

É comum a associação da imagem da mulher à posição de “pessoa que se vitimiza” ou à “dureza”, criando a percepção de que é “impossível tratar com essa mulher”, em um movimento de reação à ocupação por mulheres de um espaço que sempre foi masculino - o parlamento. Desse modo, é comum homens ao se deparar com a força de mulheres neste espaço, sentirem sua hegemonia ameaçada, e com isso reagir de modo a não se sentir fragilizados ou frustrados por “receber ordens de mulher”, daí a ironia da frase “uma mulher dura em meio a homens meigos”. Obviamente, uma manifestação ancorada em valores patriarcais, esta frustração se reverbera de forma violenta contra as mulheres.

Recentemente, a deputada estadual em São Paulo, Isa Penna destacou, após ter sido assediada pelo colega de parlamento Fernando Cury em plena assembleia legislativa, que “assédio é uma constante nos espaços políticos de poder” e que são espaços, em suas palavras, “extremamente violentos<sup>18</sup>”.

Na literatura latinoamericana, já está consolidada a noção de que as mulheres inseridas na política institucional sofrem violência política de gênero, como destaca Tássia Rabelo de Pinho, “este conceito tem se desenvolvido de maneira potente, tendo inclusive sido positivado em alguns ordenamentos jurídicos na região.” (PINHO. p.3. 2020). No entanto, no contexto brasileiro, a violência política de gênero que oprime as militantes e ativistas de movimentos sociais, em contexto não institucional, não está abarcada na legislação.

---

18

<https://www.brasildefato.com.br/2020/12/18/caso-isa-penna-e-o-machismo-estrutural-na-alesp-um-es-paco-extremamente-violento>

Dumont em *Elementos para uma análise do machismo* (1980), destaca que: Em termos de colocação adotada o machismo é definido como um sistema de representações simbólicas que mistifica as relações de exploração, de dominação, de sujeição entre o homem e a mulher (Dumont. p. 81. 1980). Podendo ser expresso de forma direta ou indireta, simbólica ou explícita, em relações interpessoais ou institucionais. A autora reforça apontando que:

“Tal conceituação do problema implica em estudá-lo da perspectiva da análise institucional. Nesta perspectiva as instituições sociais são concebidas como centros históricos de centralização do poder. O conceito não se reduz ao conjunto de normas assumidas por agentes (o que seria seu aspecto estrutural explícito) mas abrange também as normas não reveladas, frequentemente as mais importantes, pois apontam para as “regras do jogo” do poder institucional. Inclui também o conjunto das relações sociais (práticas institucionais).” (DUMONT, 1980, p.83)

Ou seja, o machismo estrutural não é resumido à conduta pessoal de um indivíduo isolado, mas por ser um sistema ideológico dominante está expresso institucionalmente de modo implícito. Nesse sentido, o machismo estrutural que ao mesmo tempo limita o acesso a espaços de poder, os tornando, por consequência, mais hostis à presença de mulheres, também atua em movimentos sociais visto que eles estão inseridos em uma sociedade patriarcal. Com a popularização das tecnologias de informação e comunicação também é possível verificar a expressão dessas violências nas redes por meio de disseminação de notícias falsas em massa para desmoralizar as vítimas. Mulheres que entram para a política, independente do posicionamento ideológico, enfrentam as mais variadas expressões de violência política de gênero. Desde silenciamento, interrupções, boicotes, difamação, até assédio moral e sexual, agressões físicas, ameaças, sequestros e até feminicídio com motivação política.

Beatriz Sanchez em *“Não vão calar a voz de uma mulher eleita”*: *As disputas em torno do conceito de Violência Política de Gênero*, apresenta o conceito como: “as agressões físicas, psicológicas, sexuais ou econômicas cometidas por uma pessoa ou grupo de pessoas com base no gênero (considerando o entrecruzamento com os diversos marcadores sociais da diferença como classe, raça, idade,” (SANCHEZ. p. 12. 2020), afirma que a referida opressão atinge “eleitoras, candidatas, eleitas ou qualquer pessoa no exercício da função pública ou contra sua família, seja presencial ou virtualmente,” (SANCHEZ. p. 12. 2020), com o objetivo de “suspender, impedir ou restringir o exercício de seu cargo” (SANCHEZ, p. 12. 2020) Ou seja, mulheres que são militantes e lideranças de partidos e movimentos político-sociais acabam não inclusas no conceito em momentos não-eleitorais ou ao produzir

a política não institucionalmente. Ao se falar de violência política de gênero se olha para as parlamentares.

No entanto, casos como o feminicídio político de Margarida Alves, previamente comentado, apontam que mulheres que produzem a política em movimentos sociais de base também estão vulneráveis a esta violência. De modo que a pesquisa visa aferir quais as manifestações de violência política de gênero que conhecidamente atingem as parlamentares, podem ser verificadas também em relação a mulheres que exercem a política em outros espaços, e suas respectivas percepções sobre estes processos.

Nesse sentido, é possível crer que há uma conexão entre o machismo estrutural e a violência política de gênero, que, por sua vez, é uma ferramenta para afastar e dificultar a trajetória das mulheres na política, [...] previne a participação e pune as que participam (GASMAN. BIROLI. 2018), resultando na baixa representatividade das mulheres nos espaços de poder, tornando-se, também, um retrato da desigualdade entre os gêneros no que diz respeito à ocupação do poder. Um problema que enquanto sociedade, como diz a Chimamanda, homens e mulheres, temos que resolver.

### **1.1 VIOLÊNCIAS CULTURAIS GANHAM ESPAÇO NA POLÍTICA;**

*“A violência não é força, mas fraqueza, nem nunca poderá ser criadora de coisa alguma, apenas destruidora”*

*Benedetto Croce*

Como vimos, o movimento feminista brasileiro não acontece isolado, alheio ao contexto mundial e, por isso, aqui, estabeleço laços e relações com o feminismo latino-americano (COSTA. p. 1. 2013) Os países latinoamericanos, por um histórico de colonização, intervenções externas, golpes, forte atuação do imperialismo estadunidense e europeu, tem a violência política marcada em sua história. Esta violência se expressa de forma ainda mais cruel sobre a atuação política de mulheres. Exemplo disto, é o que aconteceu na Bolívia em 2018 com a então prefeita Patricia Arce, que foi sequestrada durante o golpe de estado, suja de tinta vermelha, teve seu cabelo cortado e foi forçada a caminhar pelas ruas enquanto era agredida e humilhada pelas milícias vinculadas aos opositores de seu partido.

Ao analisar outros cenários que não sejam em momentos de instabilidade política, as mulheres ainda são vítimas sistemáticas de violências. Alguns exemplos são os assassinatos políticos de mulheres parlamentares - como Marielle Franco em 2018, vereadora carioca que

denunciava abusos aos direitos humanos nas favelas, assassinada a tiros, sendo o mandante do crime ainda desconhecido -, candidatas, como Tia Sandra - assassinada, em 2020, no Rio de Janeiro por se comprometer com a agenda política de combate ao crime organizado -, ou lideranças sociais como Margarida Maria Alves - sindicalista que dá nome à Marcha das Margaridas<sup>19</sup> assassinada a mando de latifundiários na Paraíba, em 1983.

Ao falar sobre subordinação, violência ou opressão de gênero, os olhares e análises se voltam para o âmbito privado, aos estudos de violência doméstica, Tássia Rabelo de Pinho, no artigo *Debaixo do Tapete: A Violência Política de Gênero e o Silêncio do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados*, 2020, discorre sobre o conceito abordando a lei Maria da Penha:

“Segundo a referida legislação, a violência doméstica é: “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2006, art. 5º). Esta, portanto, passou a ser compreendida como um rol mais amplo de violências que atinge as mulheres e se estrutura em relações íntimas de afeto, indo além da agressão por parte do cônjuge, incluindo ex-parceiros, namorados e familiares.” (PINHO, 2020, p. 3)

Partindo dessa análise, Tássia Rabelo de Pinho, 2020, destaca que na América Latina já vem sendo reconhecido o conceito de violência política e, em países como a Bolívia, de forma pioneira houve a tipificação jurídica, que só veio a ocorrer no Brasil em agosto de 2021. Ou seja, violência política de gênero se caracteriza por ser um reflexo, no espaço político, das discriminações que as mulheres já sofrem fora dele. A violência que é fruto não de seus posicionamentos ideológicos, mas da condição de ser mulher nesses espaços e a perpetuação desta prática é danosa para a democracia. Araújo destaca que “A violência política contra mulheres, se encaixa na classificação de violências implícitas, e está diretamente ligada às deficiências de um estado democrático” (sic. ARAÚJO. p, 16. 2020). Este destaque é importante na medida em que a violência política se naturaliza por poder ter expressões mais "sutis", como interromper e ridicularizar uma mulher, todavia é preciso pontuar que em muitos casos é explícita podendo acontecer até uma execução.

É importante enfatizar que quando as mulheres passaram a ter direito à participação política, o sistema político partidário já estava consolidado: “a constituição do espaço político-partidário se constitui antes das mulheres terem o direito mínimo de votar, moldando

---

<sup>19</sup> Manifestação organizada no Brasil por mulheres trabalhadoras rurais pelo fim da violência de gênero, violência no campo e por direitos.

uma tradição de interesses que não concebe a mulher como agente, como sujeito de decisão” (MACHADO. p. 8. 2018).

Bourdieu (1998), em *O Poder Simbólico*, ao analisar a forma em que as classes dominada e dominante (neste caso a relação de poder exercida pelos homens sobre as mulheres) se mantém enquanto tais, como são formados os capitais cultural, econômico e social, e como se estabelece o poder de construção da realidade e do conhecimento, observa que os dominantes põem em prática um processo constante de diferenciação entre as classes, por meio da produção de um sistema simbólico. As produções simbólicas deste sistema, enquanto mecanismos de dominação, une as classes por intermediar a comunicação, as separa por ser elemento de distinção entre elas e as legitima por definir as culturas de distinção em relação à dominante. Nesse sentido, uma vez que este sistema simbólico (o parlamento, por exemplo) é estruturado, ele exerce um poder estruturante sobre as classes dominadas (mulheres, negros e negras, LGBTQIA+). Este processo de dominação/estruturação por meio das produções simbólicas torna as classes dominadas, neste caso as mulheres, refém da lógica, ancorada em símbolos, que operam neste espaço, de modo que estas estruturas sejam incorporadas em suas ações (*habitus*). Um exemplo de como esse *Habitus* se reflete na estrutura é o fato de que o senado ficou 55 anos sem banheiro feminino, tendo sido construído somente em dezembro de 2015. A senadora Vanessa Grazziotin, afirmou: "Não é um banheiro que vai mudar toda a situação, mas o fato de não ter um banheiro no plenário é um indicativo de que a Casa não foi preparada para as mulheres. E não foi mesmo"<sup>20</sup>. Em, *A Mulher na Igreja e na Política*, Maria Isabel da Cruz, reflete:

“O espaço da política é caracterizado, ainda em nossos dias, como “um espaço masculino”. A atuação feminina na política ainda é vista como tabu, e seu engajamento é frequentemente desestimulado. Às barreiras são imensas, e muitas sentem ou acham que esse espaço de ação está muito distante ou que talvez seja inatingível!” (Cruz. p.30. 2013)

Mais de uma vez mulheres parlamentares se referiram ao espaço do congresso nacional como um espaço para homens, por uma série de hábitos que implicitamente excluem as mulheres. Manuela D’ávila, em 2012, no programa *Agora é Tarde*<sup>21</sup>, declarou “veja o

---

<sup>20</sup><https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/01/plenario-do-senado-tera-banheiro-feminino-55-anos-aos-inauguracao.html>

<sup>21</sup> ENTRETENIMENTO, Band. AGORA É TARDE - Entrevista Manuela D’ávila. Band. São Paulo: 19/06/2012. Programa de Televisão. Disponível em: <https://tvuol.uol.com.br/video/manuela-davila-participa-do-agora-e-tarde-de-19062012-0402CD1C3172C8893326>

seguinte: os homens saem para negociar de noite... tem um projeto de lei, um texto, tudo no bom sentido. É num bar! Se eu tô num bar com um homem, o que vão dizer no outro dia? que eu estou saindo com o cara!”. Em seu livro, A Revolução Laura, D’avila narra ainda que, em seu período enquanto parlamentar, lhe conferiram arbitrariamente o título de “A musa do congresso”, uma forma simbólica de colocar a mulher “no lugar que lhe cabe”, não enquanto a parlamentar mais votada da história, mas como a musa, que serve somente para agradar aos olhos, bela, recatada e do lar<sup>22</sup>. A violência simbólica contra as mulheres na política procuraria deslegitimá-las por meio de estereótipos de gênero que lhes negam competência na esfera política. (PINHO. p.4. 2020)

É válido ressaltar ainda que, segundo Beatriz Sanchez (2020), a existência da violência política de gênero constrange muitas mulheres, fazem com que elas “não queiram fazer parte da política institucional, com medo da violência que podem sofrer, o que contribui para a, perpetuação da sub-representação política feminina” (SANCHEZ, 2020. p.7).

Nesse sentido, o aprofundamento deste estudo se torna essencial para elucidar este fenômeno que tem consequências diretas na democracia e no fazer político no Brasil. A exemplo da experiência das parlamentares a violência política de gênero também se abate sobre as mulheres que constroem a política não institucional, dentro dos movimentos sociais, como Margarida Alves, Roseli Nunes<sup>23</sup> e tantas outras.

## 1.2 VIOLÊNCIA POLÍTICA NA LITERATURA: QUADRO TEÓRICO;

*“Tudo o que os homens escreveram sobre as mulheres deve ser suspeito,  
pois eles são, a um tempo, juiz e parte.”*

*François Poullain de La Barre*

Existe na literatura uma extensa bibliografia que retrata a construção da luta das mulheres. No que diz respeito ao fenômeno das violências políticas contra as mulheres, faço uma breve retomada sócio-histórica da conformação do estado brasileiro.

---

<sup>22</sup> Título do polêmico editorial da Revista Veja em 2016, ao apresentar a ex-primeira dama Marcela Temer, realizado no auge do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Em meio às reportagens que retratavam a presidenta enquanto “histérica”, “louca”, “dura”, exemplificou simbolicamente o lugar que se espera que a mulher ocupe: não como presidenta mas como primeira dama: bela, recatada e do lar.

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/donna/noticia/2016/04/bela-recatada-e-do-lar-por-que-a-expressao-grou-tanta-polemica-nas-redes-sociais-cjpl6oxcz009vwscnq3poc9v1.html>

<sup>23</sup> Lutadora do direito a terra assassinada no Rio Grande do Sul -

<https://mst.org.br/2018/03/31/o-legado-de-roseli-nunes-um-simbolo-da-luta-pela-terra-no-brasil/>

Dentre os elementos que marcaram a formação do estado brasileiro, está o Patrimonialismo, que consiste em [...] uma instrumentalização do Estado pelos setores dominantes, a tal ponto que, nas ações estatais, se confundem os interesses “públicos” e privados (Ferreira. p.15. 2022) e o Patriarcado, que Marlise Mattos e Clarisse Goulart Paradis em *Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro* discutem:

“não é incomum vermos definições que associam o patriarcado a uma força tradicional do passado ou a uma forma de poder genealógico (tribal, clânico, familiar e pessoal) que se organizava a partir da dominação dos homens sobre as mulheres, seus descendentes, escravos e família. A partir das décadas de 1970 e 1980, foram as feministas que começaram a entrar no campo da teoria política, visando, sobretudo, reler e desconstruir tais fundamentos. Para a feminista Celia Amorós o define da seguinte maneira: pode-se considerar o patriarcado como uma espécie de pacto interclassista metaestável, pelo qual se constitui o patrimônio de gênero dos homens, na medida em que eles se autoinstituem sujeitos do contrato social diante das mulheres que são, em princípio, as contratadas.” (MATOS; PARADIS; p. 62 apud Amorós, 1994:32)

Do mesmo modo em que é importante analisar as marcas de violências na história do Brasil considerando a trajetória das mulheres, é importante o destaque do ponto de vista étnico-racial que também deixou marcas profundas na construção político cultural no Brasil. Pois às condições para que o domínio patriarcal fosse imposto, da mesma forma criou mecanismos para que haja uma sujeição racial.

Clóvis Moura em *População e Miscigenação no Brasil*, 1994, destaca que houve uma vinculação entre etnia e status, valores e papéis sociais, e nesse sentido se consolidou barreiras para que fosse perpetuado a estratificação social. Alguns dos elementos que garantem a manutenção dessa estratificação são percebidos ainda hoje no Brasil, como a marginalização geográfica e social da população negra e o baixo índice de acesso a espaços de status e poder, como as universidades e a política por exemplo - como discorre Luis Felipe de Alencastro, em 2010, no parecer apresentado ao STF -, ainda que hoje haja ações afirmativas que buscam esse processo de reparação histórica. Nesse sentido, Clóvis Moura destaca que:

“[...] foram estabelecidos mecanismos imobilizadores e inibidores para essas camadas etnicamente inferiores que, ao mesmo tempo, se multiplicavam via miscigenação. Por outro lado, todo o sistema administrativo, militar e religioso era também estruturado para ser a reprodução daqueles valores de dominação étnica que a cada grupo miscigenado era concedido pelo colonizador” (MOURA. p.40. 1994).

Destaca que os colonizadores (classe dominante), mesmo que numericamente menores que os povos dominados, detinham os meios de dominação militar e ideológicos.

“No Brasil historicamente podemos dizer que a população do colonizador, ou seja, portuguesa, foi sempre até o século XIX menor do que as etnias dominadas (índias e africanas e seus descendentes) e, em consequência, o aparelho de dominação quer militar, quer ideológico teria de ser violento, porque era uma simples continuação do aparelho do Estado português. O Brasil não possuía Estado próximo. Isso, portanto, fazia parte da mecânica defensiva do sistema colonial escravista, dirigido, em última instância, pelo Estado de Portugal.” (MOURA. p.40. 1994)

Nesse sentido, a impressão de uma ideologia, através da força está arraigada na história brasileira, bem como criação de justificativas ora divinas, ora pseudo científicas, que legitimem o processo de dominação. Partindo aqui do conceito de dominação tradicional<sup>24</sup> levantado por Weber. Este processo é refletido na forma como a história das mulheres foi contada - ou não contada. Ao resgatar esses elementos sócio-históricos, é importante considerar que sempre houve mecanismos de resistência aos processos de dominação. Em tentativas de contar a própria história, a imprensa feminina foi uma importante ferramenta utilizada pelas mulheres.

“No Brasil, bem como em vários países latino-americanos, a exemplo do Chile, Argentina, México, Peru e Costa Rica, as primeiras manifestações aparecem já na primeira metade do século XIX, em especial através da imprensa feminina, principal veículo de divulgação das ideias feministas naquele momento.” (COSTA. p. 2. 2013)

Havendo formas de organização que são utilizadas ainda hoje.

“Em toda a América Latina, as mulheres se organizaram em clubes de mães, associações de combate ao aumento do custo de vida, nas associações de bairros, nas lutas por demandas sociais (escolas, hospitais, saneamento básico, creches, transporte etc), direito à terra e à segurança.” (COSTA. p. 3. 2013)

---

<sup>24</sup> “Dominação tradicional em virtude da crença na santidade das ordenações e dos poderes senhoriais de há muito existentes. Seu tipo mais puro é o da dominação patriarcal.[...] Em princípio, considera-se impossível criar novo direito diante das normas e da tradição. Por conseguinte isso se dá, de fato, através do “reconhecimento” de um estatuto como “válido para sempre” (por sabedoria)” (Weber. 1979.pág. 131). [...] A dominação patriarcal (do pai de família, do chefe da parentela ou do “soberano”) não é senão o tipo mais puro de dominação tradicional. Toda sorte “chefe” que assume a autoridade legítima com um êxito que deriva simplesmente do hábito inveterado pertencente à mesma categoria, ainda que não apresente uma caracterização tão clara. A fidelidade inculcada pela educação e pelo hábito nas relações de criança com o chefe de família constitui o contraste mais típico com a posição do trabalhador ligado por contato a um empresa, de um lado, e com a relação religiosa emocional do membro de uma comunidade com relação a um profeta, por outro. E efetivamente, a associação doméstica constitui uma célula reprodutora das relações tradicionais de domínio.”(Weber. 1979.pág. 133)



Seguindo o curso da história, o movimento de mulheres, em um primeiro momento, em torno da demanda por direitos sociais e políticos, nesse seu alvorecer, mobilizou mulheres de muitos países da Europa, dos Estados Unidos e, posteriormente, de alguns países da América Latina, tendo seu auge na luta sufragista. (COSTA. p.2. 2013). Durante a luta armada no Brasil muitas mulheres protagonizaram os enfrentamentos à ditadura, em um cenário de recrudescimento dos direitos, a presença das mulheres na luta armada implicava não apenas se insurgir contra a ordem política vigente, mas representou uma profunda transgressão com o que era designado à época para a mulher (SARTI. 1998 p.3), de modo que, conforme apontado por Cynthia A. Sarti, Eleonora Menicucci de Oliveira, e tantas outras estudiosas, a experiência feminina na clandestinidade consolidou as bases da construção de um feminismo em luta por direitos na redemocratização. Em *As relações de Gênero entre pais e filhas/os na solidão da tortura: reflexão de uma experiência*, Eleonora Menicucci de Oliveira, analisa os depoimentos de quatro mulheres mães que experienciaram a tortura, em que,

“ressaltaram dois aspectos; a relação mãe-filha utilizada na tortura à mulher e como o corpo feminino foi utilizado e vilipendiado pelos torturadores diferenciados a partir da concepção do que é ser mulher em nossa sociedade. Outro aspecto ressaltado pelas mulheres foi a questão das relações de poder entre os sexos no interior das organizações de esquerda.” [OLIVEIRA. p. 3. 1996]

Chama atenção, além da brutal violência de estado sobre os corpos de militantes, a aferição de uma especificidade de gênero tanto na tortura, quanto nas relações no interior das organizações, que fica mais evidente nas páginas que seguem em que uma entrevistada ao relatar sua experiência, fala “Nosso corpo foi colocado como propriedade da revolução social, para usufruto da organização a qual pertencíamos. Microcosmos de poder dentro das organizações. E poderia ter sido diferente? Penso que não, pelo fato de sermos muito jovens e termos pressa.” [OLIVEIRA. p. 15. 1996]. Essa relação no interior das organizações revolucionárias chama atenção, pois denota que assim como a violência política de gênero possui um caráter histórico, os conflitos de gênero também o são, mesmo em espaços políticos revolucionários com as organizações que enfrentaram a ditadura civil-militar. Após os anos de chumbo, o feminismo ressurgiu com força.

“O feminismo enfrentou o autoritarismo da ditadura militar construindo novos espaços públicos democráticos, ao mesmo tempo em que se rebelava contra o autoritarismo patriarcal presente na família, na escola, nos espaços de trabalho, e também no Estado. Descobriu que não era impossível manter a autonomia ideológica e organizativa e interagir com os partidos políticos, com os sindicatos, com outros

movimentos sociais, com o Estado e até mesmo com organismos supranacionais”  
[TIMOTEO. p.101. 2013]

Com isso, ressurgiu também a capacidade de formular e imprimir importantes reflexões para a sociedade, como (...) afirmação de que o “pessoal é político”, pensado não apenas como uma bandeira de luta mobilizadora, mas como um questionamento profundo dos parâmetros conceituais do político. (COSTA. p. 2. 2013). Este novo momento,

“Vai, portanto, romper com os limites do conceito de político, até então identificado pela teoria política com o âmbito da esfera pública e das relações sociais que aí acontecem. Isto é, no campo da política que é entendida aqui como o uso limitado do poder social.[...] Ao afirmar que “o pessoal é político”, o feminismo traz para o espaço da discussão política as questões até então vistas e tratadas como específicas do privado, quebrando a dicotomia público-privado, base de todo o pensamento liberal sobre as especificidades da política e do poder político. Para o pensamento liberal, o conceito de público diz respeito ao Estado e às suas instituições, à economia e a tudo mais identificado com o político. Já o privado se relaciona com a vida doméstica, familiar e sexual, identificado com o pessoal, alheio à política. [...] Ao trazer essas novas questões para o âmbito público, o feminismo traz também a necessidade de criar novas condutas, novas práticas, conceitos e novas dinâmicas.” (COSTA. p. 2. 2013)

A luta das mulheres ganhou forças, tendo, no período da assembleia nacional constituinte, conquistado boa parte de suas demandas.

“ [...] Através de uma ação direta de convencimento dos parlamentares, que ficou identificada na imprensa como o lobby do batom, o movimento feminista conseguiu aprovar em torno de 80% de suas demandas, se constituindo no setor organizado da sociedade civil que mais vitórias conquistou.” (COSTA. p. 7. 2013)

Se em um primeiro momento o feminismo [...] tinha uma conotação pejorativa. (Sarti. 1998. p.6), com a popularização do movimento e aumento da capacidade organizativa dos movimentos de mulheres, fez com que [...] a conquista do voto feminino no Brasil não só representou a emancipação política (formal) das mulheres, como também lhes propiciou posteriores conquistas em prol da participação política e da cidadania [sic. BESTER. p. 19 e 20. 1997].

Abrindo espaço, posteriormente, para uma sucessão de conquistas no âmbito legal, sendo uma das mais famosas, a criminalização da violência doméstica, ou seja, agressão física cometida contra mulheres na qual o agressor é o marido, sua conceituação no Brasil adquiriu

contornos mais amplos a partir da promulgação da Lei Maria da Penha Nº 11.340/06 (BRASIL, 2006). (Pinho. p.3. 2020), bem como outras leis que protegem as mulheres, como: Lei Carolina Dieckmann, Nº 12.737<sup>25</sup> de 2012, que dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos, como vazamento de imagens íntimas; Lei Joana Maranhão, Nº 12.650/2012<sup>26</sup>, que aumenta os prazos para a prescrição de crimes de violência sexual contra crianças e adolescentes a contar do 18º aniversário da vítima; Lei do minuto seguinte, Nº 2.845 de 2013, que Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual<sup>27</sup>; Lei Nº 13.718/18 <sup>28</sup>que criminaliza a importunação sexual, [...] tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, (Brasil. 2018); esses são apenas alguns exemplos, entre outras conquistas que foram possíveis em decorrência da participação das mulheres na política.

No entanto, esses elementos, violência física, assédio, exposição virtual, etc, ainda são percebidos no âmbito político como forma de impedir, constranger e/ou punir mulheres que atuam politicamente.

Beatriz Sanchez, lembra que a discussão não é somente sobre as mulheres serem o alvo mas que [...] a forma tomada por esse tipo de violência é genericada. As mulheres na política não sofrem qualquer tipo de violência. São ameaças sexistas e violência sexual as principais formas tomadas pela violência política de gênero (SANCHEZ. 2020).

“Ao dar visibilidade a outras modalidades de violência sofridas pelas mulheres, a Lei Maria da Penha contribuiu não apenas para o enfrentamento a estas no âmbito doméstico, mas também para o debate público sobre outras modalidades de violência às quais as mulheres são expostas e que comprometem sua participação igualitária na sociedade.” (PINHO, p. 3. 2020)

Tássia Rabelo de Pinho, uma das poucas estudiosas brasileiras a escrever sobre o tema, argumenta que a lei Maria da Penha, que criminaliza a violência doméstica visando a proteção da mulher, abre um rol de análise à expressão da violência de gênero fora dos

---

<sup>25</sup>BRASIL. LEI Nº 12.737, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12737.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12737.htm)

<sup>26</sup>BRASIL. LEI Nº 12.650, DE 17 DE MAIO DE 2012. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12650.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12650.htm)

<sup>27</sup>BRASIL. LEI Nº 12.845, DE 1º DE AGOSTO DE 2013. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12845.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12845.htm)

<sup>28</sup>BRASIL. LEI Nº 13.718, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm)

espaços privados. Mona Lena Krook e Juliana Restrepo Sanín apontam que violência política de gênero é um conceito emergente na América Latina.

“La violencia y el acoso político contra las mujeres describe comportamientos dirigidos específicamente contra las mujeres por ser mujeres con el propósito de que abandonen la política, presionándolas para que renuncien a ser candidatas o a un cargo político en particular.” (KROOK; SANIN, p.130. 2016)

Junto às discussões sobre violência política de gênero, surge o debate sobre a baixa representação de mulheres na política. Seria um produto do outro? Machado, em *Violência política de gênero: um estudo sobre a trajetória de Anita Pires*, ao analisar o conceito utilizado por Albaine, afirma que “Albaine aponta para uma manifestação específica de violência, como reação as ações afirmativas em prol das mulheres” (MACHADO. p. 3. 2018), aponta ainda que “[...] a autora esboça o conceito de “violência política de gênero”, que se manifesta em reação às ações afirmativas que tentam efetivar as recomendações internacionais, descritas como essenciais em plenas democracias igualitárias.” (MACHADO. p. 3. 2018). Existem algumas experiências que pautam a paridade nos espaços eletivos, reserva de vagas para mulheres. No entanto Laura Albaine destaca que:

“La paridad política se enfrenta a obstáculos semejantes a los evidenciados por las cuotas de género vinculados a características del escenario sociocultural y el contexto institucional donde opera. Los sistemas electorales pueden convertirse en un obstáculo para implementar medidas tendientes a promover la participación política de las mujeres. Por otro lado, el escenario sociocultural también tiende a condicionar los resultados de la implementación de este mecanismo al tratarse de sociedades patriarcales. En tales sociedades la competencia electoral en términos de género suele estar acompañada por el fenómeno del acoso y violencia política de género, entendida como una expresión de violencia de género en el espacio político que obstruye los derechos políticos y los derechos humanos de las mujeres.” (ALBAINE, p.147. 2015)

Conforme as mulheres acessam os espaços de poder político passam a lidar com reações expressas por meio de violências políticas pelo fato de ser mulher. Jussara Reis Prá em *Cidadania de Gênero, Democracia Paritária e Inclusão Política das Mulheres* cita Alicia Puleo ao lembrar que este movimento reacionário do patriarcado em relação às conquistas políticas das mulheres não é novo.

“Como explica Alicia Puleo (2000), as reações do patriarcado à causa feminista são constantes na história ocidental. Os desdobramentos da Revolução Francesa (1789) refletem isso quando os próprios jacobinos reprimem suas parceiras

ideológicas e extinguem, por decreto, os clubes políticos de mulheres.” (PRÁ. p, 20. 2013. apud PULEO. 2000)

Tássia Rabelo de Pinho realiza ainda uma importante diferenciação entre a violência política comum da motivada pelo gênero. Homens podem sofrer violência política, no entanto sua expressão se difere pois não são atacados por serem homens.

“Tanto homens quanto mulheres podem ser vítimas de atos violentos ou ameaças que visem influenciar o processo eleitoral; logo, nem todos os casos de violência eleitoral são orientados pelo gênero da vítima, e mesmo que os casos de violência política de gênero possam ocorrer no contexto das eleições, estes não se limitam a este período.” (PINHO. p.4. 2020)

A violência política é *generificada*, inclusive, quando os homens são poupados do ataque sobre si - sobre o seu corpo, honra, dignidade e bens - e é direcionada às mulheres que o cercam, a exemplo do que ocorreu, em março de 2023, com a filha do deputado estadual do Rio Grande do Sul, Leonel Radde, que recebeu ameaças de estupro e assassinato, via aplicativo de mensagens - whatsapp - após seu pai denunciar show de banda nazifascista, conforme veiculado pelo Jornal Brasil de Fato RS (2023)<sup>29</sup>. De modo que a violência política de gênero atinge às mulheres, mesmo quando elas não fazem a escolha ativa de entrar na política.

De modo geral, o conservadorismo patriarcal se manifesta nestes espaços em reação à presença da mulher como uma forma de reforçar a percepção de que há “lugares de mulheres” e “lugares de homens” e a política é um desses espaços negados a elas. Apesar de haver uma rica bibliografia latinoamericana sobre o tema, visto que [...] os países da América Latina foram pioneiros na criação de legislação específica para o combate à violência política de gênero.

Apesar do pioneirismo latino-americano nesse quesito, (SANCHEZ. p. 3. 2020) este conceito ainda é pouco estudado no Brasil, especialmente após a promulgação de uma legislação específica sobre o tema. No entanto, ainda que pouco estudado, este conceito vem sendo adotado institucionalmente, tendo sido desenvolvido uma campanha, ainda em curso,

---

<sup>29</sup><https://www.brasildefatores.com.br/2023/03/20/filha-do-deputado-leonel-radde-e-ameacada-de-estupro-e-assassinato>

da câmara dos deputados<sup>30</sup> contra a violência política de gênero e tendo sido promulgado em agosto de 2021 uma lei que visa coibir violência política contra a mulher.<sup>31</sup>

### 1.3 TIPOS DE VIOLÊNCIA POLÍTICA E MARCO LEGAL;

*“A cidadania é o direito a ter direitos, pois a igualdade em dignidade e direitos dos seres humanos não é um dado. É um construído da convivência coletiva, que requer o acesso ao espaço público. É este acesso ao espaço público que permite a construção de um mundo comum através do Processo de asserção dos direitos humanos.”*

*Hannah Arendt*

O estudo e discussão sobre o conceito de violência política de gênero teve a América Latina como celeiro. Tendo sido os países latino americanos, pioneiros na criação de legislação específica para o combate à violência política de gênero. (Sanchez. p. 3. 2020). Seguindo o curso do continente, o Brasil desenvolveu uma legislação para versar sobre o tema, que já havia entrado na agenda política dos movimentos de mulheres. Em agosto de 2021, foi promulgada a lei Nº 14.192, que:

“Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher; e altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para dispor sobre os crimes de divulgação de fato ou vídeo com conteúdo inverídico no período de campanha eleitoral, para criminalizar a violência política contra a mulher e para assegurar a participação de mulheres em debates eleitorais proporcionalmente ao número de candidatas às eleições proporcionais.” (BRASIL. LEI Nº 14.192. 2021)

Tendo este marco legal servido de base para a estruturação da categorização, para a análise comparativa entre as violências que atingem mulheres que atuam politicamente na institucionalidade ou fora dela. Há de se apontar os limites da legislação, que reconhecida sua importância no combate às violências políticas eleitorais contra às mulheres, ainda não dá conta de todas as nuances da forma como às violências políticas atingem às mulheres, pois

---

<sup>30</sup><https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/violencia-politica-de-genero-a-maior-vitima-e-a-democracia>

<sup>31</sup> Fonte: Agência Senado:  
<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/07/13/senado-aprova-regras-para-coibir-violencia-politica-contra-a-mulher>

sendo uma articulação de violências sociais no âmbito político, a legislação de forma isolada não consegue proteger às mulheres de nuances mais sutis de violências misóginas no âmbito da política não-eleitoral. Vejamos, a legislação protege as mulheres nos seguintes contextos:

“Art. 1º Esta Lei estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher, nos espaços e atividades relacionados ao exercício de seus direitos políticos e de suas funções públicas, e para assegurar a participação de mulheres em debates eleitorais e dispõe sobre os crimes de divulgação de fato ou vídeo com conteúdo inverídico no período de campanha eleitoral.

Art. 2º Serão garantidos os direitos de participação política da mulher, vedadas a discriminação e a desigualdade de tratamento em virtude de sexo ou de raça no acesso às instâncias de representação política e no exercício de funções públicas.

Parágrafo único. As autoridades competentes priorizarão o imediato exercício do direito violado, conferindo especial importância às declarações da vítima e aos elementos indiciários.

Art. 3º Considera-se violência política contra a mulher toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos da mulher.

Parágrafo único. Constituem igualmente atos de violência política contra a mulher qualquer distinção, exclusão ou restrição no reconhecimento, gozo ou exercício de seus direitos e de suas liberdades políticas fundamentais, em virtude do sexo.

Art. 4º A Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), passa a vigorar com as seguintes alterações:

X - que deprecie a condição de mulher ou estimule sua discriminação em razão do sexo feminino, ou em relação à sua cor, raça ou etnia.

Art. 323. Divulgar, na propaganda eleitoral ou durante período de campanha eleitoral, fatos que sabe inverídicos em relação a partidos ou a candidatos e capazes de exercer influência perante o eleitorado:

Art. 326-B. Assediar, constranger, humilhar, perseguir ou ameaçar, por qualquer meio, candidata a cargo eletivo ou detentora de mandato eletivo, utilizando-se de menosprezo ou discriminação à condição de mulher ou à sua cor, raça ou etnia, com a finalidade de impedir ou de dificultar a sua campanha eleitoral ou o desempenho de seu mandato eletivo.” (BRASIL. LEI Nº 14.192. 2021)

No artigo 326-B, que em virtude de ser uma alteração direta no código eleitoral, considera “Assediar, constranger, humilhar, perseguir ou ameaçar, por qualquer meio” (Brasil 2021) como violência política de gênero, somente em contexto eleitoral, no entanto, mulheres no exercício de seus direitos políticos, como a livre organização podem estar sujeitas a sofrer essas violências, bem como ser alvo de difamações online que interfiram no seu capital político social fora do contexto eleitoral, como o já citado caso da professora Lola Arnovich.

Visto que: a violência política de gênero consiste em comportamentos que têm como alvo específico as mulheres que atuam politicamente, em sua condição de mulheres, e visa fazer com que estas abandonem a política ou sejam deslegitimadas aos olhos do público. (Pinho. p.10. 2020) e isso pode ocorrer antes mesmo da mulher se colocar à disposição para concorrer a um cargo eletivo, havendo uma generificação sexista que tende a justificar a violência política contra as mulheres, desrespeitando sua condição de sujeitas de direito e com a mesma igualdade que os homens. Como apontado por Tássia Rabelo de Pinho:

“Precisamente, propõem uma definição estendida de violência política de gênero que integre violências sexuais à categoria de violência física, e separe a categoria violência psicológica em econômica, simbólica e psicológica. Apontam que estas diversas formas de violência política de gênero se distinguem de outros atos de violência, inclusive no âmbito da política, por ter como objetivo impedir a participação de uma mulher como mulher, não como indivíduo, membro do partido ou defensora de determinada posição ideológica. De acordo com a definição que apresentam, a violência física compreenderia atos que afetam a integridade física de uma mulher ou de membros de sua família visando atacá-la, e, tal como exposto, abrange a violência sexual. A violência psicológica seria aquela que causa danos no estado mental ou emocional, incluindo ameaças de violência física, bem como atos destinados a prejudicar socialmente a mulher em questão.” (PINHO, 2020, p.4)

A cartilha *Violência Política de Gênero: A Maior Vítima é a Democracia*, 2022, exemplifica os tipos de violência política de gênero em 10 pontos:

“1 - atentados contra às mulheres que possam lhes gerar agressão e/ou morte violenta motivada por sua atividade política (femicídio);

2- atos de violência física a uma ou a diversas mulheres com o intuito de causar prejuízo, anulação ou impedimento do exercício de seus direitos políticos.



3 - Agressão sexual envolvendo uma ou várias mulheres, grávidas ou não, ou que possam provocar aborto ou complicações na gestação, visando o prejuízo e anulação dos seus direitos políticos.

4 - Assédio sexual, propostas, toques inapropriados e sem consentimento que possam vir a influenciar os anseios políticos da mulher e/ou às suas condições e o ambiente político onde atua na sua atividade política pública.” (RIO GRANDE DO SUL. p.9. 2022)

“5 - Violências verbais, não físicas e institucionais, ameaças por meio de intimidação com o intuito de barrar os direitos políticos de uma mulher, incluindo a renúncia ao cargo ou a função que exerce o postula.

6 - Barrar o direito ao voto livre e secreto das mulheres. Agir com difamação, calúnia, injúria ou qualquer ato que rebaixa a mulher no exercício de suas funções públicas, políticas, utilizando estereótipo de gênero, com aspiração de prejudicar a sua imagem pública e, ainda, limitar ou anular os seus direitos políticos.

7 - Atuar com elementos que possam prejudicar a campanha eleitoral de mulheres de qualquer maneira, impedindo que a competição eleitoral possa ocorrer em condições de igualdade. Impedir a destinação de recursos públicos das campanhas femininas de acordo com as diretrizes em vigor, por parte do partido político.” (RIO GRANDE DO SUL. p.10. 2022)

“8 - ter como fim somente o preenchimento da cota prevista em lei de candidatas mulheres, com ou sem consentimento delas, sem qualquer interesse na sua candidatura bem como em seus direitos políticos.

9 - Fornecer aos institutos eleitorais dados incongruentes ou informações inconsistentes sobre a identidade ou o sexo da candidata e designada, a fim de barrar o exercício dos direitos políticos das mulheres.

10 - Dificultar por qualquer meio que as mulheres no exercício de seus direitos políticos integram em qualquer atividade que haja tomada de decisão, e igualdade de condições. Gerar ações que entregam as mulheres, no exercício de seus direitos políticos, informações falsas, errôneas, imprecisas e/ou que omitam informações, promovendo o exercício indevido de seus direitos políticos em condições de igualdade.” (RIO GRANDE DO SUL. p.11. 2022)

Além das expressões de violências categorizadas nas cartilhas, utilizarei como categoria para a análise, no âmbito das violências psicológicas, às expressões que Veronica E. Johnson, Kevin L. Nadal, D. R. Gina Sissoko e Rukiya King caracterizam como “Secondary

microaggressions” ou "micro agressões secundárias”, em português, os autores em “*It’s Not in Your Head*”: *Gaslighting, ‘Splaining, Victim Blaming, and Other Harmful Reactions to Microaggressions*<sup>32</sup>, utilizam este termo para se referirem [...] às maneiras pelas quais pessoas de grupos historicamente dominantes negam as realidades de pessoas de grupos marginalizados.<sup>33</sup> (Johnson, V. E., Nadal, K. L., Sissoko, D. R. G., & King, R. 2021. Tradução da Autora). Ao revisar esses conceitos na literatura psicológica, os autores, "demonstram os danos psicológicos causados por esses comportamentos nos níveis interpessoal e sistêmico."<sup>34</sup> (Johnson, V. E., Nadal, K. L., Sissoko, D. R. G., & King, R. 2021. Tradução da autora). Considerando o ambiente da política, essas micro agressões podem ser identificadas na trajetória das mulheres, sendo algumas delas:

a) Mansplaining - em tradução literal (homem explicando):

“As origens do mansplaining podem ser rastreadas até 2008 em uma postagem de blog intitulada “Homens explicam as coisas para mim” [...] o surgimento do termo mansplaining para descrever uma explicação, geralmente oferecida por um homem, que é paternalista, condescendente, ou ignora a experiência e o conhecimento das mulheres. (Lutzky; & Lawson; p.3. 2019. Tradução da autora)

b) Manterrupting - em tradução literal (homens interrompendo):

“é a junção de duas palavras em inglês (man + interrupting = homens que interrompem). O manterrupting ocorre frequentemente em reuniões, palestras, debates, diversos ambientes onde as mulheres não conseguem concluir suas colocações devido a interrupções desnecessárias feitas pelos homens” (Werba. Carvalho. p. 10. 2018. apud LIGUORI)

c) Gaslighting - Não possui uma tradução específica, a origem do termo é uma referência a um filme de 1940, chamado Gas Light, que significa “Luz do Gás”, no filme o marido abusivo liga a chama do fogão como uma ferramenta para confundir a percepção da esposa. A palavra “distorcer” pode servir como uma tradução com sentido aproximado.

---

<sup>32</sup> Tradução: “Não está na sua cabeça”: gaslighting, ‘splaining, culpabilização da vítima e outras reações prejudiciais às microagressões.

<sup>33</sup> Texto original: “Secondary microaggressions refer to the ways in which people of historically dominant groups negate the realities of people of marginalized groups.” (Johnson, V. E., Nadal, K. L., Sissoko, D. R. G., & King, R. 2021)

<sup>34</sup> Texto original: “The purpose of this article is to review these concepts in the psychological literature and to demonstrate the psychological harm caused by these behaviors on interpersonal and systemic levels.” (Johnson, V. E., Nadal, K. L., Sissoko, D. R. G., & King, R. 2021)

“Gaslighting descreve o ato de manipular outros para que duvidem de si mesmos ou questionem sua própria sanidade; as pessoas confrontadas por cometerem microagressões negam a existência de seus preconceitos, muitas vezes convencendo os alvos das microagressões a questionar suas próprias percepções.”<sup>35</sup> (Johnson, V. E., Nadal, K. L., Sissoko, D. R. G., & King, R. 2021. Tradução da autora)

d) Bropropriating - Homens se apropriando indevidamente:

“Bropropriating também é a junção de duas palavras em inglês (bro [abreviação de brother] + appropriating = homens que se apropriam). O bropropriating acontece quando um homem se apropria da ideia de uma mulher, e leva os créditos no lugar dela, tornando-a invisível” (Werba. Carvalho. p. 10. 2018. apud LIGUORI)

e) Culpabilização da Vítima - Ocorre geralmente quando a vítima realiza a denúncia.

“A culpabilização da vítima refere-se à atribuição de culpa a pessoas que sofrem violência ou males e é usada como uma ferramenta para desacreditar pessoas de grupos marginalizados que se manifestam contra microagressões ou quaisquer injustiças.”<sup>36</sup> (Johnson, V. E., Nadal, K. L., Sissoko, D. R. G., & King, R. 2021. Tradução da autora)

Os fenômenos de microagressões são identificados em violências de gênero em contextos não políticos, mas podem ser utilizados como ferramentas políticas, de modo que também serão observados ao analisar as vivências das entrevistadas.

#### 1.4 SEM MULHER NÃO HÁ DEMOCRACIA!

*“É [a democracia] indispensável porque só por meio dela, na luta pela democracia, no exercício de seus direitos, pode o proletariado chegar à consciência de seus interesses de classe e suas tarefas históricas”*

*Rosa Luxemburgo*

---

<sup>35</sup> Texto original: “Gaslighting describes the act of manipulating others to doubt themselves or question their own sanity; people confronted for committing microaggressions deny the existence of their biases, often convincing the targets of microaggressions to question their own perceptions.”(Johnson, V. E., Nadal, K. L., Sissoko, D. R. G., & King, R. 2021)

<sup>36</sup> Texto original: “Victim blaming refers to assigning fault to people who experience violence or wrongdoing and is used as a tool to discredit people of marginalized groups who speak out against microaggressions or any injustices.” (Johnson, V. E., Nadal, K. L., Sissoko, D. R. G., & King, R. 2021)

Na cartilha *Violência Política de Gênero: A Maior Vítima é a Democracia*, 2022, produzida pela Procuradoria Especial da Mulher da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, a então procuradora, deputada Sofia Cavedon, destaca na apresentação que a “Violência Política de Gênero vem se agravando à medida em que mais mulheres ocupam espaços e garantem a representatividade de pautas até então silenciadas” (Cavedon, 2022).

O referido silenciamento, que até então ocorria, se deve ao fato de que demandas específicas da vivência feminina, só tiveram espaço na política a partir da mobilização social, e do olhar das mulheres, um exemplo disso é a criminalização da violência doméstica. Uma vez que as mulheres ocupam cargo institucional legislativo, independente da sua orientação política ideológica, trazem luz para temas específicos relativos às demandas de gênero.

A deputada complementa dizendo que “Os alvos são as mulheres detentoras de cargos e seus familiares” (Cavedon, 2022). Apesar de compreender que a violência política de gênero atinge também mulheres militantes de movimentos sociais, ou construtoras da política nas bases de partidos ou movimentos comunitários e não somente “as que ocupam cargos”, é inegável que, como a deputada destaca na cartilha, “as ameaças de morte e estupro tem sido uma constante” (Cavedon, 2022). De modo que “Garantir a democracia passa por viabilizar que mais mulheres ocupem espaços de poder e tenham seus direitos garantidos e respeitados” (Cavedon, 2022).

Uma vez que se outrora fora negado a cidadania ampla às mulheres, sendo “a concepção ampla de cidadania — envolvendo, além dos direitos políticos, os civis, os sociais, enfim, o conjunto dos direitos humanos —” [BESTER. p. 12. 1997], por meio da negação dos direitos políticos, hoje, a violência política se torna, cada vez mais, um mecanismo para retaliar e inibir a participação política das mulheres seja na base, seja na institucionalidade, resultando na negação do poder às mulheres, uma vez que o voto, significa em uma democracia representativa:

“um instrumento que autoriza uma delegação de poder a um representante. [...] Desse modo, cada indivíduo transfere uma fração de poder, frações essas que, somadas, constituem a soberania popular, exercida através dos representantes eleitos. [...] Assim, a extensão do voto às mulheres significava e significa, ainda hoje, o acesso aos canais de decisão, executivos ou legislativos e, nesses, a fundamental possibilidade de serem tratadas questões femininas, de serem legislados assuntos relativos às mulheres, através da ótica das mulheres, sejam referentes ao direito do trabalho, aos direitos sociais, culturais, da personalidade, de família, reprodutivos etc.

Logo, para as mulheres, votar e poder eleger seus pares, ou mesmo candidatos homens comprometidos com as causas femininas, constituiu e constitui o direito político por excelência, aquele que lhes permite ter maior força e legitimidade no encaminhamento, justificativa e defesa de projetos atinentes às mulheres (direitos específicos) e à sociedade em geral.” [BESTER. p. 13. 1997]

Porém, muito além do acesso proporcionado pelo voto, é ainda necessário a luta pela manutenção dos direitos políticos, a cartilha ressalta ainda que:

“por direitos políticos, devemos enfatizar uma concepção para além do direito de votar ou ser votada, e englobando também o pleno direito ao exercício de mandatos eletivos democraticamente conquistados; de participar da atividade de militância; do direito à afiliação e atuação em partidos e em associações como um todo; garantir a participação em manifestações políticas nas posições de candidata eleita; profissionais da imprensa; defensora de direitos humanos e outras abordagens que estejam relacionadas à participação da mulher nos assuntos públicos.” (RIO GRANDE DO SUL. p.7. 2022)

Quando se questiona: a emancipação política das mulheres concedeu-lhes, per se, a participação política? A julgar pelo número de eleitas, a resposta é negativa. [BESTER. p. 20. 1997] Ao observar a baixa representação feminina no parlamento nos deparamos com um abismo visto que as mulheres compõem 52% da população. Este número, que não está nem perto de ser minimamente refletido em representação em espaço de poder, expõe o fato de que no cotidiano da política, todos os dias, as mulheres são impelidas a não participar, [...] o Brasil é um dos países da América Latina com índices mais baixos de representação de mulheres em cargos legislativos. A baixa representação política das mulheres no país contrasta com o poder organizativo e articulatório do movimento feministas no país. (SACCHET. p. 307. 2009). Teresa Sacchet em *Capital social, gênero e representação política no Brasil, 2009*, aponta que ainda que o movimento feminista brasileiro seja um dos mais organizados do continente, a baixa representatividade de mulheres se deve a fatores de ordem cultural, social e institucional.

“No geral, tanto em relação ao Poder Executivo, quanto ao Legislativo, o número de eleitas é ainda extremamente baixo, em que pese a quase igualdade do corpo eleitoral feminino em relação ao dos homens. Isso faz com que as estatísticas revelem um ainda amplo caminho a ser trilhado pelas mulheres em termos de espaço político e participação efetiva nos canais de decisão do poder público.” [BESTER. p. 20 e 21. 1997]

Jussara Reis Prá em *Cidadania de Gênero, Democracia Paritária e Inclusão Política das Mulheres* aponta que medidas que propõem a partilha do poder entre homens e mulher não tendem a se concretizar facilmente, enfrentando desde críticas e resistências, inclusive de setores feministas, até lacunas legais. (Prá, p. 17. 2013.).

O movimento feminista costuma utilizar a frase “Sem Mulher não há democracia”, pois do mesmo modo que mulheres trazem luz a muitos temas que sem elas não seriam abordados, a falta de mulheres na construção política implica na manutenção de uma sociedade patriarcal excludente e que nega direitos a uma parcela mais que expressiva, sendo metade, da população. Na contramão da democratização, sendo a violência política de gênero uma ferramenta para tolher o acesso das mulheres a política, Rafaela dos Santos Aguiar de Castro Araújo aponta em *Violência política de gênero contra a mulher no Brasil*, que é por consequência, uma ferramenta de “desmocratização”.

“Segundo Marlise, “a linguagem da violência política é a linguagem da desmocratização”, ou seja, seria o começo da abertura de um processo de perda do regime democrático e a violência política é expressa de maneira evidente. Essa “desmocratização” está diretamente relacionada a um processo econômico ultra liberal que desboca em 2 outros fenômenos, sendo estes i) a militarização da vida e da política; e ii) o fascismo social e político. (BRASIL, 2020)” (Araújo, p. 14. 2020)

## **2. CONVIVENDO COM A VIOLÊNCIA NA POLÍTICA: Pontos comuns entre parlamentares e militantes;**

*“Hoje eu paro para ler.  
Que rebeldia é mulher e acabou a nossa paciência”  
Silvia Adoue*

### **2.1 METODOLOGIA E PERFIL DAS ENTREVISTADAS;**

A partir das considerações mobilizadas, na literatura latinoamericana, sobre mulheres na política, violência política de gênero, esta que se manifesta de múltiplas formas, e seu respectivo marco legal, optei por trabalhar com dois grupos de mulheres: parlamentares e militantes (ativistas de movimentos sociais) que perceberam violências ao longo de sua trajetória política, pelo fato de ser mulher.

Para isso, realizei seis entrevistas semiestruturadas. Foram três entrevistas com mulheres que estão parlamentares no Rio Grande do Sul, tendo disputado em pleitos entre as eleições gerais de 2018 e 2022, e/ou as eleições municipais de 2020. E, três entrevistas com mulheres que, no mesmo período, construíram movimentos sociais e/ou outros espaços de política não-institucional.

Além das entrevistas, foi utilizada análise documental de reportagens que registraram percepções e situações relevantes tanto para o levantamento bibliográfico, apresentado no capítulo anterior, quanto para a análise. A escolha das entrevistadas se deu pelos seguintes critérios:

- a) A relevância da participação nos referidos períodos;
- b) Disponibilidade de tempo - visto que a agenda foi um grande entrave durante a realização da pesquisa;
- c) Pluralidade de pensamento político - havendo mulheres de esquerda e de direita;
- d) Paridade étnico racial - diante do possível no cenário gaúcho, sendo que 2022 foi a primeira eleição que elegeu uma bancada negra para o parlamento estadual e federal e não há nenhuma mulher indígena eleita no parlamento estadual;
- e) Amplitude etária - havendo sujeitas mais jovens e mais velhas;

Sendo elas:

## **PARLAMENTARES**

- a) Nadine Tagliari Farias Anflor, 46 anos, PSDB-RS. Nome político é Delegada Nadine, em referência a profissão de delegada de polícia, formada em direito, com pós graduação, já trabalhou no ministério público, tendo cumprido 20 anos de carreira jurídica antes de concorrer ao pleito de 2022. Deputada Estadual, no primeiro mandato. Branca, heterossexual, católica, casada, mãe de um filho. Antes de concorrer, fez parte de associações e Sindicatos no universo da segurança pública, tendo sido a primeira mulher presidente da Associação dos Delegados de Polícia no Rio Grande do Sul, também participou do Conselho Estadual da Mulher.
- b) Stela Beatriz Farias Lopes, 58 anos. Atende pelo nome político de Stela Farias, é filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT-RS). Professora, pós graduada, na área de humanas, formada em história. Mãe de três e avó de quatro, heterossexual, casada, católica, está na política há 40 anos. Foi Secretária do 22º núcleo do Cpers, vereadora, prefeita de Alvorada e deputada estadual por 5 mandatos.
- c) Bruna Liege da Silva Rodrigues, 35 anos, cujo nome político é Bruna Rodrigues, deputada estadual pelo PC do B, filiada há 18 anos. Se filiou quando sua filha tinha apenas seis meses. Filha de uma trabalhadora da limpeza urbana. Negra, periférica, mãe desde os 16, somente uma filha. Heterossexual, de religião de matriz africana. Construiu a União da Juventude Socialista, (UJS), onde foi presidenta, fez parte da UAMPA, União das Associações de Moradores de Porto Alegre, e faz parte da União Brasileira de Mulheres (UBM), e da União de Negros Negras pela igualdade racial UNEGRO. Estudante de administração. Foi assessora de Manuela D'Ávila enquanto deputada federal, depois deputada estadual, trabalhou na assessoria da vereadora Jussara Cony, e foi vereadora de Porto Alegre antes de ser eleita deputada no pleito de 2022.

## **MILITANTES**

- a) Carolina Teixeira Lima, 29 anos. Conhecida como Carol Lima, militante do Movimento Brasil Popular. Jornalista, pós graduada na área de comunicação e redes sociais, tem atuação política organizada desde 2013, mais de 10 anos. Já



tendo sido coordenadora municipal do Levante Popular da Juventude em São Leopoldo, tendo feito parte de espaços de direção estadual e nacional. Branca, bissexual, solteira, católica não praticante. Já assessorou a Maria do Rosário, como jornalista, e também o parlamentar Nelson Metalúrgico, em 2018. Atualmente, foi eleita em assembleia, para ser um dos três militantes a representar o estado na tarefa da coordenação nacional do Movimento Brasil Popular. E também está na assessoria parlamentar, da deputada Stela Farias, como jornalista.

- b) Silvia Reis Marques, 44 anos, agricultora, militante do MST há quase vinte anos, “desde que entrei no MST me identifico como militante político”. Filiada ao PT. Negra, heterossexual, casada, católica, mãe de dois filhos. Ensino fundamental completo, atualmente, tem a tarefa do setor de gênero do MST, pela direção estadual do RS, já foi direção nacional e direção regional do MST.
- c) Flávia Sabrina do Nascimento Lima, 32 anos. Conhecida como Sabrina, não possui filiação partidária. Constrói o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM). Atua politicamente há quatorze anos. Preta<sup>37</sup>, heterossexual, em união estável, mãe de um filho, católica, ensino superior incompleto, na área de história. Nunca ocupou cargo político, dentro do movimento já teve como tarefas o setor de finanças do movimento, bem no início da sua trajetória política, tendo coordenado este setor por cinco anos, também já fez parte da coordenação nacional e operativa, atualmente está no setor de produção e no setor de mulheres.

A partir daí, sistematizei suas análises sobre a política e participação feminina e suas percepções sobre sua trajetória, violências e o “ser mulher” na política. De modo que após a realização da revisão bibliográfica, e feita às entrevistas semiestruturadas, foi organizado uma tabela sistematizando de forma qualitativa às percepções das parlamentares e militantes em vinte e dois grandes temas, que, analisados e agrupados, se tornaram a base para os 10 tópicos que compõem este capítulo.

---

<sup>37</sup> As entrevistadas utilizaram tanto os termos ‘negra’, quanto ‘preta’, para se expressarem quanto a suas autodeclarações étnicoraciais. Ao longo das entrevistas esses termos surgiram como sinônimos, de forma intercalada, ora um, ora outro, de modo que mantive na escrita ambos os termos conforme iam surgindo nas falas.

## **2.2 TU VAIS ENCONTRANDO O TEU LUGAR: Entrada na política, trajetórias, percepções sobre 2018 a 2022 e relação com o movimento de mulheres;**

*“As mulheres são como as águas: crescem quando se encontram”  
autoria desconhecida*

Cada uma das entrevistadas tem trajetórias políticas muito específicas. No entanto, há alguns pontos comuns em suas trajetórias, como influência familiar, relações com os movimentos de mulheres e percepções sobre a política como um universo masculino.

A delegada Nadine apresenta sua trajetória destacando seu pouco tempo de filiação e participação na política institucional. No momento da entrevista estava filiada havia um ano e dois meses: *“me filiei no dia primeiro de abril, que foi o último dia né? Que era possível ainda a filiação para concorrer”*. Ela nunca havia sido filiada a nenhum partido político - em suas palavras, isso se deve a sua origem profissional, por vir de uma de uma carreira jurídica desde 2004. Contudo, aponta que *“ao longo desses últimos anos, a gente não deixa de ter uma participação política, mas não político partidária”*, destacando a diferença entre sua participação política antes e depois de se tornar parlamentar:

*“Então eu separo muito isso. Eu acho que eu já fazia política antes, mas uma política institucional, uma política de segurança pública. Que não deixa de ser uma política e como servidora pública, agora numa outra condição. Me considero uma servidora pública dentro do parlamento pelo voto, ... então eu tenho muito essa visão de que eu acho que eu já fazia política, mas não uma política partidária.”  
(Nadine)*

Ao ser questionada sobre o que a levou à disputa política partidária, a parlamentar aponta que seu desejo surgiu a partir do momento em que chegou no que afirma ser o topo da sua carreira, *“dentro de uma instituição em que também busquei quebrar paradigmas de mulheres lá dentro que também sofriam algum tipo de violência, digamos assim, uma violência institucional, que era algo arraigado histórico dentro da instituição, uma instituição que era muito masculina do que feminina.”*, Apontou que este fator foi motivador para que ela entrasse para a política.

*“Sabe, eu consegui, lá na polícia, de alguma forma me colocar em alguns espaços e aí eu olhei ‘por que não contribuir né?’ De alguma forma realmente a sensação que eu tinha... que eu cheguei no topo e que não tinha muito mais como contribuir dentro da segurança pública e da instituição, vou continuar batalhando e continuo batalhando pelos meus pares, pelos policiais né? Por valorização deles, pelas instituições, pela segurança pública como um todo, mas no mundo político, que*

*eu acho que é o que pode tocar e fazer a diferença na vida das pessoas além da segurança pública. Foi isso que me movimentou.” (Nadine)*

Ou seja, seu ingresso na vida política se deu por uma escolha, por enxergar nessa esfera uma forma de seguir contribuindo. Diferentemente de Bruna, que apesar de ter, em menor grau, influência familiar, tendo em vista que seu pai foi filiado no PT por 30 anos, o caminho que a conduziu à política, foi marcado por especificidades que demarcam diferenças em relação às outras duas parlamentares, em suas palavras, um caminho nem um pouco romantizado.

*“Há bastante tempo eu me entendo enquanto um ser político, né? Portanto desde que me filiei, desde que entendi a necessidade de me organizar politicamente, me considero um ser político. Na verdade, eu acho que eu sempre fui um ser político. Ser uma mulher negra não me dá a condição de não ser um ser político. Então desde os meus quinze anos quando eu começo a entender” (Bruna)*

Bruna destaca bastante que a romantização da política não é uma realidade de todos. *“Ah eu gosto de falar bastante sobre isso porque eu acho que às vezes a gente romantiza né?... eu me encontrei com a política, porque a política pra mim era uma necessidade né?”*. Ainda na adolescência, então com 16 anos, e com uma filha de, na época, seis meses, conta que encontrou com Manuela D’ávila, uma grande referência sua trajetória:

*“Encontrei a Manuela tinha dezesseis anos, eu não tinha a creche pra minha filha, a Manuela passou e eu disse ‘oh se tu nos ajudar a conseguir a creche, nós vamos te ajudar aí na campanha!’ E nós ajudamos, ela elegeu e ali nós iniciamos um processo. Processo que eu fui me dando conta ao longo do tempo, né! Então eu encontro a Manuela quando eu tinha dezesseis anos, minha filha seis meses, depois ela elege, aí eu cobro minha vaga, ela disse, ‘não, eu não te prometi a vaga, te prometi, que nós íamos batalhar pra que vocês conseguissem conquistar uma creche pra comunidade.’ E esse foi um processo de participação. Mas tem uma série de coisas que acontecem no meio... nessa caminhada que vão me fazendo refletir, né?” (Bruna)*

A partir de uma demanda material e muito concreta, a de conseguir uma vaga na creche, iniciou o seu processo de participação política. Essa percepção gerou um efeito em cadeia, girando o olhar para as muitas outras necessidades da vida na periferia.

*“Em determinado momento eu olho e vejo que toda aquela negação de acesso né? De convivência com a fome, de fechamento, fecharam a nossa escola, a nossa comunidade, eu fui removida por uma obra, perdi minha casa, depois tentaram fechar o posto, aliás, fecharam três postos de saúde, quatro escolas na minha região, aquele processo de mortalidade da nossa juventude que só aumentava né? E toda essa relação, a minha filha perdeu o irmão com oito anos de idade, tudo isso eu fui*

*me dando conta que era um projeto político, e que eu precisava de alguma forma tentar reverter, mudar isso, né? Essa tomada de consciência vai se dando no curso da minha militância, mas eu encontro com a política pela necessidade e eu acho que as mulheres como eu que vem da periferia da cidade elas encontram a política pela necessidade. Ou tu precisas lutar pra acessar algum serviço, ou tu precisas lutar pra não perder algum direito, ou tu precisas lutar para garantir a permanência de algum direito. Então assim, muito poucas mulheres que eu conheço, que são parecidas comigo, encontram a política porque buscaram a política. Buscaram se organizar politicamente. Não é romântica a política para nós. Porque tu não debates a política na escola. Tu debates, tu fazes política na escola quando precisa lutar para ter merenda, quando precisa lutar pra ter professor, quando precisa lutar para não fechar a escola. Então assim a gente necessita se organizar politicamente para não perder tudo que a gente tem.” (Bruna)*

Do mesmo modo, Silvia, que constrói o MST há quase vinte anos, foi levada à política, um pouco pela influência familiar, de irmãos que haviam ido construir um acampamento, outro pouco pela realidade material da vida. No momento em que se separa de seu ex-marido, a organização lhe fornece uma alternativa de independência da realidade em meio à qual ela havia sido socializada. Silvia deixou, naquele momento, de ocupar o papel de esposa para se tornar uma sujeita política de luta.

*“Olha desde juvenzinha sempre vivi com pai e mãe, né? E ensinada a essa convivência patriarcal, né? De que a mulher deveria viver com pai e mãe, casar ter sua casa. E viver feliz pra sempre, né? Segui o rito, casei. Tudo certinho, e aí de uma parte em diante acabou não dando certo o casamento, aí eu tive irmãos que foram acampar no MST e eu fui conhecendo o Movimento Sem Terra e fui me identificando e aí então ao me separar, eu fui pra um acampamento do MST e isso foi em 2000, 2001, e lá eu me, me encontrei, né? Com essa sujeita política de luta, enfim, no processo da luta fui me transformando numa sujeita de luta política, né?” (Silvia)*

A Stela, também teve influência familiar na sua trajetória militante, mas de um modo mais orgânica, tendo em vista que seus pais por serem sindicalizados, possuíam um vínculo mais intencional com as lutas políticas. *“A minha história de vida vem da família mesmo, né? Minha mãe professora estadual, meu pai bancário. Ambos sindicalizados. Então pra mim a questão do sindicalismo e da luta por direitos né?... dos trabalhadores foi muito natural, mesmo antes de existir o próprio PT.”* Relata que quando jovem, participou de movimentos vinculados à juventude da igreja católica, que também teve um importante papel no que ela chamou de seu “despertar de consciência”. Mais tarde, na década de 80, durante o período de surgimento do PT, já tinha muita clareza de que ali era o seu lugar. Destaca a influência dos irmãos:

*“Então foi muito natural assim. Fui conduzida de certa forma por dois irmãos meus. Ambos professores também atualmente. Me conduzem, me levam pra dentro do PT, lá eu passo a militar, logo, logo já estou fazendo parte da direção partidária e em seguida me elejo vereadora, então uma coisa foi levando a outra e muito natural, ... é como se... fosse assim, tu vais encontrando o teu lugar. Entende? Eu fui encontrando os meus lugares então portanto a militância partidária é fruto de uma militância política anterior, né?”. (Stela)*

Destacou que a socialização familiar, já em um meio político sindical, com contato e clareza sobre direitos humanos e sociais foi fundamental para a constituição do seu “ser político”, *“Eu me sinto uma privilegiada, né? Boa parte da nossa população brasileira não tem esse acesso que eu tive, que foi facilitado e que foi um privilégio pra mim né?”*. Da mesma forma, Carol também cresceu em uma família militante, sendo o pai filiado ao PT, compartilhou que ele já participou da disputa eleitoral:

*“ele inclusive já concorreu a vereador, há muitos anos atrás, e sempre foi do PT. E a minha avó também é uma militante. Ela militou muitos anos, pela causa da criança e do adolescente. Então ela fez parte de movimentos sociais de meninos de rua, e também pela causa das mulheres, ajudou a implementar Mulheres da Paz, no município de São Leopoldo, foi presidente do Conselho da Mulher. Então sempre tive essa relação na família.” (Carol)*

No entanto, deu início a sua construção militante, de forma autônoma da família, na universidade junto ao movimento estudantil, tendo sido, o processo de ocupação da reitoria, um divisor de águas em sua trajetória política.

*“teve uma ocupação na reitoria na Unisinos, contra o aumento da mensalidade, e eu já tinha muito interesse em participar, fui nas manifestações de dois mil e treze, e já participava de algumas atividades, principalmente do debate das mulheres, que a minha avó me levava bastante, em cursos, palestras, sobre essa temática específica. Então eu tinha interesse de me aproximar e de alguma forma, me envolver mais, fazer mais, né? Além do que eu já fazia, e daí teve essa ocupação,” (Carol)*

Dentre os muitos movimentos que construíram a mobilização de ocupação da reitoria, Carol conheceu o Levante Popular da Juventude, organização que posteriormente veio a fazer parte por oito anos. Narrou o processo de construção de um ato de encerramento da ocupação, marcado por violência policial e repressão dos estudantes.

*“a gente fez um ato de saída da ocupação porque já estava muitos dias e não tinha dado grandes resultados, né? Foi mais pra reorganizar o movimento estudantil, ... nesse ato de saída houve uma repressão muito grande, ... foi muito desproporcional a violência com a gente. E nisso quebraram o equipamento de uma*

*colega, né? Que estava com câmera filmando e tal, os policiais quebraram, eu sai correndo, tentei fugir e eu caí um tombo. Na verdade, o cara me derrubou assim, o policial botou o pé pra eu cair. ... um negócio totalmente fora da realidade, assim e ali foi o meu primeiro choque, eu ficava me questionando. 'Como e por que que isso aconteceu?' ... eu queria muito voltar pra ocupação, porque eu queria saber o que tinha acontecido e o que estava rolando ...várias companheiras ficaram muito desestabilizadas psicologicamente por conta da repressão. ... Depois disso eu me dei conta que nesse dia a galera do levante tinha conseguido sair de boas, meio ilesa, (pelo sistema de organização), ninguém foi preso, e eles tinham conseguido ficar bem, ...depois eu me dei conta que estava um pouco desorganizado o ato e isso ajudou né? A repressão ser pior. Então eu percebi que o levante era esse lugar de referência de organização, da galera conseguir ficar bem, mesmo numa situação adversa como essa em que teve uma repressão que foi muito grande, De tipo não dá bobeira, de não voltar pelo mesmo lugar que foi o ato, além da questão da afinidade política, com as ideias políticas, também percebi que eu tinha mais afinidade com essa questão da organização,... me aproximei um pouco do levante, e procurava sempre estar com o levante, porque eu percebi que eles tinham esse cuidado de proteção e segurança para as pessoas, diferente das outras forças que não tinham.”*  
(Carol)

Sabrina também teve seu despertar para a militância tanto a partir de necessidades materiais, quanto a partir de uma relação mais profunda com o ambiente da educação superior, quando começou a cursar Educação do Campo, em 2009, no Pará. Período que em suas palavras modificou sua visão de mundo. *“Sempre tive uma vida campesina, né? Sempre ligada ao campo, mas muito alheia a minha realidade, né? E nesse curso eu tive a aproximação com os movimentos sociais na real, e comecei a participar nesse tempo da FETAGRE... dali eu acabei indo pro MST”*. Chegou a estagiar em uma escola do campo, que estava em um processo de construção, tendo como sujeitos principais do processo, os alunos. Ponto que a surpreendeu:

*“Isso pra mim era muito novo nesse período, porque mesmo eu estando próximo, eu ainda achava, muito, que a sociedade aceitava parada as coisas, sabe? O que é muito errado! A gente é muito alheia a nossa realidade, né? As coisas estão acontecendo assim, as lutas estão fluindo, estão em movimento do nosso lado e a gente não vê assim. E esse pra mim foi um estalo.”* (Sabrina)

No entanto, esse momento inicial de sua militância precisou ser interrompido quando engravidou. *“eu tive que me ausentar e fiquei com meu filho durante aí uns dois anos e me restringi a criar meu filho né? Mas continuei no assentamento trabalhando na lida. Porque a gente é mãe, mas a gente não deixa de ser militante”*. Discorre sobre seu afastamento e

retorno: “*ai em dois mil e doze que eu também vou dar luz então eu fico ali mais resguardada nesse período e tal e quando eu acho que é meu momento de voltar à tona, né? Meu filho já está um pouquinho maiorzinho*”. Quando ela consegue reorganizar a vida, com a aposentadoria da sua mãe que passou a poder ajudar no cuidado do neto, voltou à ativa na construção do MAM, integrando o setor de finanças, depois coordenação tendo atuado tanto nas brigadas de Mariana quanto na de Brumadinho.

*“você vive, acho que o cerne, assim do que é o impacto da mineração, se hoje a gente tem uma alienação assim de achar que a mineração tá muito longe da nossa realidade, tu vivenciar isso e ver o quanto é o presente, e trabalhar com isso no cotidiano, mesmo sendo difícil de organizar a população pra lutar contra isso é algo que me motiva, e que me fez crescer a está aqui até hoje”.* (Sabrina)

Por conta dessa trajetória, ela chegou ao Rio Grande do Sul em 2019, a convite da população de São José do Norte, que estava passando pelo enfrentamento à mineradora, também a RGM<sup>38</sup>.

*“Viemos contribuir aí aos companheiros que já estavam acompanhando aqui o processo, né? Contra a licença prévia, que ela já tinha, e aí foi uma foi uma corrente, né? Porque a gente viu aí era a RGM, aí era a COPELMI, aí era em Lavras, era em Caçapava, quando a gente foi ver era um aglutinado de pedidos e requerimentos de pesquisa no estado que colocariam o Rio Grande do Sul num patamar tão minerado quanto Minas Gerais ou Pará, sabe?”* (Sabrina)

Em suma, embora a influência familiar tenha conduzido Stela e Carol à militância, e tenha influenciado Bruna e Silvia, tais influências notadamente possuem pesos distintos em suas trajetórias. Havendo diferenças tanto em relação a indução familiar, quanto a busca da política por ideais, para o encontro da política por necessidade. Bruna classifica com perspicácia tais diferenças: a) mulheres que são levadas a política por necessidade, e b) mulheres que procuram a política por um ideal romântico de “mudar o mundo” ou de forma pragmática aliado à utopia de contribuir para mudanças. Nesta pesquisa, acrescento o fator c) mulheres que são levadas a política por socialização familiar; e durante a realização deste trabalho, observei que, em determinados casos, mais de um desses fatores operaram concomitantemente.

Já as relações com movimentos de mulheres permeiam as trajetórias de todas elas, ainda que algumas não tenham se identificado como feministas em um primeiro momento<sup>39</sup>.

<sup>38</sup> Rio Grande Mineração SA: RGM

<sup>39</sup> Neste trecho, analiso o processo de auto reconhecimento enquanto feminista da Stela e da Bruna, como um processo de fortalecimento enquanto mulher na política, encontrada no acolhimento e convencimento por outras mulheres que compartilham as mesmas lutas. O objeto deste estudo não é analisar se as parlamentares e militantes são ou não feministas, tendo em vista que cada uma pode compreender de forma distinta o que é ou não feminismo, o quê por si só poderia ser tema de um

A Stela, que foi a segunda prefeita eleita pelo PT no Rio Grande do Sul, narra de uma forma muito bonita o processo de convencimento das companheiras em relação a ela, para um auto reconhecimento enquanto feminista. Tendo em vista que ela conhecia muito pouco das pautas feministas quando foi eleita vereadora em Alvorada, nos anos 90:

*“eu começo a descobrir os movimentos mais de forma organizada quando eu fui vereadora que é do período de 1992 a 1996, neste período ali é que eu começo a ter os primeiros contatos com grupos organizados e com lideranças”. (Stela)*

Por ser uma das poucas vereadoras mulheres na época, sempre era colocada para fazer falas nos eventos representando as mulheres.

*“E aí eu... claro, tinha que falar, né? E aí elas me diziam e eu sempre ia falar, me justificava. ‘É gurias vocês... vejam...’, às vezes eu não dominava, inclusive terminologias, né?... e aí elas me corrigiam e diziam ‘não mas tu é feminista’, então elas foram me convencendo...”. (Stela)*

Em sua descrição sobre o processo de identificação com o feminismo, é possível perceber uma forte insegurança, expressada primeiro por meio de um processo de negação:

*“Passei anos dizendo... eu dizia ‘eu não sou uma feminista’, ficava justificando porque eu não me sentia ‘a altura do feminismo’ né, mesmo estando representando esta categoria, quer dizer, a nós mulheres, que é uma categoria social, enfim um gênero social dentro da política” (Stela)*

e em um segundo momento por um sentimento de insuficiência em virtude de não dominar a teoria acadêmica, de não ter tido acesso a um estudo profundo das correntes feministas:

*“Nunca tive oportunidade de ir pra dentro de uma formação maior, ou de ler grandes textos, grandes livros na área do feminismo, me especializar e tal, aprofundar ... mas eu fui obviamente convivendo mais a partir dali né?” (Stela)*

Cita a importância de companheiras como Helena Bonumá: *“a Helena foi a primeira feminista que eu tive contato né?”* em seu processo de descobrimento enquanto feminista.

*“uma referência pra nós, feminista das mulheres da DS<sup>40</sup>, ... Já é da minha faixa etária também ... a gente a convidava pra vir falar para as mulheres, então a gente tinha um grupo de mulheres que se reunia mensalmente, e ali eu começo a descobrir e a perceber que pra além de ser uma figura pública, eu era uma mulher, e que, portanto, tinha um diferencial o fato de ser mulher e que eu tinha que conhecer*

---

outro estudo. Portanto a pergunta “você se considera feminista?” não estava elencada nas questões da entrevista semi estruturada. Contudo, de forma espontânea, este dado surgiu como afirmação na fala de cinco entrevistadas, Carol, Silvia, Sabrina, Stela e Bruna, com excessão da Nadine, que pode ou não se considerar feminista, tendo em vista que é certo que nem todo movimento de mulheres se autointitula feminista.

<sup>40</sup> DS - Democracia Socialista: Corrente interna do PT;



*sobre isso. Então ali eu passo a me interessar melhor. Para conhecer o que é o feminismo.” (Stela)*

Destaca muito a importância das companheiras na compreensão de que em que pese ela não tivesse o conhecimento científico do feminismo, a realidade da prática política, sendo uma das pioneiras da política gaúcha, a formava no cotidiano, enquanto uma mulher feminista.

*“E mesmo sendo muito poucas, né? E eu fui uma das precursoras também aqui no Rio Grande do Sul como vereadora e como prefeita. Eu não me sentia assim. Então as gurias dizem, ‘como que não? Tu és feminista. Porque tu fazes isso, tu fazes aquilo, tu enfrentas isso, enfrenta aquilo’ e aí eu fui me dando conta de fato que efetivamente... eu já vivia né? Elementos que me formaram né? ... Então assim... Eu fui sendo convencida pelas gurias.” (Stela)*

Apesar de serem de gerações diferentes, o mesmo passou com Bruna. Assim como a Stela, Bruna também não se identificava como uma mulher feminista, no início da sua trajetória, aponta que: *“inclusive eu não me entendi uma mulher feminista. Eu falo bastante sobre isso porque eu olhava para a discussão do feminismo e eu não me via, né?”*. Os seus mandatos, no entanto, sempre tiveram muitas relações com movimentos de mulheres, tendo muitas pautas sobre essa temática, fruto da influência de movimentos de mulheres, como a UBM, organização onde Bruna se descobriu feminista.

*“Quando a gente fala... e eu ouvia muito as mulheres falar do aborto, e de uma série de situações que falava do direito do acesso ao corpo né? Que hoje eu acho legítimo, mas na época mulheres como eu lutavam para não perder os filhos, sabe? Então quando falavam sobre a questão do feminismo eu achava muito distante. Eu achava que o feminismo era algum outro movimento social que não tinha nada a ver com o meu ser mulher ou com a minha batalha pela luta por direitos. Então fui me entender uma mulher feminista depois que comecei a participar da União Brasileira de Mulheres né? Que me fez entender que o feminismo é diverso, que nós somos muitas e que nós podemos aí representar, não deixar de representar a nossa ancestralidade e o lugar que a gente veio, e também dá pra ser uma mulher feminista.” (Bruna)*

As militantes de movimentos sociais ressaltam a união, proximidade, e articulações presente junto aos diferentes movimentos de mulheres. Entre elas essa questão apresentou menos nuances, Carol se autodeclara feminista e aponta que o movimento que ela constrói, também o é, em que pese, seja um movimento misto (construído por homens e mulheres).

*“O Movimento Brasil Popular é um movimento feminista, mas ele é um movimento misto. Dentro do Movimento Brasil Popular existe o setor de gênero, que busca debater gênero e impulsionar a organização das mulheres, auto organização*

*tanto pra fora quanto pra dentro do movimento. Então é uma questão que está colocada. A gente constrói o oito de março, que majoritariamente é sempre as mulheres que se constroem.” (Carol)*

Sabrina também aponta que o MAM sempre teve relações próximas com o MMC - Movimento de Mulheres Camponesas, com a Marcha Mundial de Mulheres, *“pela via campesina eu fiz o curso das mulheres dirigentes da Via Campesina, que foi uma experiência maravilhosa, primeira vez que eu saí do Brasil, fui pra Nicarágua né?”*, E aponta que mesmo sendo um movimento misto às construções e simbologias feministas são muito importantes na constituição do movimento.

*“pra gente do MAM por exemplo nossa maior mobilização foi no oito de março, em Mariana. Em 2016, houve o ato em Minas Gerais, que massificou. As mulheres iriam fazer o ato em Minas, em protesto ao rompimento. E aí as mulheres do MAM, que nesse tempo ainda era bem pouquinhos, bem pouquinhos mesmo, foram convidadas a se juntar e auxiliar no processo de construção do ato, e conduzir todo o processo em conjunto com o MST, foi muito bonito. A gente fez tudo, a gente organizou todo o processo, as pautas, as reivindicações... estivemos junto com as mulheres ali, ocupando, impedindo a entrada dos ônibus, e pra gente foi um marco histórico, porque a gente não tinha massa sabe? Assim, não tinha gente ainda pra ir pra rua, e tal, mas foi a primeira mobilização em que o MAM estava fazendo o nome né? E foi justamente no oito de março, e desde então a gente tem mantido isso como uma tradição mais central, né? (Sabrina)*

Silvia também aponta a importância do movimento para seu processo de formação sobre as lutas das mulheres.

*“nessa caminhada depois que eu ingressei no acampamento do MST eu comecei participar de várias atividades. As mulheres da via campesina, com as mulheres feministas, e juntas a gente foi construindo processos de luta, né? Tanto na luta pela terra, na luta pelos territórios, mas também na luta pela emancipação das mulheres do conjunto da classe trabalhadora, não só as sem-terra, mas as mulheres urbanas e das várias organizações. Então fomos tendo essa proximidade, este aprendizado coletivo, né? Dessa luta diária que é a emancipação aí das mulheres!”.*  
(Silvia)

Já a delegada Nadine, no que se refere às relações com os movimentos de mulheres, ressalta que, pelo fato de ter pouco tempo de mandato, apenas cem dias no momento da entrevista, ainda não conseguiu estabelecer esses vínculos como parlamentar.

*“Como eu estou entrando, né? São cem dias de mandato apenas, então eu ainda não fazer esse movimento, que era o movimento que eu fazia enquanto delegada, estava sempre junto de movimentos de mulheres. E na política ainda a gente tem uma certa dificuldade em relação a isso. Eu vejo que a gente está um*

*pouquinho atrasado né? No sentido de se unir mais... mas eu estou fazendo parte, né? Estou tentando me movimentar, busco aqui dentro da casa também entre as onze, nós somos apenas onze deputadas, e uma experiência muito bacana que eu tive na própria Procuradoria da Mulher, que é onde nós estamos só as mulheres, a gente consegue pensar acima de partidos políticos. Isso é muito bacana entre as mulheres da casa. Isso já me surpreendeu positivamente, que apesar de termos extremos ali, mulheres... Nós todas conseguimos sentar e chegar num denominador, que é uma característica um pouco da assembleia”. (Nadine)*

Pelo fato das parlamentares terem se tornado figuras públicas pelo reconhecimento em outras áreas, como a Educação, no caso da Stela, e associações de bairro, no caso da Bruna, fica marcado nas suas trajetórias o processo de serem convencidas para um auto reconhecimento enquanto feministas, pelos movimentos de mulheres. Ao passo que as militantes de movimento social, por conviverem de forma mais orgânica com movimentos de mulheres, já se identificam como feministas e apresentaram uma segurança maior sobre a temática mesmo ao relatar sobre o início da sua militância.

As parlamentares e as militantes perceberam de formas distintas os processos eleitorais de 2018, 2020 e 2022. Enquanto as parlamentares experimentaram a intensidade da exposição pública durante a campanha, às militantes viveram de forma mais profunda a construção coletiva de brigadas e comitês. Na perspectiva institucional, Bruna, Stela e Nadine também tiveram construções distintas. Bruna teve sua primeira experiência em eleições concorrendo ao conselho tutelar em 2011.

*“Porque já há muito muito indignada com a situação do Conselho na cidade, né? O conselho hoje tem uma ocupação, muito voltada pra questão das igrejas, né? Então se organizaram e ocuparam esse espaço, então tu tens uma redução da militância pela estruturação da política de assistência, tu tens uma redução da participação e tu tens aí uma entrada perigosa, né? De quando o estado começa a ter uma religião. Isso me incomodou, me incomodou muito porque eu via que... eu sempre entendia o conselho tutelar como a primeira porta, né? Do acesso a assistência social, né? Quando, quando nós temos um problema ou a pessoa vai no conselho ou vai no CRAS. Né? Então essa foi a minha primeira candidatura em dois mil e onze.” (Bruna)*

No entanto, foi em 2018 que teve uma participação mais organizada no sentido de disputa de projeto. Em um momento em que estava, em suas palavras, “mais madura politicamente”.

*“Minha primeira eleição assim, mais valendo vamos dizer assim, e fui apresentar um projeto, fui apresentar uma ideia. Ainda, uma ideia muito utópica, né? Eu falava, diz ‘ah queria falar sobre ser uma mulher...’ [...] Eu apresentei essa chamada, ‘quem é essa preta?’ Era a ideia de apresentar uma filha das políticas*

*sociais que deu certo porque foi acolhida, foi abraçada pelas políticas públicas, né? Então essa foi a minha primeira candidatura, eu achava que ia fazer uns dois mil votos, fiz quase três mil, fiz dois mil novecentos e oitenta e cinco.” (Bruna)*

Contudo, foi em 2020 que foi eleita vereadora de Porto Alegre, tendo sido a mais votada do PCdoB na cidade “nós ousamos de novo e deu certo”. O mandato de vereadora, propulsou o trabalho político produzido por Bruna, a tornando conhecida em todo o estado, por integrar o que ficou conhecido como ‘Bancada Negra’, bancada na câmara de vereadores de Porto Alegre com cinco vereadores negros eleitos, algo histórico na cidade. A projeção foi tamanha que em 2022 concorreu novamente, desta vez ao cargo de deputada estadual, que também se elegeu.

*“Eu falo que dois mil e vinte e dois foi a eleição mais difícil que eu enfrentei e a mais afetuosa que eu já enfrentei. Era uma contradição enorme que ao mesmo tempo que eu enfrentava a violência né? Desse extremismo, desse campo. Eu enfrentava o carinho e o afeto do nosso povo assim. Que dizia não desiste, vai lá. Vocês estão fazendo bonito. Vocês estão nos representando. Então era uma contradição muito grande, né? A violência política crescendo numa escala muito violenta, o que nos fazia mudar a rota da vida, e o carinho do povo que ia aumentando, né? Que se expressou na eleição. Né? Fui a mais votada da bancada negra no estado. O Matheus também foi o mais votado da bancada negra, o mais votado geral, né? Inclusive, na minha opinião, pelo fato de ser o único homem, também porque ter que escolher entre quatro mulheres é diferente, de ter que escolher entre um único homem. Então, eu acho que tem, todos esses elementos” (Bruna)*

Já Nadine, que teve em 2022 sua primeira experiência de campanha e de participação político eleitoral, conta que não sentiu violências durante o processo eleitoral, destacou que a experiência foi muito positiva.

*“Adorei fazer campanha. [...] Foi uma novidade pra mim. Foi tudo novo. Né? Eu confesso que tinha muita expectativa que desse certo, mas por outro lado tudo me levava a crer que ia ser muito difícil. Por quê? Porque a gente... eu que não tinha vínculos políticos anteriormente... não tinha pessoas da política fazendo campanha pra mim. Então foi um voto muito espontâneo, e reconheço aqui graças a talvez essa trajetória de vinte anos como delegada de polícia.” (Nadine)*

Aponta às expectativas das pessoas que encontrava pelo caminho “eu ouvia muito das pessoas o pedido deste equilíbrio. Né? Que a política tivesse um equilíbrio, mas que as mulheres fossem representadas na essência de serem mulheres”. Diferentemente das outras parlamentares e militantes, ela nunca havia contribuído em campanhas.

*“eu nunca fiz campanha política, eu nunca, até pela postura que eu tinha como delegada, eu sempre me dei com todos os partidos políticos, com vários, obviamente que a gente tem as nossas preferências, as nossas ideologias, mas isso pra mim sempre foi algo muito tranquilo que eu procurava nem demonstrar, justamente pra não atrapalhar as investigações das quais estavam sobre a minha presidência, por exemplo né?” (Nadine)*

Em contrapartida, Stela, já enfrentou nove disputas eleitorais, para ela os pleitos de 2018, 2020 e 2022, tiveram um outro sentido. Além do processo de recrudescimento político, com a ascensão da extrema direita, a ex-prefeita e deputada por cinco mandatos, ficou pela primeira vez em muitos anos sem mandato, ao passo que começou a se deparar com o início de cobranças etaristas, que inclusive vinculavam a sua idade, entre outros fatores, com o insucesso nas eleições de 2018, depois de quatro eleições sendo eleita deputada estadual.

*“dezoito foi quando eu fui pro quarto mandato a deputado estadual. Né? Que foi um momento onde a gente perdeu a eleição, por apenas quarenta e três votos, que foi um momento muito dramático assim né? E muito eu diria... ele exerceu um trauma muito forte, muito grande, né? Porque eu não imaginava.” [...] “Eu já vinha também naquele período, eu diria assim, bastante cansada né? Eu estava muito cansada eu já vinha falando há vários anos ‘porque eu vou parar, eu não vou concorrer...’ foi o mandato aquele terceiro que eu fiz uma cirurgia grande também, importante que também foi um divisor importante na minha vida, que me tirou muito [...] Ainda assim, nós fomos muito bem, né? Perdemos por apenas quarenta e três votos. Mas foi importante aquela saída, porque me fez refletir sobre qual era o papel? Tinha papel ainda? Não tinha? É importante estar ainda nesse lugar? não é? o que que tem a fazer? Até selecionar melhor as coisas, porque o fato de estar ocupando um espaço público de importância como que a gente ocupa não quer dizer que tu tens que abraçar tudo, e eu e eu acho que eu me desgastei muito, assim física e emocional e psicologicamente, também!” (Stela)*

Sem o mandato, surgiu o desafio de concorrer à prefeitura de Alvorada, visto que em todas as pesquisas Stela constava como favorita para vencer a extrema direita na cidade. Narra este processo, também, como tendo sido um momento muito difícil, *“A gente já vinha, bom por mais de dez anos, sempre disputando ou contribuindo em eleições, mas sempre com o cargo de deputada e ali eu estava sem o cargo, sem o espaço. Que não é só o cargo, mas todas “as benesses” que o cargo te possibilita. Inclusive o status claro. E aí ali tu não tinhas isso.”* De modo que foi um processo de convencimento de que ela era a melhor candidata, inclusive para dentro do partido.

*“Primeiro que eu tive que convencer o partido na minha cidade. De que eu era a melhor candidata. Porque eu tinha clareza disso. Que eu era a melhor*

*candidata para concorrer. Disputar com possibilidade real de vitória. Isso se confirmou porque nós perdemos a eleição por apenas duzentos e noventa votos. Também ali ali, né? E que na verdade foi uma derrota eleitoral, mas foi uma vitória política. Porque eu saio fortalecida dali em dois mil e vinte. O que nos traz né? Com muito mais facilidade de voltar pro mandato em 2022.” (Stela)*

Em meados de março de 2022, a Stela recuperou o mandato, com a cassação de Lara, deputado do PTB, episódio em que ela relata como sendo um divisor de águas.

*“esse retorno agora em vinte e dois, quando a gente voltou com a cassação do deputado lá, que daí se demonstrou que na verdade aquela vaga era nossa, nós não tínhamos perdido, ela era nossa! E quando a gente retoma [...] eu me sinto muito mais plena. Tu entendes?! Como deputada estadual, entrando nesse quinto mandato, entrando porque esse recém estamos no sexto mês dele, mas muito mais plena, né?” (Stela)*

Já a experiência das militantes organizadas em movimento social foi marcada por processos distintos. A Carol contribuiu nas três últimas eleições mais vinculada ao trabalho e na militância atuando no que os movimentos chamam de brigadas populares, que consiste em idas coletivas aos bairros a fim de conversar sobre as eleições - os movimentos se organizam dessa forma como uma estratégia de segurança. Em 2018, Carol já estava formada em jornalismo, então trabalhou como assessora, jornalista do Nelsinho, deputado estadual, que estava como candidato. “Acompanhei ele, cobri a agenda, acompanhava, viajei pro interior e tal,”. Em 2020, participou da campanha do candidato a vereador Comassetto, em Porto Alegre, a vereador, bem como acompanhou a organização dos movimentos, e a candidatura do presidente do sindicato dos metalúrgicos de Horizontina na época, Ramos, que também disputava vaga no legislativo municipal.

*“Tinha a campanha da Manuela a prefeita, e a gente organizou brigadas, e espaços assim de campanha mais... assim, intensos, né? Diário. Então, tinha as brigadas, tinha uma brigada com uns trinta militantes, que diariamente a gente se dividia e ia fazer campanha na região da zona sul, ali na grande Cruzeiro, e ajudei a coordenar um pouco isso, porque eu era moradora da região, então de alguma forma acompanhei esse processo, apesar de também estar na comunicação do Comassetto. Também acompanhei a comunicação do candidato de Horizontina que foi o Ramos, que também foi eleito, né? Que era o presidente dos metalúrgicos de Horizontina, ajudei a coordenar comunicação, a pensar a comunicação da campanha, cheguei a ir pra lá um dia, dois, mas não foi algo que tomou todo o meu tempo, porque enfim, tinha que estar aqui. Mas acompanhava de longe, fazia peças, né? Fazia vídeos, tal editava vídeos. Fiz esse acompanhamento.” (Carol)*

Em 2022, ela estava trabalhando como jornalista na Central Única dos Trabalhadores. Então, sua participação na eleição foi como militante, não tendo trabalhado formalmente, explorando mais as redes sociais como ferramenta política.

*“Então, eu participava fora do meu horário de trabalho das atividades que tinham, assim, panfletagem, comícios e tal, plenários e atividades de conquista de voto mesmo, daí para os candidatos que eu estava fazendo, e também em vinte e dois eu comecei a fazer um experimento de disputa mais nas redes através do meu TikTok, porque tinha a questão do Lula, né? Muito presente assim, então essa necessidade de debater sobre os projetos em disputa e tal, e querendo ou não, foi a partir da eleição, a eleição era um tema que eu pautava bastante, mas minha atuação foi mais on-line por conta do meu trabalho, porque não tinha muita condição, por conta do trabalho não podia me dedicar full time pras eleições”. (Carol)*

Já Silvia participou das eleições, principalmente da de 2022, em campanha para Lula. Em 2018, ela narrou um processo de violência que vivenciou, apesar de pontuar que não achou ‘tão grave’.

*“eu pessoalmente,... não sofri assim né? Nada assim assim tão grave né? Mas teve um fato assim que me incomodou bastante, eu estava fazendo campanha em Santiago né? Foi ali naquela na eleição de dezoito acho que foi: E eu estava com o carro vermelho, com adesivo do PT, e cheguei na cidade e tinha um pessoal fazendo campanha mas, estamos numa democracia, todo mundo tem direito de se expressar, né? E veio duas mulheres, né? Pro meu carro e arrancaram, sabe? O adesivo do carro. Eu tive que sair de dentro do carro e dar uns gritos meio fortes assim, sabe? Porque as pessoas acabam arrancando sobre o risco de quebrar o vidro do carro, né? Porque não aceitavam a minha posição política né? Assim, foi um fato que me deixou assim, bem, bem chocada, né? Porque ao mesmo passo que elas estavam fazendo campanha pra um outro candidato eu não fui lá criticar nem dizer que estavam errado né? Mas vieram com um autoritarismo, né? E arrancaram e só saíram da volta do carro porque eu saí pra fora e tive que dar uns gritos, né? E sou meia grande então acho que eu assustei. Mas fora isso não tive assim, outros fatos, assim de agressividade, né? Mas é um momento bem difícil, né?”*

Apontou que principalmente na eleição de 2022, o MST deu centralidade para este processo. Mas também nas eleições de 2020.

*“nós também tivemos uma gama de companheiras sem terra que foram candidatas a vereadoras e que nós entendemos que essa é uma frente também muito importante né? E que nós apoiamos então as nossas mulheres, as nossas companheiras, as suas candidaturas e também a gente contribuiu na campanha, né? No sentido de criar momentos de formação, de preparação, de compreensão e de luta*

*juntas, né? É assim, adotamos a campanha como uma tarefa também de emancipação das mulheres, né?” (Silvia)*

Destacou a metodologia de organização em brigadas para garantir a segurança dos militantes durante a campanha “*a gente não vai sozinha*”, contudo apontou que o MST teve uma boa recepção nos territórios, fato que ela atribuiu ser devido à forte atuação durante a pandemia.

*“Nós vivenciamos esse período bem difícil da pandemia onde o nosso movimento teve uma importância muito grande no tema da solidariedade, né? Da doação de alimentos, mas também do cuidado das pessoas. E ao nós ir pra rua depois fazer a campanha teve uma receptividade muito boa. E o próprio exemplo, assim... claro que tem muitas pessoas né que não concordam com a luta do movimento enfim, tem as suas posições a gente respeita, Mas muitas pessoas também que veem o movimento como uma possibilidade de vida diferente, de vida digna, né?”*

### **2.3 PRODUÇÃO DE SENTIDO: Percepções sobre a política, ser mulher no parlamento e movimento social;**

*“Apesar de criticar aspectos do movimento como o conhecemos até agora – crítica que às vezes é dura e implacável – eu o faço não em uma tentativa de diminuir a luta, mas de enriquecer, de compartilhar o trabalho de construção de uma ideologia libertadora e de um movimento libertador.”*

*Bell Hooks<sup>41</sup>*

Todas as entrevistadas perceberam os ambientes políticos como sendo demasiadamente masculino, exemplificado na fala emblemática, compartilhada pela Delegada Nadine, ao declarar que por conta disso, ao entrar na política teve a percepção de estar voltando vinte anos no tempo.

*“eu comecei a olhar pro mundo da política, um universo muito masculino, um universo que ainda é machista e que quando eu me filiei, comecei a fazer campanha, a sensação que eu tive é que eu voltei vinte anos no tempo.”*

Ao contrário do que poderia ser o senso comum, destaca que o mundo da política é ainda muito diferente do mundo da segurança pública. Aponta que a segurança pública avançou, provavelmente esta percepção se deve à forma de ingresso nas corporações policiais, via concurso público, o que faz com que mais mulheres acessem o espaço, diferentemente da política institucional onde os cargos são eletivos. Já Bruna, que enfrentou uma série de violências na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, enquanto vereadora, é

---

<sup>41</sup> *in: Black women: shaping feminist theory.*



ainda mais categórica: *"toda estrutura política é feita para os homens. Desde o frio no plenário. (risos) desde o ar condicionado, sabe?"*. Aponta a forma como até mesmo a estrutura física é moldada para homens e acaba estruturando as relações dentro do parlamento. Como o exemplo - abordado no capítulo 1.1 - do senado federal que passou décadas sem banheiro feminino<sup>42</sup>.

A estrutura, segundo Bourdieu, pode ser entendida como um elemento que inscreve o sistema simbólico no campo da realidade, através do constrangimento. Não há paredes para impedir ou dificultar a entrada e a permanência de mulheres no parlamento ou em outras instituições de poder, por exemplo, mas há constrangimentos de ordem simbólica que realizam esse papel. A estrutura é tudo aquilo que constrange, e o constrangimento atravessa o que é real, material. Bruna compreende que a partir de uma maior ocupação desses espaços por mulheres será possível modificar esta realidade.

*"Então assim, Nós ainda estamos falando de uma política majoritariamente masculina, porém, nós estamos falando de um grande movimento de levante das mulheres pra ocupar esse espaço. Precisa ainda conquistar a sociedade, né? Ainda nós vemos num contexto, numa sociedade, das próprias mulheres, por diversas vezes, como o debate não é tão acessível e nem tão público. Por diversas vezes as mulheres ainda não se sentem capazes de ocupar esse espaço, né? E a gente, eu, muitas vezes me deparei pensando assim, "bah cara, será que eu consigo? Será que dá? Será que..." Porque, É isso! Não tem modelo, né? Precisa ir tentando. Precisa ir tatiando." (Bruna)*

Na mesma linha, Carol observa que a política tem uma lógica masculina independente de ser nos movimentos sociais ou partidos políticos.

*"seja na direita ou na esquerda, ela tem uma lógica que é masculina, que é de brilho, que é de indivíduo, é hétero normativa, que é e tipo "eu sou melhor" de de um pisar no outro, de hierarquia, de patriarcado, né? Ela tem uma lógica patriarcal de... sabe? de pai de todos, que resolve tudo... E a entrada das mulheres na política, ela qualifica a política. A torna mais diversa". (Carol)*

Aponta ainda como uma expressão do machismo na política o que ela conceitua como um processo de divisão sexual do trabalho dentro dos partidos e movimentos.

*"Então as mulheres ficam com as tarefas das cirandas, de cuidar das crianças, com as tarefas da secretaria, de operacionalizar, e ser a secretariazinha, tudo com as tarefas da... sei lá, da comissão de ética pra lidar com os BO que tem dentro do movimento. Então tem que ser a psicóloga do movimento, com as tarefas do... sabe então existe isso, tanto na questão dos movimentos quanto também na*

---

<sup>42</sup> Exemplificado na página 25. idem nota de rodapé 21.

*política, né? No geral, partidária acho que isso também acaba acontecendo. As tarefas de limpeza, tarefas de... acaba sendo as mulheres quem toma a frente, quem puxa, quem se preocupa. E os homens não tanto, acho que tem mudado acho que tem tido algumas mudanças, mas em geral isso são os elementos que eu percebo."*  
(Carol)

Sabrina também observa essa divisão, apontando a necessidade de romper com o ciclo de colocar às mulheres sempre em tarefas de cuidado. A militante do MAM, dá ênfase à necessidade de se garantir a participação política das mulheres tanto dentro das organizações quanto fora, para além da demanda legal, defende que a participação política feminina não pode ser meramente protocolar para cumprir a cota de 30%. E observa que um dos mecanismos, que ela compreende como uma forma de assédio, para manter as mulheres fora dos espaços de direção partidária, é a depreciação de sua capacidade.

*"Não adianta ter uma equidade dentro de um partido onde a participação das mulheres sejam apenas números. Né? Você tem que garantir que haja uma real participação, e não adianta dizer que as mulheres não estão aptas a participar desses espaços, porque na verdade muitas delas estão sendo eliminadas, ou impossibilitadas de realmente assumirem esses espaços, porque os homens tem uma fragilidade a qualquer coisa ali, se sentir provocadas eu acho que com a nossa presença no espaço também, né? nós temos muito a contribuir pelos movimentos do que a gente já criou assim sabe? e enriquecer mais esses locais pra que seja acessível à minoria. não só das mulheres que não acessam esses espaços, porque o negro não acessa, o jovem não acessa, e conseqüentemente a mulher não acessa, porque não é um lugar onde querem que a gente esteja, e a gente se sente assim, né? E pra entrar é na ousadia, entendeu? É na ruptura, e é formando e na radicalidade a juventude, as mulheres, a periferia pra assumir esses postos, e começar ali sim, a se pensar novas linhas da política que fale com o povo, e dialogue pelo povo, e não por esses megaempreendimentos ou capital, né?"* (Sabrina)

Carol, ao compartilhar sobre seu processo de descobrimento da política para além das relações familiares, contou sobre a experiência anterior a sua organização no levante, de construção de um encontro de uma organização que ela e sua amiga haviam sido convidadas, neste encontro elas e um colega homem ficaram na tarefa da cozinha. Carol narrou que durante a execução da tarefa o companheiro sumiu, e elas tiveram que cumprir tudo sozinha e não conseguiram acompanhar os espaços.

*"foi um caos assim, tipo a gente foi super explorada, não conseguimos participar dos debates, não conseguimos participar do encontro, e a gente trabalhou um monte, e eu fiquei meio traumatizada assim tipo. Eram três pessoas na tarefa (um*

*homem), e tipo assim a gente (as mulheres) deu conta de tudo, porque tipo né? Tinha que fazer a tarefa acontecer, e a gente fez a tarefa acontecer,” (Carol)*

Conta que o fato deste companheiro ter se isentado da tarefa, e por aquele coletivo ser construído majoritariamente por homens, fez com que ela escolhesse vir a militar em outra organização. *“E no Levante tinha Ane que era uma das gurias que era namorada do Dani, então tipo tinha um pouco essa referência mais feminina, sabe?”*. Do mesmo modo, Sabrina, que também é de movimento social, destaca o quanto a presença de mulheres em espaços políticos à inspira.

*“Eu senti uma participação maior de mulheres ocupando as bancadas assim e isso é muito evidente a ponto de Porto Alegre ter essa bancada tão bonita hoje assim. E espero que isso seja um estímulo também né? Dessas modificações que tão vindo aí, [...] mas não só aqui, tem figuras assim muito importantes que estão dominando a política hoje, como a Sônia Guajajara por exemplo né? Olha que figura: indígena, Forte, uma representação pra mim, por exemplo, que sou descendente de indígena, me ver representada num espaço desse assim. É acreditar que eu posso chegar lá também.” (Sabrina)*

Os movimentos, no entanto, não lidam com essas situações de forma passiva. Sabrina indica a construção, realizada pelos coletivos de mulheres dos movimentos sociais, de um material escrito, em formato de cartilha, que constitui um protocolo. Consistindo em medidas emergenciais frente a ações infligidas, em espaços desses coletivos. *“Desde identificar o que é assédio né? Do... das coisas mais básicas, né? Do que é ou como proceder.”*

Na perspectiva da institucionalidade, a deputada Nadine, apontou que por estar a pouco tempo na política partidária, ainda não vivenciou nenhum processo de violência, pelo contrário, afirma que sua experiência dentro do parlamento tem sido surpreendentemente positiva, e marcada pelo respeito às divergências políticas, mas destaca que talvez em outras esferas do legislativo pode ser que não seja um ambiente tão respeitoso quanto na esfera estadual.

*“A Assembleia Legislativa tem me dado essa grata surpresa de que nós estamos dentro de uma democracia que existe aqui dentro, mas de um respeito muito mais do que talvez em outros em outros âmbitos do legislativo, né? Se a gente comparar talvez os municípios a também muito mais arraigada essa disputa, alguns corporativismos, algumas ideologias também que são mais acirradas aqui dentro, isso existe, mas a gente consegue buscar acordos e isso tem me surpreendido positivamente no âmbito da assembleia.” (Nadine)*

De forma totalmente oposta, foi a experiência de entrada na política institucional, da deputada Bruna, que em suas palavras foi *“A mais violenta possível”*.

*“Eu nunca imaginei, nem na pior das projeções, que eu imaginava que ia ser difícil olhando a composição da Câmara de Vereadores, mas nem na minha... nem nas piores projeções eu imaginava que fosse ser tão violento e tão difícil, né?”*  
(Bruna)

Aponta que além dos inúmeros desrespeitos por parte de colegas, foi barrada de entrar no plenário na primeira sessão por três vezes “só entrava vereadores.”, “mudava o segurança, mudava a porta, deu! né! aí não me deixava... Aconteceu aqui também, ontem, inclusive!”. Aponta também, que isso ocorreu algumas vezes na assembleia, inclusive no dia anterior ao da entrevista.

*“Eu entendi com o tempo. Que não tinha a estética. Que eles acreditavam que o vereador tinha que ter. Né? É um negócio assim que não se concebe, que o meu perfil, seja um perfil de uma mulher que é parlamentar, que vem, que tem um outro rosto, que tem uma outra postura, que vem de um outro lugar. Né? Então eu contraponho essa lógica da política tradicional, né? E na Câmara de Vereadores isso ficou muito evidente assim. Aliás eles fizeram muito a questão de deixar bem evidente. Então sempre foi difícil, né? Não foi fácil em nenhum momento. Então eu sempre falo, agora a câmara foi um dos lugares mais violentos que eu já passei na vida. Porém eu vivi ali na câmara a etapa mais violenta eu acho. Porque a violência ela caminha lado a lado com a gente.”* (Bruna)

No relato da Bruna fica evidente que além do fato de ser mulher, o elemento do racismo complementa a violência política que vivenciou. Na câmara de vereadores de Porto Alegre, em 2020, pela primeira vez na história foram eleitos 5 vereadores negros, sendo 4 mulheres, o que foi batizado pela mídia, pelos partidos, movimentos sociais e o conjunto da sociedade como “bancada negra”, título que gerou divergência entre os parlamentares.

*“Ninguém se entendia bancada negra, nós fomos batizados enquanto bancada negra, a galera te chamava: ‘Ah bancada negra’, que eram vários vereadores negros, né? No início, nós até tinha uma divergência porque chegam muitos brancos, né? Na câmara. Ninguém entende uma bancada. É só negro que tem que aglutinar pra não dar nome a cada um. Né? Então todo mundo me chamava. Aí era uma confusão, chamava bancada negra, mas ninguém sabia quem era Laura, quem era Bruna, quem era Karen, quem era a Daiana, mas sabiam quem era o Matheus, porque era o único homem. Ah mas não é só porque era o único, é porque é homem, e homem precisa ser nomeado. Então... sabe, sempre.. essa... sempre essa discussão que permeia também as relações, então todas as violências foram políticas, né? Foram violências por ser mulher, né? Então difícil...”* (Bruna)

Além destes elementos, que já tornavam Bruna um alvo preferencial de violências políticas, ela também foi a primeira líder de partido da “bancada negra”, ou seja, ela já chegou ocupando a liderança, presidindo comissões “Então assim, fui uma das mais

*combatidas na câmara. Porém também, a gente precisou fazer o enfrentamento à altura”.* Neste período ela recebeu dezenas de ameaças, além da violência mais institucional. Bruna conta que para ser escutada dentro do parlamento precisou adotar estratégias porque os parlamentares homens ignoravam sua presença, *"eles não me olhavam no olho, era algo assim... era como se eu tivesse... se fosse invisível ali."*, de modo que para conseguir fazer parte dos processos de decisão precisou parar de dar acordo a projetos que passavam por consenso, obrigando os outros vereadores a dialogar com ela.

*"na câmara, o primeiro instrumento que eu uso, eu era a única mulher líder da bancada de esquerda, e eu notava que os acordos se davam geralmente sem a minha presença, eles chegavam e já com a costura pronta. E eu comecei a não dar acordo. Eu dizia 'não, não dou acordo'. E eles começaram a se assustar, porque eles não se davam ao trabalho de me olhar no olho. De me perguntar se eu tinha acordo. Eles simplesmente decidiam. E eu comecei a não dar acordo. Então eu não dava acordo pra nada. E aí todo mundo tinha que parar e conversar comigo. Foi a estratégia que eu fiz" (Bruna)*

A necessidade de desenvolver estratégias no âmbito do parlamento também é um elemento observado no relato da Stela, que conta a necessidade de se portar do mesmo modo que os homens para ser escutada e como reação às tentativas de intimidação que sofreu.

*"Então tá, tu vais falar mais alto? Não, então eu vou falar tão alto quanto tu, eu ia entrar; eu ia pro enfrentamento. E isso muitas vezes me colocava inclusive num patamar muito de 'mesmo sendo mulher; quase como se o homem fosse', tu entendes? Porque eu não me dobrava. Eles tentavam me dobrar pelo fato deles serem homens e eu era mulher. Eu tinha que me dobrar. Eu não me dobrava. Então eu é que ficava mais parecida com eles, pra não me baixar as vontades deles, ou a forma como eles viam que eu tinha que ser né? [...] também as vezes que eles tentaram me intimidar sempre, as melhores falas que eu fiz na minha vida pública seja como prefeita, seja como deputada, como vereadora, sempre foi as vezes que eu estava irritada. Quando eles me irritavam, né? E normalmente eram eles, homens. Normalmente os homens, né? Provocavam irritações assim ou tentavam intimidar-me daí que eles tomavam, né? E então a essa questão também é não. Nunca me intimidei muito não sobre isso, pelo contrário me motivava mais ainda a responder a altura." (Stela)*

Essa necessidade de “agir como eles agem”, também surgiu na fala da Sabrina,

*"Outra coisa que eu vivenciei, como direção, é você ter que se masculinizar entendeu? Eu por ser nova e estar num espaço, desse de direção nacional, a credibilidade que eles me dão é a partir da roupa que eu estou vestindo. Porque se eu tiver uma roupa que eles consideram uma conotação um pouco mais sensual, já começa a ter chacota, brincadeirinha," (Sabrina)*

É interessante analisar o quão distinta é a percepção da Nadine em comparação às vivências de Bruna, Stela e Sabrina. Claro, dentre as entrevistadas, Nadine é a que tem menor tempo de atuação política, ressaltou em alguns momentos que neste pouco tempo de parlamento não sofreu com violências políticas, mas sabe que elas existem e reconhece que não é porque não ocorreu com ela que não venha a ocorrer com outras mulheres. E ao passo que relata uma cobrança para veicular a imagem de “mulher forte, delegada que anda armada”, uma postura mais endurecida, que ela tenta contrapor a isso com valores que ela entende que são mais associados a “essência” da mulher:

*“Eu ouvia muito das pessoas do pedido deste equilíbrio. Né? Que a política tivesse um equilíbrio, mas que as mulheres fossem representadas na essência de serem mulheres, que isso é uma coisa que eu sempre cuidei na política, não deixar de ser mulher de ter as minhas características, as nossas vulnerabilidades que são diferentes dos homens, e deixar transparecer isso também, na política a gente por mais que eu precisasse ser forte, firme, eu era forte, eu era firme, decidida, mas tentava humanizar, tentava trazer aquilo que é a característica da mulher e eu acho que na política a gente precisa também de se manter nessa mesma linha, né? A gente não pode ser igual aos homens porque nós não somos iguais. Então eu tenho tentado me posicionar também como mulher e não perdendo essa essência. Né? As nossas fortalezas que eu digo, né? De mulher. Trazer aqui pra dentro também. Que não é feio. Não nos deixa menos fortes se nós trouxermos também essas nossas ... As nossas características. Eu acho que esse é o meu grande desafio continuar sendo eu mesma aqui dentro da política.” (Nadine)*

Pedidos de equilíbrio para as mulheres, silenciamentos, tentativas de intimidação. Ser mulher na política, seja institucional ou não, dentre tantos desafios, se observa nas falas das entrevistadas um sentimento de dever, uma responsabilização sobre a tarefa, e, ainda que falem sobre o problema da violência política de gênero, é notável um senso de responsabilidade para não expor o próprio partido ou movimento que constrói. Esse comprometimento se pode perceber na síntese feita por Stela.

*“Compromisso que a gente tem com aquilo que tu vais fazer. Tu entendes? Então assim o fato de ter sido eleita por uma tarefa ou de ter sido convidada pra exercer um cargo público tem uma dimensão social tão importante, tão grande, tu entendes, que tu tens que fazer muito bem feito. Entende? Porque aquilo ali tu estás devendo. Quer dizer, eu me sinto muito claramente uma servidora pública. No sentido maior da palavra. Servidora. Tu entendes? Então assim, eu estou servindo aquele que me elegeu. Né? Que paga o meu salário, que paga com os nossos impostos, que mantém toda essa estrutura aí, a duras penas, né? Sai tudo do salário dos trabalhadores. Então assim, eu tenho uma noção muito clara, muito muito clara.*

*[...]na minha opinião, naquilo que eu defendo que o espaço público tem que ser um espaço importante né? Porque ele trata com coisas muito importantes que é da vida das pessoas né? E ele tem que ser valorizado tu entendes? E tu tem que estar à altura dele. Se tu não está à altura dele, sai fora então. Sai fora. Não fica ali. Entende? E muitas vezes eu fui muito mal compreendida porque eu não tolerei coisas. Perdi muitas amizade entende? Porque as pessoas entendiam que... Sabe que tu tinhas que fazer vista grossa porque afinal de contas né tu estás ali. Tu tens o direito de estar ali. Ninguém tem o direito de estar ali. Tu entendes? Tu tens o dever de estar ali. Ao estar ali tu tens deveres. Muito mais do que direitos, né.” (Stela)*

De modo que às percepções das entrevistadas reforçam a compreensão da política enquanto um ambiente masculinizado. Ser mulher na política não institucional também impõe desafios, como relata Sabrina, que constrói o MAM, que é um movimento social misto.

*“Nós somos um movimento misto e que passa pelas mazelas ainda, né? De ter uma direção, que mesmo que tenha uma equidade, né? Porque a nossa direção é muito párea. Tanto o número de homens e de mulheres. Mas temos vários problemas ainda a enfrentar com relação a esses companheiros que tão dentro. E tivemos muita sorte de beber na fonte dos movimentos tanto do MST ou o MMC, que tem aglutinado experiências pra lidar, né? Com o movimento misto também, pra gente moldar a nossa coordenação e eliminar muito daquilo que era as mazelas, sabe? Pra que não seja uma realidade permanente. Ainda não é assim o ideal, mas olha eu posso te garantir de que muita coisa assim é diferente. Inclusive a própria adoção do protocolo, né? Que é uma das coisas que a gente está utilizando como um ponto central nas nossas formações, nos nossos espaços, como algo que a gente vai aderir a partir de hoje, pra não aceitar qualquer tipo de assédio, enfim, ou do comportamento indevido, né? De um dirigente ou de qualquer um que esteja nos nossos espaços, protocolos.” (Sabrina)*

De forma geral, as entrevistadas relataram que percebem que está avançando, mas ainda encontram muita resistência dentro dos movimentos mistos. Carol narra sobre quando se aproximou do Levante a reação dos homens: *“Os guris tinham medo desse debate do feminismo, né? Tipo sempre tentavam temporizar, e tentavam tipo ‘ah não, não dá pra ser tanto assim’”*. Aponta que em um primeiro momento por ser filha de um pai petista e em um segundo momento por se relacionar afetivamente com um companheiro da organização, sempre havia uma percepção, rumores e fofocas, onde a posicionavam como sendo “manipulada” por homens, mesmo após estar em espaços de direção.

*“Daí logo, eu noto que eu tinha bastante destaque mas os guris tinham um certo com uma certa desconfiança por causa do meu pai ser do PT e das reuniões era tudo lá em casa, aí uma hora começaram a encrencar, ‘aí não sempre fazer as reuniões na tua casa tem que mudar’. Só que tipo nunca tinha outro lugar. E daí...”*

*mas enfim essas coisas assim começaram a surgir; e tal, mas tipo muito numa ideia de 'ah eu vou ser influenciado pelo meu pai que é um homem né?' Só que como se eu não pudesse.... aposto que se fosse um menino não sei se teria essa desconfiança tipo um menino filho de um petista não sei se teria essa desculpa.” (Carol)*

Comentários como “ela é a sombra do namorado”, foi uma das formas de deslegitimar sua construção. Silvia, destaca que nunca percebeu algo tão grave, mas faz um apontamento importante, de que as organizações não estão isoladas do mundo, de modo que às violências também ocorrem dentro dela, ainda que haja uma construção de combate ao machismo. O desafio é justamente combater essas violências internas para que mais mulheres entrem na política e modifiquem esse cenário.

*“A gente às vezes vivencia situações assim de violência, né? De violência assim, de agressividade, de tons de voz diferente contra as mulheres, porque se posicionam, porque fazem a luta, né? Então isso, hoje, isso também tem no nosso meio, tem na nossa na nossa organização, por vezes né? Situações assim que nos entristecem muito, porque por vezes, ainda alguns companheiros extremamente... com caráter mais machista, assim enraizados, aí com patriarcados e às vezes acham que as mulheres tem um determinado local né? Isso acaba nos entristecendo bastante, né? A gente não vive numa ilha, né? Sabe que isso também por vezes acontece no nosso movimento, mas nós sempre temos as tarefas de lutar contra, contra esse tipo de coisa, né? Porque às vezes acontece.” (Silvia)*

Um ponto curioso observado nas entrevistas é a dificuldade de reconhecer processos de violências. Como observado nos parágrafos anteriores, muitas vezes as entrevistadas declararam “nunca sofri nada”, “não vivenciei”, “nunca percebi”, e na sequência relatam inúmeras situações violentas. Questionadas se já observaram alguma situação de violência política de gênero ocorrer:

*“Olha, como eu... a minha circulação ela não é tão grande assim né? Claro que esses fatos que a gente vê na mídia a gente vai acompanhando... [...]então assim... volta e meia eu vou pra Porto Alegre pra uma atividade ou outra, então não tem como a gente ter mais permanência pra ver situações assim né?” (Silvia)*

*“nos espaços que eu frequento né? Atualmente eu vejo muito pouco isso. Você entende? A gente vê ali por exemplo na assembleia mesmo hoje como como deputada estadual e tal. Eu acho que as pessoas estão se contendo mais no ambiente do parlamento lá dentro eu não tenho, não, pelo menos não tenho me apercebido. Talvez eu não esteja me dando conta assim de coisas que estejam sendo vivenciadas né? Mas eu não consigo visualizar.” (Stela)*

Uma possibilidade para esse fenômeno é a proteção do movimento ou partido por parte dessas mulheres. Outro fator, é que as mulheres mais velhas tendem a não associar a situação como sendo algo violento, quando elas conseguem esboçar reações. Como a Stela que após ter declarado que no ambiente do parlamento não tenha percebido situações de



violências, em outro momento declara que sim, tentaram a intimidar em CPI's e outros processos na casa.

*“tentaram me intimidar, a mim sim, algumas vezes, mas também nunca conseguiram né?, Eu lembro-me até de uma das CPIs, que eu era uma das representantes da nossa bancada. E a CPI a gente tem um poder, e uma autoridade política de polícia, né? Pra fazer a tomada depoimento. Toma depoimento mesmo. E e eu lembro-me de uma figura que veio com uma pasta pra tentar me intimidar,[...] E aí eu bah, fui pra cima dele” (Stela)*

Do mesmo modo, Nadine, ao discorrer sobre sua reação à cenários de violência, comparou seu período dentro da polícia, nos últimos vinte anos, apontando que passou por algumas situações que “não diria de violência” por sempre ter, em suas palavras, “encarado de forma positiva”:

*“me colocando nos espaços e mesmo quando sentia algum tipo de discriminação. Eu, e aí cada uma age de uma maneira, tentava fazer ainda mais. Em vez de talvez reclamar, de claro que me posicionava, mas de uma maneira muito elegante dizendo assim, não, eu posso estar lá. Né? Eu, não me interessa se eles estão pensando isso. Então eu vou trabalhar o dobro, e é o que geralmente as mulheres fazem. Pra provar que eu consigo fazer. E assim eu fui galgando postos dentro da instituição, e hoje, o que então me fez entrar na política foi justamente o fato de ter chegado no topo da carreira, de olhar pra trás e ver que eu tinha conseguido. Que talvez aquilo inspirasse tantas outras mulheres.” (Nadine)*

As mulheres mais jovens, tanto parlamentares quanto militantes, tendem a reconhecer com mais facilidade as violências políticas em decorrência do gênero. Bruna narra um episódio de *Manterruption* em que uma outra parlamentar, mais velha, estava sendo constantemente interrompida por um parlamentar homem na comissão que ela própria presidia.

*“Nós tínhamos, eu faço parte da comissão de finanças, uma deputada que inclusive não é de esquerda, é de direita, preside os trabalhos e um deputado não deixava ela falar, incessantemente, insistindo. E quando eu fui falar ele fez a mesma coisa. Só que como eu já estava acostumada com essa prática na Câmara de Vereadores, eu insisti, parei de falar e disse pra ele, vai, te inscreve pra falar! Aguarda a tua vez! Inscreve pra falar! Foi assim, e ele foi... e ela entendeu. E o mais interessante não foi ele. Porque ele queria me enfrentar. O mais interessante foi ela. Entendendo que não era natural. A expressão dela mudou, ela pediu pra mim ficar depois da comissão e ela disse assim: "eu notei que tu enfrentou ele". Eu digo sim, a gente precisa enfrentar. Não é natural, então eu achei muito interessante, foi um dos momentos assim bem significativos.” (Bruna)*

Esse ponto também surge na fala da Stela. Após narrar alguns processos violentos que vivenciou, aponta que o contato entre gerações produz aprendizagens importantes, que ela conseguiu desnaturalizar algumas coisas aprendendo também com essa nova geração de mulheres que está ocupando a política.

*“Porque agora está tudo muito mais claro pra nós mulheres, né? As que vem depois de nós, especialmente as mais jovens, têm mais clareza ainda, então mais ainda elas se colocam numa posição. De muito mais empoderamento do que nós. Isso nos ajuda muito, né? Então a gente vive um processo permanente, né? De crescimento e de empoderamento mesmo.” (Stela)*

A importância dessa multiplicidade de vivências como um fator para qualificar a política, também surge na fala da Silvia:

*“Muitas companheiras também têm um grau importante de estudo de conhecimento, né? O que também ajuda, e acho que precisa dessa mistura, né? Precisa dessa mistura de luta, mas também de conhecimento, de conhecer todos esses caminhos da política, né? Para que a gente possa avançar. E quanto mais movimentos sociais tiver mulheres e homens engajados nessa luta, né? Fundamental para que a gente avance” (Silvia)*

Já Bruna, aponta que a participação política das mulheres é necessária e a chegada das mulheres no parlamento, produz sentido, na medida que muda a vida das pessoas de tal forma, tendo em vista que as mulheres olham para a política de uma maneira que os homens não o fazem, porque elas são a base que sente primeiro a precarização da vida. Exemplifica este ponto de vista falando sobre a maternidade e sobre um projeto voltado para mulheres em situação de violência.

*“A nossa chegada na política, ela produz sentido, né? Todos os projetos... Eu aprovei um projeto agora na Câmara de Vereadores que prioriza mulheres que sofrem violência doméstica. Né? Então mulheres, que sofrem violência doméstica, que não tem, não tinham nenhum instrumento legal que conseguisse sustentar ou conseguisse, auxiliar nesse processo de rompimento com a violência, nós temos um instrumento agora que é legal, que é lei, né? E que nós vamos poder aí.. brigar pra que se implemente, então, eu hoje, cada dia mesmo que com muita dificuldade, mesmo que seja exaustivo, mesmo que seja muito cansativo, porque eu não deixo de ser mãe, eu não deixo de tocar uma casa, eu estudo, né? Eu, mesmo com todas as dificuldades, e os acúmulos, e as sobreposições, eu sou mãe, solo né? Só, e de uma guria, que é muito bacana. Eu gosto muito de ser mãe, ... e até porque, imagina! Eu sou mãe desde os dezesseis anos. Então, boa parte da minha vida consciente é sendo mãe, né? E a maternidade me transforma muito, me dá sempre muita responsabilidade, né? Então a política, essa política, a política que nós lutamos pra fazer, ela produz sentido.” (Bruna)*

Do mesmo modo, Sabrina dialoga sobre o lugar da mulher na política, na construção do movimento social.

*“Acho que é onde a gente mais tem a tendência a formar é dentro do movimento né? Se você quer romper, justamente com essas barreiras do que é, esse ideário do capital, em torno do que, onde a mulher deve tá, é dentro do movimento social, mesmo com todos os problemas, porque é onde eu tive espaço pra estudar e onde eu tive espaço de conhecer minha realidade e me formar, realmente me formar como outro sujeito” (Sabrina)*

Ainda que a política possua uma lógica masculina e patriarcal, e que as entrevistadas percebam esse espaço como sendo profundamente masculino, a política produz sentido na medida que modifica a realidade material das pessoas quando as mulheres ocupam o poder.

#### **2.4 UMA CHEGADA NECESSÁRIA: Participação política feminina e dificuldades;**

*“Quando uma mulher entra na política muda a mulher,  
quando muitas mulheres entram na política  
muda a política”*

*Michelle Bachelet*

A célebre frase de Michelle Bachelet sintetiza o efeito da participação política feminina. Ao passo que as entrevistadas expuseram muitas dificuldades enfrentadas no mundo da política, é unânime a concordância da necessidade desses espaços serem mais ocupados por mulheres. Bruna resume com a frase: *“É uma chegada necessária. Antes tarde que nunca, né?”*, e essa chegada necessária, que produz sentido na medida que propulsiona novos olhares no fazer político, é repleta de desafios, como colocado pela primeira deputada estadual negra eleita pelo Rio Grande do Sul.

*“A partir da nossa chegada vai ter absorvente sendo distribuído na escola. Pra meninas como eu poder acessar a escola. sabe? Então assim, poxa tem sentido, né? Então, a política pra nós precisa produzir sentido.” (Bruna)*

Um exemplo desta diferença de olhar, está no episódio narrado por Bruna, de que as mulheres eram desencorajadas a pegar a comissão de orçamento, por ser considerado um instrumento burocratizado e “menos político”, no entanto, disputas importantes foram travadas naquele espaço sob a presidência de Bruna.

*“Eu fui a primeira mulher a presidir a comissão de orçamento na Câmara de Vereadores, nunca na história uma mulher tinha ido pra comissão de orçamento, porque todo mundo dizia "ah aqui agora, é um... é um instrumento burocrático da casa." Eu digo não! O orçamento é o instrumento mais político da casa. Porque aqui*

*passa apresentação quadrimestral, que é aquela apresentação que o governo municipal diz o que está fazendo, o que não está fazendo, então tu estás vendo se o discurso que foi apresentado na eleição está se materializando na prática, ou não, então aqui passa as leis, tanto o PPA, quanto a LOA e a LDO, então tudo passa por ali.” (Bruna)*

A necessidade de que haja um sentido no fazer político também é observado na percepção das militantes, tendo em vista que por estarem na base as mulheres são as primeiras a sentir o efeito da precarização da vida, de modo que nos movimentos sociais, diferentemente da institucionalidade, as mulheres são as primeiras a se organizar. Nesse sentido, Sabrina do MAM, expõe sua percepção sobre a evolução da participação política feminina.

*“Eu acho que a gente evoluiu muito. Muito mesmo. Hoje em dia, nós temos movimentos onde as mulheres não só atuam, como são sujeitos principais nesse processo, as mobilizações por exemplo o MAM ele vive principalmente de mobilização das mulheres. Porque uma coisa é fato. São elas que sentem primeiro os impactos das mineradoras na vida, no cotidiano. São elas que sentem primeiro, sabe? São elas que são infringidas primeiro, então são elas que se mobilizam primeiro né?” (Sabrina)*

Em contrapartida, na institucionalidade, ainda que haja ações de reserva de 30% de vagas nas listas partidárias de candidaturas, e reserva no fundo eleitoral, visando estimular a entrada de mulheres na disputa eleitoral, ainda há dificuldades e tentativas de burlar o cumprimento do piso. Nadine, percebe esse fenômeno da seguinte forma:

*“Realmente, na prática muitas vezes é muito difícil completar esses trinta por cento. Por quê? Por causa dessas dificuldades que eu comentei. Então eu acho que a participação feminina é necessária. Né? Nós temos que... se cada uma se doar um pouquinho, né? E entrar nesse, nesse universo e por um determinado período, porque não precisa ser pra sempre. Eu sempre digo, quando a gente consegue alcançar esses espaços a gente arrasta outras pelo exemplo, né? Mostrando pra outras mulheres não, é difícil? É difícil! Mas é possível. Né? E é possível a gente ser respeitada.” (Nadine)*

Existe um reconhecimento da importância da institucionalidade também na percepção de quem está nos movimentos. Silvia discorre sobre o entendimento de que só quem sofre é que consegue ter compreensão da urgência de determinadas mudanças - como o exemplo de Bruna e a luta pela dignidade menstrual - por isso é primordial que haja mais mulheres ocupando esses espaços.

*“É bem importante, sabe? Porque pra mais da gente estar ali, no dia a dia, no trabalho, na roça, no plantio, né? Na colheita. A gente sabe que as nossas,*

*principalmente olhando pras mulheres, não só pras mulheres, pros companheiros também. É importante que a gente tenha pessoas na institucionalidade pra poder ajudar nós a modificar as leis, né? Isso faz parte. É, passa por a gente fazer a mobilização, pra gente fazer a luta mais passa por a gente ter pessoas preparadas e trazer a bandeira do povo trabalhador pra fazer as modificações das leis, né? Que vai ajudar a criar condições de vida digna pras pessoas. Então assim, pra nós é fundamental, e quando são as mulheres que são candidatas e que são eleitas a gente fica muito mais fortalecida porque a gente sabe que é só quem... quem sente as dores é que faz as mudanças né? E pra tratar de assuntos das mulheres, das lutas, da violência, da fome, da exploração, do assédio, é mulheres, né? Então pra nós assim é fundamental” (Silvia)*

Ainda que haja obstáculos para a participação política das mulheres, os movimentos têm realizado processos de formação e estímulo. O que não é uma tarefa fácil, tendo em vista que “Os homens, né? eles têm esse perigoso costume de querer ser, estar à frente de tudo...”, como caracterizado por Silvia, que exemplifica:

*“Quando você chega nessa frente da política tem vários entraves, né? Tem várias barreiras, e há um jogo, a depender... que a gente tem vivido historicamente de que a gente foi perdendo a fé na política, né? E a gente, as mulheres, a gente só vai fazer se a gente acreditar que uma coisa é bom pra gente, e que vai dar certo. Então por isso que muitas de nós por vezes, né? Opta por ficar no campo da produção, no campo da casa, da luta, da mobilização. E não ir pra frente institucional. O que nós temos feito são debates importantes, processos de formação com as nossas mulheres, pra dizer não, É possível! né? É possível a gente ter pessoas na política que de fato façam a diferença. E se a gente quer que façam a diferença, tem que ser nós. Tem que ser as mulheres, né? Nós temos que nos preparar e ocupar esses espaços. O que não é simples, o que não é fácil” (Silvia)*

Assim também, Carol classificou a participação política feminina como sendo bem difícil e dolorosa. A jornalista discorre sobre o acúmulo de tarefas e declara que, no início da sua trajetória política, não queria se envolver na pauta das mulheres tendo em vista que identificava como sendo a dupla jornada de trabalho refletida na militância política.

*“A gente já tem uma dupla tripla jornada no mundo real, porque a gente tem que trabalhar fora de casa, a gente tem que trabalhar em casa, com todas as responsabilidades que a gente tem enquanto mulher na sociedade, seja pra cuidar dos idosos, pra cuidar das crianças, seja pra o cuidado doméstico, que é trabalho, e que isso é uma forma de exploração que fazem com a gente, com os nossos corpos, e que inclusive ajuda o sistema capitalista a se manter né? E na militância, quando tu és militante político que quer mudar a sociedade e a realidade, tu tens que também ser militante da causa das mulheres. Não basta ser só militante, sabe? Não tem uma pauta única, a tua pauta também acaba sendo a pauta das mulheres, e isso te*

*condiciona a ter muito mais tarefas que os homens não tem. Então, tipo assim, tu reúnes na reunião mista, e reúnes na reunião só com as mulheres. vai na pauta mista, sobre o ato contra a fome, e tem que organizar também o ato do oito de março que é só as mulheres. Então isso acaba sendo... tendo um peso, uma sobrecarga, né? Porque é cansativo, tu tem que estar.. então enquanto os homens reúnem o quê? Duas vezes por semana, as mulheres reúnem quatro, sabe? Então tipo acaba sendo o dobro do processo da militância.” (Carol)*

Declara que este é um dos fatores que a incomodava, tendo em vista que, na maioria das vezes, às construções da pauta feminista tem como característica, que muitos dos espaços sejam exclusivos para mulheres, “só mulheres podem tocar”, para garantir o protagonismo da pauta, em detrimento da garantia de paridade, para que haja participação efetiva e também protagonismo de mulheres em espaços mistos.

*“Acho que tem que ter auto-organização, só que eu acho que a auto-organização ela tem que estar atrelada a ter mais mulheres nos espaços mistos, e não criar um espaço pras mulheres que seja confortável, não! É fazer com que a auto organização faça com que todos os espaços sejam confortáveis e que tenham mais mulheres, e eu sempre defendi a questão da paridade nos espaços, porque não adiantou nada ter auto-organização ter muitas mulheres na auto organização, daí tu chega no espaço tem uma mulher representando. Não faz diferença nenhuma, porque tu está sectarizando a pauta e não está trazendo ela pra dentro.” (Carol)*

De modo que conseguir de fato enfrentar o problema é garantir que o espaço misto seja também confortável para as mulheres. “*Existe ainda muita desigualdade, muita desigualdade, mas existe uma necessidade que as mulheres participem da política. Seja ela não só através da pauta feminista, mas de todas as pautas”*.

*“Então acho que é um processo que é muito... mais mulheres nos espaços, ajudam as mulheres a se sentir mais à vontade, as mulheres que estão se sentem mais à vontade pra participar, pra falar, pra fazer. Então eu acho que, ainda existe uma dificuldade, ainda existe uma desigualdade, mas tem uma necessidade de ter mais. E é difícil, é doloroso, mas é um espaço que a gente precisa ocupar para que outras que vierem depois...” (Carol)*

Do mesmo modo que a falta de representação é um elemento que dificulta, para que as mulheres entrem na política, na percepção da Carol, tendo em vista que se as mulheres não se visualizam no espaço misto, elas não se sentirão à vontade para adentrar nesses espaços. Silvia também compreende que há dificuldades de avançar na representação, por conta dos estigmas de “o lugar da mulher”.

*“posso falar por mim, né? Uma das maiores dificuldades que eu encontrei até então foi de fato a gente avançar pra ocupar os espaços, né? Porque a gente é*

*muito mais é daquele cuidado, do dia a dia, do trabalho, e a gente acha... a gente aprende que a nossa vida é só isso, né? Que é cuidar da casa, cuidar da família, cuidar do entorno. E a gente não aprende que a gente pode fazer mais, né? Essa sociedade capitalista não ensina né? Ou não educa as mulheres pra que a gente possa de fato entender que esses outros espaços são fundamentais pra nossa vida, né?” (Silvia)*

Silvia também compreende que, do lugar de onde ela parte, a falta de acesso ao estudo também se torna um limitador para que as mulheres acessem a política.

*“Então ocupar esses espaços de liderança, a gente assim... superar vários limites, né? porque os limites que a gente tem hoje... é claro que a coisa está mais avançada né? Mas o próprio estudo né? o próprio estudo técnico, teórico... isso não foi nos dado muitas portas, né? Pra isso. Pra mulheres... pelo menos pra geração assim mais pra trás da minha né? Mas... coisa boa que..., né? Que a gente tem muita juventude estudando, aprendendo, ocupando os espaços do saber, né? Mas a gente não teve muitas essas oportunidades, então essa é uma coisa bem difícil né?” (Silvia)*

Elemento que também surgiu na fala da Dep. Stela ao declarar que *“Talvez uma das maiores dificuldades seja exatamente despertar a consciência das mulheres,”* porém há um reconhecimento da prática política como um elemento formador.

*“Eu me dei conta disso, a gente precisa se reciclar e a gente precisa oferecer especialmente às mulheres capacidade de se formarem. E eu não tive muito isso, mas assim, eu não tive essa possibilidade formal de formação. Mas eu tive a informal. Como eu te disse dentro de casa. Dentro do ambiente da igreja naquela época existiam, com movimentos fortes que nos formavam e tal. Hoje o que eu observo assim ó? A exceção de alguns momentos interessantes que surgiram, não tem novidade nisso né? Então, como que as mulheres se formam? Muitas mulheres chegam a minha idade sem formação política nenhuma, e aí elas não conseguem ter consciência do porquê concorrer. Tu entendes?! concorrer a algum cargo eletivo, seja ele político ou partidário, seja ele na associação de bairro, seja ele no Conselho Municipal de Saúde, sabe? Porque tem que ter consciência muito forte, pra poder daí sim muitas vezes equilibrar essa coisa da vida pessoal, familiar com a militância política, né? Seja ela partidária ou comunitária ou social. Então na minha opinião essa é a grande questão. Talvez a grande chave, grande dificultador de nós termos menos mulheres, pra além da questão financeira, pra além de quaisquer outras questões, que são importantes também, e que nós também seguimos tendo que lutar pra garantir paridade, diria o maior desafio na minha opinião é este. É como que a gente faz pra que mais e mais mulheres possam despertar, e despertar de tal forma. Com tanta força, a importância que elas têm como mulher. Pra construírem, trazerem a sua contribuição política. Vejam a política como uma coisa real, que pode mudar a vida das mulheres. Muda a vida das pessoas. Muda a vida delas, das*

*famílias delas. Da sociedade onde vivem. É que se você não tem essa consciência, aí fica muito difícil. Se dispor.” (Stela)*

A formação e o tempo, também surgiu como uma dificuldade na fala da Sabrina, ao comentar que por uns anos foi companheira de um dirigente do MST, destacou a questão do tempo como uma das dificuldades que afetam mais as mulheres.

*“ele era um poeta, muito estudioso, muito gente fina, muito culto, mas ele teve tempo para o estudo e para a militância, coisa que muitas vezes as mulheres não têm. Muitas vezes as mulheres têm que parar de estudar porque engravidaram, ou conciliar a militância com o trabalho e o cuidado, não só dos filhos, mas da família inteira. Por um tempo eu me senti inferior a esse companheiro, em relação a uma questão mais intelectual de falar em público, não me sentia em condições, até para me apresentar eu tinha dificuldade, estava na tarefa de finanças mas se eu pudesse não me apresentar em uma plenária, uma reunião, eu não me apresentava porque achava que não tinha condições, até de estar a frente de um espaço de formação. Diferente dele que falava. Uma vez na época que as formações continuadas do MST duravam meses ele pode ficar nove meses só estudando teoria política, eu não tinha essa condição. Claro que hoje eu tenho, mas muito fruto de um processo de rompimentos e fortalecimentos internos que me trouxeram onde eu estou hoje. Então hoje se precisar estar à frente de uma mesa, ou contrapor alguém até a ele, eu tenho segurança, mas nem sempre foi assim” (Sabrina)*

De modo que a insegurança, é um elemento sempre presente. Seja por não terem tido acesso ao estudo formal, seja por não terem tempo para se dedicar a ficar meses estudando algum conteúdo, seja por outros gatilhos que acionam a insegurança que muitas vezes passam por “timidez”, mas que nas falas das entrevistadas se constata que as mulheres são cotidianamente intimidadas na política, para sentir que não são suficientes. Ao passo que com os homens as cobranças são mais leves, como aponta Carol.

*“Eu acho que existe muito a brotheragem. Né? Dessa coisa dos homens perdoarem com mais facilidade do que perdoam as mulheres. Mas acho que é um processo, um desafio assim, acho que existe muita dificuldade de falar, né? Essa coisa das intervenções pra mim sempre foi um dilema, porque eu sempre tive dificuldade de fazer intervenções por achar que o que eu vou dizer, não é o suficiente, não tá certo, tá errado, não ter muita segurança e acaba que os homens vão lá e falam qualquer bobagem e está tudo bem. Ninguém liga. Mas a gente fica um pouco nessa insegurança, de tipo “ah será que eu falo? Será que eu não falo? Será que eu não...”” (Carol)*

Na perspectiva de Nadine, uma das maiores dificuldades no caminho das mulheres na política é do tempo da política, e de certa forma o espaço também, tendo em vista que muitas reuniões de bastidores são quase sempre fora dos horários comerciais. Principalmente à noite.



*“Então pra mulher o mais difícil é isso, é por isso que a mulher tem mais dificuldades na minha visão de pouco tempo, né? Mais dificuldades de fazer esses acordos políticos, essas né? Esses momentos que muitas vezes acontece em ocasiões e momentos que a gente gostaria de estar em casa. Né? A gente não consegue fazer uma reunião às três da tarde numa agenda pra fazer uma composição política. Às vezes os grandes acordos políticos, os grandes, os grandes temas são discutidos em outros horários e espaços né? Que geralmente não são das mulheres. Que que a gente tem que fazer? Tem que se inserir nesses espaços, é o que eu tenho feito, e talvez puxar eventualmente algumas discussões pros horários que a gente pode, que a gente também quer. Né? A gente também não ser pautada, eu acho que isso é um o grande desafio talvez nosso de também dizer: ‘não, nesse momento vou fazer tal coisa, mas nós vamos conversar sobre isso em outro patamar.’” (Nadine)*

Já para Bruna todas as dificuldades foram em torno da violência política.

*“Por exemplo, esse vereador que era o vereador que me perseguia na Câmara de Vereadores, ele também era candidato. Então ele fazia questão de fazer agendas próximas a lugares que eu estava fazendo agenda. Ele ficava passando, ele ficava... Bolsonaroista, tu não sabes que esses loucos fazem, né?... Então assim, sempre tinha aquela insegurança. nós sofremos muitas ameaças, muitas. Assim diversas.” (Bruna)*

Do mesmo modo, Sabrina também observa que para uma mulher se expressar em uma assembleia, ou algum evento, sempre precisa estar preparada, com muitos dados e fontes para corroborar o seu saber, enquanto os homens não precisam, seu posicionamento já é validado.

*“Geralmente a mulher, quando ela está num espaço, quando ela fala, tudo precisa ser provado, O homem não é questionado. Quase nunca é questionado. Agora a gente não, a gente tem que quase que ir com TCC pronto, assim ó! pra gente mostrar de que enfim, isso aqui é o certo. E isso impossibilita muito a participação.” (Sabrina)*

Além das cobranças e expectativas sociais, pelo fato de a política ser muito dura, as mulheres absorvem de uma forma mais dolorida. Na medida que sempre há cobranças sociais pela perfeição sobre as mulheres, gerando problemas de confiança e autoestima, que se reflete no mundo da política. A busca pela perfeição que quando não é atingida, gera a insegurança. Carol descreve um pouco esse processo.

*“Acho que bate diferente nas mulheres né? Porque a gente tem muita insegurança, como a gente é sempre colocado à prova, como a gente... a sociedade sempre está nos cobrando o corpo perfeito, um rosto perfeito, cabelo perfeito, acho que tudo, acaba que às vezes, nas relações políticas, a gente também faça essa cobrança. Então a gente tem que ter a melhor fala, a gente tem que ter a melhor intervenção, a gente tem que ter o melhor estudo, a gente tem que ter lido todos os*

*livros sobre política... Então a gente sempre tem que mostrar a nossa excelência, porque senão a gente não é válida. Isso tanto, é um processo interno, que nós mesmos fazemos, mas também é um processo que o ambiente proporciona. Os homens são perdoados, se eles não sabem sobre enfim... um assunto aleatório. Agora as mulheres já são vistas de outra forma por não saberem.” (Carol)*

Essa insegurança, gerada por processos de intimidação, mesmo os mais sutis, como interromper, constranger, etc. Impacta tanto nos movimentos sociais quanto na política institucional. Sabrina, ao falar sobre isso, ressalta que uma mulher para ocupar um espaço político, sempre precisa provar ser muito melhor que um homem.

*“eu não vou estar em alguns espaços, justamente por me achar inferior, eu vou preferir que outra pessoa assuma esse espaço por mim. E pra ser pra ser vereadora, pra ser uma deputada, tu tens que ser... um cara pode ser muito ruim, um vereador muito ruim, mas pra tu ser, tu tens que ser considerada muito melhor; tipo, tu tens que ser, pra ser mulher num espaço desse tu tens que ser muito mais qualificada em vários, em várias linhas de assunto, entendeu? Tu tens que se aperfeiçoar demais. Não é só ser boa na questão popular; por exemplo a Daiane é maravilhosa, a Bruna é maravilhosa, são super inteligentes, né? Mas imagina o quanto elas já devem ter sido questionadas assim, ou limitadas da participação.” (Sabrina)*

Silvia, do mesmo modo, observa que além de tais pressões, o ambiente político que ela denomina como “tradicional” é cheio de disputas pelo poder que na maioria das vezes estão a serviço de projetos individuais e não coletivos, e às mulheres ao entrar na política tendem a ter como rede de apoio o espaço de construção de um projeto coletivo.

*“por isso que muitas de nós resistimos ao estar nesse espaço e a política tradicional, é bem pesada assim né?[...] olhando pros municípios, olhando para o próprio município onde eu moro, há um jogo de disputa, assim... de poder mas não... não é um jogo assim pra mudar a vida das pessoas né? A depender de quem está ali, que é muito mais o cuidar do que é seu pra si, do que pro conjunto da coletividade. E nós enquanto mulheres do MST, achamos que pra estar nesse espaço, tem que ser um espaço coletivo, e tem que ser construído da maneira que vai dar resultado pro conjunto da classe pro conjunto das mulheres. Por isso que por muitas vezes a gente, né? Opta em fazer a mobilização, em estar na rua, em tá com as lutas nas ruas e não estar nesse espaço da institucionalidade[...]mas temos avançado bastante né?” (Silvia)*

Outro elemento que surgiu entre as dificuldades é a questão do afeto, da ternura na política que por ter esse caráter patriarcal, duro, se perdeu, fazendo com que muitas vezes as mulheres deixem de ver sentido nesse espaço. Como descreve Carol.

*“Em alguns períodos foi muito difícil, eu mecanizava a minha participação justamente pra aguentar ficar naquele espaço. Porque eu sabia que era importante eu estar naquele espaço. E eu tinha um acúmulo político importante, mas isso teve um teto, então a partir do momento que eu não me sentia mais... afetivamente... não me sentia mais assim afetada, de forma afetiva, eu não via mais sentido estar naquele espaço por mais que eu gostasse, por mais que eu acreditasse politicamente naquele espaço... mas eu não via sentido porque eu não tinha relações de companheirismo que me fizessem querer estar ali, assim, pra além das relações de trabalho né? Era um processo que não faz diferença na minha vida pessoal, estar nesse espaço e acho que a política ela precisa ter esse atravessamento, de fazer parte do todo, né? Porque tudo é político, né? Então quando tu perdes isso, eu acho que isso pras mulheres talvez seja mais difícil de lidar, porque como as nossas relações são pautadas no cuidado, no afeto, a gente tem esse papel na sociedade, querendo ou não, a gente está impulsionada pra isso. Acho que quando isso falta nos espaços, a gente meio que perde o sentido, e acho que é uma coisa bem subjetiva que a gente não percebe... [...] E, então, isso é uma coisa que eu acho que dificulta muito a participação das mulheres. E quando a gente não se sente acolhida nos espaços, não se sente incluída, não se sente de certa forma amada, não sei bem a palavra, mas parece que é... Não faz sentido assim, sabe?” (Carol)*

No entanto, ainda que haja oposição, há solidariedade. Sílvia, pontua que sim, a política é dura, mas que cada vez mais as mulheres se organizam e constroem essas redes de apoio e afeto, para que mais e mais às mulheres ocupem a política.

*“Então assim são... são várias dificuldades pra gente entrar nesse mundo, pra gente ocupar esse espaço. Mas ao passo que a gente vai ocupando, a gente não retrocede, né? A gente só vai pra frente. Isso é muito custo. Às vezes tem choro, às vezes tem dor, às vezes tem lágrima, às vezes tem briga. Mas tem uma mulherada que apoia, sabe? esse apoio nos fortalece! Mas é um pouco assim... essas dificuldades que a gente tem né? Mas que a gente vai superando ao passo que vai fazendo a luta e vai se conhecendo e vai participando e vai ouvindo as outras companheiras também né?”*

## **2.5 “TÁ BEM MÃE, MAS TENTA VOLTAR SEMPRE!”: A família, a ausência, e a culpa;**

*“Quando a gente mudar nossa cultura vai achar estranho o pai que nunca está com seus filhos.*

*Alguém está.*

*Esse alguém é a mãe.*

*Isso tem relação com mulheres não ocuparem o espaço público.*

*É fácil, fácil para um homem.  
Quando desfila com o filho, vira mito.”*

*Manuela D’ávila*

Ser mãe é uma tarefa desafiadora. Ser mãe na política, os desafios se multiplicam. A relação maternidade e ocupação de espaço público é um elemento presente de forma constante nas falas das entrevistadas. Seja na demanda por creche, pela ciranda<sup>43</sup>, seja na gestão do tempo, nas dificuldades, e, principalmente, na forma como reflete nos filhos as violências políticas sofridas pelas mães.

Na fala das deputadas, o consumo do tempo para a política foi algo muito marcante, Como pontua a Delegada Nadine.

*“No âmbito da campanha eleitoral, realmente a gente vê o quanto é mais difícil também pras mulheres. Isso eu vi, na prática. Porque na campanha geralmente tu saís de casa, né? E não tem hora pra voltar, não tem. São dias e dias fora fazendo roteiros, e agora continua... nessa vida política. Já tinha isso na polícia. Mas hoje é muito mais intenso. A necessidade de conversar, de dialogar, de estar em vários lugares no mesmo dia, então pra mulher é um pouco mais complicado porque a gente ainda tem o papel de mãe, de esposa, de cuidar da casa, de dar o norte dentro de casa,” (Nadine)*

Nadine aponta ainda que *“a política te faz muito ausente na família”*, destaca que no período em que estava na polícia havia uma possibilidade maior de se programar para os compromissos de trabalho, diferentemente da política porque não há tanto controle sobre a agenda, *“na política tu tem que ir, tu programa e às vezes acontece algo, ‘ah tem uma agenda que eu não iria mas aí tem a presença do governador, então tem que acompanhar...’ então as ausências, né? Pra família é muito mais intenso. E talvez isso faça com que a mulher se afaste da política.”*. Entende que o tempo na política atravessa a participação política das mulheres, diferentemente dos homens, tendo em vista o que ela percebe como *“naturezas distintas”*.

*“Se torna extremamente mais difícil. E aí a gente vê porque que as mulheres também desistem muitas vezes. Porque a gente quer esse equilíbrio do pessoal como político. E os homens são mais desprendidos. Né? Naturalmente isso é a natureza. Não é porque é melhor ou porque é pior. Sempre digo. A gente é diferente. Então pro homem se torna muito mais fácil sair numa quarta-feira e retornar no domingo. Né? Dizendo olha eu não vou estar né? E a carga muitas vezes vai pra própria esposa e a*

---

<sup>43</sup> Ciranda é o nome dado pelos movimentos sociais do campo popular para a tarefa do cuidado das crianças nas plenárias, assembléias, acampamentos e outros ambientes coletivos. Uma espécie de creche construída com um método pedagógico socialista, em que os companheiros se auto-organizam no cuidado das crianças para que as mães possam participar dos espaços de formação.

*esposa acaba tocando. Quando a gente faz o inverso né? Tu tens que ter um parceiro muito grande e eu graças a Deus tenho que compreende, mas que também cobra. Né? Porque ah o universo ainda é né? A casa é um dever ainda da mulher e às vezes a gente também quer ter esse dever, como eu disse que eu não quero perder também essa minha essência, né? De ser mãe, de ser esposa, enfim.” (Nadine)*

Diferentemente de Nadine, Silvia percebe esses papéis impostos às mulheres de outra maneira. Não compreende como sendo natural e sim fruto de uma sociedade capitalista, machista e patriarcal que tipifica lugares para que as mulheres ocupem.

*“Outra coisa é: a gente, que vive numa sociedade capitalista, machista e patriarcal, é a família da gente entender que nós somos sujeitas políticas e da luta né? Porque infelizmente ainda hoje né? Os homens acham que as mulheres tem que ficar em casa cuidando do filho, da comida, do almoço, do cachorro e do gato e que fazer outra coisa pra fora de casa não dá, não cabe, né? Então essa é uma dificuldade que a gente tem e nós mulheres enquanto MST a gente tem feito muitas lutas, muitos processos de formação, com os homens inclusive, né? Pra que eles abram a cabeça pra entender que isso faz parte da luta, né? De homens e de mulheres.” (Silvia)*

Os lugares que se espera que as mulheres ocupem, nunca é o espaço público, e sim o privado, o cuidado familiar. Por isso os homens são “perdoados” por estarem fora de casa fazendo política e às mulheres não. Mais do que isso, são induzidas a um sentimento de culpa ou de “falha” por se ausentar para fazer política, como observado na fala da Stela.

*“A gente sempre carrega muita culpa, né? Não tem, isso lamentavelmente é uma carga muito pesada ainda, que nós mulheres carregamos. Eu penso que isso é quase que celular, é quase celular, ele vem de gerações, ela vem, ela passa, é como se a nossa ancestralidade deixou isso pra nós de herança. Então eu creio que vocês assim, as mais jovens estão conseguindo lidar melhor com isso, do que nós. [...] muito forte assim, da história da culpa, tinha que viajar a trabalho deixava as crianças pequena sabe, com o pai...” (Stela)*

Ainda que estivesse deixando os filhos com o pai, ou a avó, a culpabilização da mulher precede o reconhecimento da importância da ação política produzida por ela. Muitas vezes é preciso haver um processo de convencimento da família.

*“tinha que viajar a trabalho deixava as crianças pequenas sabe, com o pai, graças, sempre tive um parceiro né? Que também foi conquistado, porque ele também não queria que eu entrasse nessa vida, né? Porque quando eu entro na vida política partidária, como militante partidária, e depois como vereadora, eu já era casada e já tinha os dois primeiros filhos. Que eu levava junto pras reuniões do PT comigo e dormiam nos bancos do PT, porque até então ele não, o meu companheiro não aceitava isso. Achava que era perda de tempo. Que eu estava, que eu não estava*

*cuidando direito dos filhos. Que não sei o quê. Que queria estar batendo perna na rua, que eu não, né? Na cabeça dele. Mas mesmo assim ele foi se moldando àquela vida, né? Que foi uma vida que eu escolhi e que eu nunca abri mão né? Nunca abri mão de que eu ia fazer aquilo, porque eu entendia que aquilo era importante. ..."*  
(Stela)

De modo que a consolidação de uma rede de apoio muitas vezes determina se a mulher vai ter condições de seguir ou não na política. Stela descreve esse momento como um “privilégio”, “*essa rede de apoio na verdade que eu tive o beneplácito de ter conseguido*”.

*“Durante um bom período a minha mãe quando se aposentou, né? O meu pai ainda estava trabalhando, então a minha mãe atendia os meus filhos, me ajudou, me substituía muito. Sabia que estavam bem cuidados, atendia eles, ou olhava, supervisionava porque sempre tinha alguém em casa que eu tinha que ter alguém em casa e tal, porque saía de manhã e voltava de noite, então, e aí ela supervisionava, acompanhava e tal, né? Então isso sem dúvida nenhuma a rede de apoio era fundamental.”* (Stela)

Para as mães na política, a conformação de uma rede de apoio familiar é essencial para que essas mulheres sigam tendo condições de se dedicar para o fazer político. “*Outra coisa que pra mulher é muito difícil é rede de apoio né? Minha mãe precisou se aposentar pra me garantir ter alguém que ficasse com ele assim então com a minha mãe ficando mais em casa eu consegui atuar mais livremente pelo movimento.*” compartilhou Sabrina ao narrar o período que precisou se afastar da política e interromper a faculdade por não ter, em um primeiro momento, esta rede consolidada.

*“Infelizmente eu não consegui me formar por uma das questões que pega muita das mulheres, né? Eu engravidei e aí eu tive que escolher ou ficar na universidade, ou passava um tempo me ausentava e cuidava do meu filho, e aí a realidade bate, né? Quando você é mãe. [...] e quando eu acho que é meu momento de voltar à tona, né? Meu filho já está um pouquinho maiorzinho.”* (Sabrina)

No entanto, ainda que haja uma compreensão familiar, a longo prazo, às críticas, a ausência, a culpa, geram marcas, como observado na fala da Stela.

*“Eu tenho marcas, por exemplo até hoje, que às vezes eles se encontram em família, a gente está em família, e os filhos mais velhos contam coisas que eu não vivi. Então isso são coisas que eu carrego, hoje eu já lido melhor com isso, né? Mas eles dizem, ‘ah meu mas tu não lembra?’ ‘Não, não lembro, se eu não vivi, eu não estava em casa com vocês. Eu não vi o que aconteceu. Né?’ Então alguns acidentes que eles tiveram, né? Que eles contam e eu não estava com eles. Quem correu com eles foi a minha mãe, quem correu com eles foi a minha sogra ou quem sabe. porque eu não pude, porque eu não estava naquele momento ali. Estava trabalhando.”*  
(Stela)

Quando questionada sobre como foi este processo de conciliar a vida familiar e política discorreu:

*“foi sofrida em vários momentos, em momentos bem marcados, assim que foram sofridas né? Mas eu ia entendeu? Eu ia, mesmo às vezes com dor no coração apertando coração, mas eu ia, porque eu entendia que era importante, eu não deixava, e, isso pode ter sido entendido em alguns momentos, inclusive por familiares meus, como uma coisa assim de desleixo com a família etc e tal né? Mas não, e também na hora que precisavam, sempre que os meus filhos precisavam, sempre que a minha família precisava, sempre larguei tudo. Quer dizer eu era prefeita da cidade se um filho adoecia eu largava tudo e ia atender o filho. Eu era prefeita da cidade, se a minha mãe adoecia ou largava tudo e ia atender, sempre foi assim, isso também eu sempre tive muito claro na minha cabeça, nada é mais importante, então é importante eu fazer bem o meu trabalho, né? E a minha contribuição que eu tenho que dar, política e social, mas a família tem o seu lugar. E eu não vou nunca abrir mão de atendê-las né? Quando foram mais necessário que eu esteja.”(Stela)*

A demanda da perfeição sobre a mulher na política, na família, na sociedade, acaba refletida em uma sobrecarga da mulher. Na fala de Bruna, se pode observar um pouco desses acúmulos.

*“Eu hoje, cada dia, mesmo que com muita dificuldade, mesmo que seja exaustivo, mesmo que seja muito cansativo, porque eu não deixo de ser mãe, eu não deixo de tocar uma casa, eu estudo, né? Eu, mesmo com todas as dificuldades, e os acúmulos, e as sobreposições, eu sou mãe, solo né? Só, e de uma guria, que é muito bacana. Eu gosto muito de ser mãe, ... e até porque, imagina! Eu sou mãe desde os dezesseis anos. Então, boa parte da minha vida consciente é sendo mãe, né? E a maternidade me transforma muito, me dá sempre muita responsabilidade, né? Então a política, essa política, a política que nós lutamos pra fazer, ela produz sentido.”*  
(Bruna)

Bruna, que apesar de ocupar um cargo eletivo somente há três anos, já foi alvo de inúmeras ameaças de morte, ataques virtuais, xingamentos no plenário, entre outras formas de violências, narrou o momento em sua filha, de na época, em torno de 12 anos, a pediu para sair da política.

*“Eu nunca vou me esquecer do dia. Esse foi um dos dias mais difíceis da minha vida. Até me emociono bastante quando eu falo dele. Foi o dia que eu cheguei em casa e a minha filha disse, ‘bah, mãe, eu não quero mais que tu sejas na política. Porque tu não tens... tu não consegues me garantir que tu voltas.’ não consegue mesmo. Tu não consegues garantir que volta. Mas agora, foi o que eu falei pra ela ‘filha, como é que a gente volta agora? pactua que mais criança perca o irmão,*

*pactua que mais criança siga passando fome, pactua que as escolas sigam destruídas, pactua...’ Eu disse assim, ‘como é que a mãe agora vem pra casa e diz assim, não, agora eu vou pensar só em ti. Mas e os teus primos? E os teus sobrinhos? E como é que a gente faz com todas essas crianças que estão aí?’ e minha filha com sentimento, ela disse ‘Aí mãe, tá bem, mas assim, tenta voltar sempre.’” (Bruna)*

## **2.6 ASSIM COMO TEM OPOSIÇÃO TEM SOLIDARIEDADE: Percepção sobre às violências e reações (apoios e medidas jurídicas);**

*“A solidariedade entre as mulheres pode ser uma força poderosa de mudança e pode influenciar o desenvolvimento futuro de maneiras favoráveis não apenas para as mulheres, mas também para os homens.”*

*Nawal El Saadawi*

Algumas das entrevistadas compreendem que a violência política de gênero é um limitador que define a permanência ou não das mulheres nestes espaços. Nadine, na contramão, acredita que é possível ser respeitada.

*“Eu por exemplo dentro na polícia já era assim, aqui dentro do parlamento eu vou dizer a mesma coisa. Eu não tive nenhum problema. Até agora eu não tive nenhum problema pelo fato de eu ser mulher. Né? Eu estou me colocando nos espaços, hoje eu estou respondendo pela presidência, sou presidente em exercício. Em um ano. Se me perguntasse há um ano atrás, eu diria: ‘não, isso é impossível,’ né? Teve a oportunidade de me apresentar como vice-presidente, eu construí com os meus pares, que são homens, e disse a eles, eu quero ocupar a vice-presidência. Então a gente também se posicionar,” (Nadine)*

No entanto, ela ressalta que mesmo com apoio às mulheres estão sempre se questionando sobre a sua capacidade.

*“a grande diferença é ‘bom, mas será que eu vou dar conta?’ A gente sempre se pergunta. Né? Acho que a mulher faz muitas perguntas, e assim quando a gente busca uma vaga de emprego, eu sempre falo sobre isso. Se a gente não preencher os cinco requisitos do emprego a gente não se lança naquela vaga. E os homens olham o primeiro requisito e pensam bom eu vou tentar. Se eu não preencher os outros quatro eu mudo de emprego a gente se questiona muito, né? Será que eu vou conseguir? Será que se eu for candidata eu vou ter oportunidade de vencer.” (Nadine)*

Ressalta que promover a participação política das mulheres é diminuir o distanciamento da sociedade em relação à política.



*“Acho que é necessário esse movimento não somente entre mulheres, entre homens e mulheres. Que os homens compreendam que a participação da mulher na política é o que talvez possa fazer com que a gente retome, né? De alguma forma esse interesse também das pessoas na política. Eu mesma. Alguém chegava falando de política, eu não ia em eventos políticos, nunca fui. Antes de entrar, tinha um certo receio.” (Nadine)*

Destaca que às políticas paliativas ainda são necessárias, para garantir um mínimo de representação de mulheres nas corridas eleitorais.

*“Então infelizmente a gente ainda vai precisar né? Desses trinta por cento dessa obrigatoriedade o que eu queria que não existisse. Né? Eu realmente não gostaria que existisse, mas a realidade nos mostra que se não for assim, talvez não vai ter nenhuma.” (Nadine)*

E reconhece que pela imagem do cargo que ocupava antes de se tornar parlamentar e pelo perfil, que a protege um pouco mais das violências políticas se comparado a outras mulheres. No entanto, ainda possui pouco tempo na política.

*“Eu não tive nenhum problema em relação a isso, talvez pela postura de também ser uma delegada de polícia, isso também... por isso que eu digo, eu não posso me comparar a outras mulheres que eu tenho certeza que sofrem. Né? Então dizer que isso não existe é balela. Eu não passei por isso, mas não quer dizer que não existe.” (Nadine)*

Nadine também afirma que nunca percebeu alguma situação de violência com outra colega parlamentar, *“A gente sabe que existe, mas não na minha na minha presença, e se algum dia acontecer pode ter certeza que irei me posicionar na mesma hora.”*

Já Stela, que está há três décadas na política, compartilha que já vivenciou inúmeras formas de violência na política, e que por muitas vezes não se dava conta que se devia ao fato de ser mulher. Fator que moldou a sua presença no espaço por anos, relata um sentimento de constrangimento em determinados momentos, e uma necessidade de ‘ouvir mais do que falar’, por ao que parece, não se sentir à altura do espaço.

*“eu levei anos pra me dar conta, eu também não me apercebia, né? Que o fato de ser mulher muitas vezes eu era... e é isso. Eu era desconsiderada. A minha palavra não era considerada, não era ouvida, né? Ah e até hoje, né? Veja, eu estou entrando pro quinto mandato, e hoje é que eu me sinto muito mais plena para estar lá na bancada do meu partido e me bancar, tu entendeste? Pra ser ouvida e tal. Até pouco tempo atrás eu mais ouvia do que falava. Imagina, né? Eu e quem olha pensa “pô a Stela que sempre foi forte, Isso e aquilo, uma mulher forte” e eu sempre tive, sabe?! Um certo constrangimento ainda sabe? De me colocar, de me postar. Um troço impressionante.” (Stela)*

Aponta que principalmente no início da sua carreira na política, haviam embates e tentativas de intimidação mais intensas.

*“Os primeiros embates que eu tive como vereadora, era embate de botar dedo na cara dos vereadores, entende? Dos vereadores tentarem, inclusive, ir pras vias de fato querendo te agredir fisicamente, né? E aquilo, eu via como uma coisa assim, ‘bom estão se bancando eu vou pra cima também’ não tinha essa. Eu não me dava conta que aquilo era uma violência. Pelo fato de eu ser mulher, tu entendes? Que eles não fariam aquilo pra homens. Mas pra mim, eu vivi.” (Stela)*

Discorre que o cenário de violência era tão normalizado que sua forma de reagir era “debochando”, não permitindo transparecer intimidação. Atribuía essas violências ao fato de ser muito “cri cri”, “*Eu era aquela pedrinha no sapato deles, né? sempre incomodando, incomodando, querendo as coisas melhor, não aceitando as coisas, então eles ficavam enlouquecidos comigo, né?*” e discorre sobre a vez em que o presidente da câmara de vereadores mostrou a arma para ela em uma tentativa de intimidação.

*“Teve um presidente de câmara que até a arma mostrou pra mim, quando eu fui vereadora né? Até a arma mostrou pra tentar me intimidar né? E aí olhava aquele susto. E aí eu debochava dizia tu tá tentando me intimidar, porque daí eu me dava conta de que ele queria, me intimidar né? Mas não me dava conta que aquilo era uma violência pelo fato de ser mulher. Né? Na condição de mulher. Mas é claro que hoje eu sei que era por essa razão né? E depois, bom até hoje se vive situações assim né? Até hoje a gente vive.” (Stela)*

Ameaças de morte também têm sido uma constante na trajetória de Bruna, desde a experiência na vereança passou a ser necessário uma lógica de cuidado e acompanhamento de agendas por conta da intensificação de ameaças em decorrência de sua atuação política.

*“Eu, mandaram e-mail uma vez dizendo que iam largar uma parte em cada entrada de vila. Então assim, de uma hora pra outra, nós tínhamos que ter um cuidado de ter toda uma lógica de acompanhamento da agenda, por exemplo. Desde quem ia chegar comigo, ou quem ia sair comigo, sabe? A quem ia ficar fora tentando dar uma olhada na agenda. E eu via que isso não acontecia com os homens.” (Bruna)*

Relata que mobilizações contra o extermínio da juventude negra foi um dos processos que a fez conhecer a política, que a violência a acompanha o tempo todo, e fala sobre o medo e sobre não ter opção a não ser seguir trilhando esse caminho.

*“a violência, ela caminha lado a lado com a gente. A violência, o medo. Sempre perguntaram “mas tu não tens medo?”. Eu digo: ‘óbvio que eu tenho gente, mas qual é a opção que eu tenho?’ entendeu? ‘Voltar pra trás?’ Quantos dos nossos? Eu venho pra política já com sentimento de indignação. Né? Eu vejo a nossa*

*juventude... Eu conheci a política perdendo os amigos. Hoje eu vejo as minhas amigas perdendo os filhos. É muito difícil tu pactuar com esse processo. Porque é na carne, é o tempo todo. Entende? Então eu não tenho opção.” (Bruna)*

Em relação às percepções sobre as violências políticas contra as mulheres, o primeiro momento recordado por Carol foi na sua primeira manifestação de rua junto ao movimento estudantil, em 2013, em que houve uma repressão policial muito grande e a maioria das pessoas que se machucaram foram mulheres.

*“Eu acho que tem o recorte de gênero bem claro, porque quem foi pro hospital foram duas meninas. Foram duas meninas acompanhadas de um homem. Quem teve o equipamento quebrado foi uma mulher, por que tinham outros fotógrafos lá, tinham outros militantes fazendo cobertura, mas quem teve o equipamento quebrado foi uma mulher negra. Então eu acho que teve bem específico assim. [...] Eu acho que essa questão ‘quem apanhou mais’, não tem como dizer, mas teve uma... a violência, ela repercute nas mulheres de outra forma, né? Então tipo, quem acabou se machucando, quem teve equipamento quebrado, quem saiu mais fragilizado psicologicamente. foram as mulheres que teve uma repressão maior. Quem se mobilizou pra defender as mulheres que estavam apanhando foram outras mulheres, [...] Então tipo teve esse recorte muito nítido assim, porque a violência seja ela policial ou não, ela sobre as mulheres é uma outra perspectiva, sendo uma mulher negra, porque eu duvido que eles talvez fizessem isso com uma mulher branca, tanto que não fizeram, né? Então, acho que teve um recorte racial e de gênero ali bem complicado e enfim.” (Carol)*

Em contexto eleitoral, Carol narra a vez que em um posto de gasolina foi intimidada e ameaçada por torcedores por estar com o carro adesivado, durante o período eleitoral de 2018.

*“Em dois mil e dezoito eu andava com um Ford Ka vermelho e que estava adesivado e tinha um adesivo que era do Haddad e da Manuela e daí um dia vindo pra Porto Alegre eu fui abastecer, nesse mesmo dia estava tendo o jogo do Grêmio. Daí eu parei no posto pra abastecer e nisso também parou um ônibus com vários torcedores gremistas e eles começaram a me hostilizar. Começaram a chamar de comunista, e começaram a xingar tanto a função da Manuela, mas por conta da presença do adesivo da Manu e do Haddad e tal, mas muito mais pela Manu, por ser mulher, né? E começaram a hostilizar e começaram a cercar o carro, começaram a bater, tipo em cima do capô, do porta-malas. Começaram a bater e começaram a cercar o carro. Daí eu vi que a situação estava ficando um pouco perigosa e saí do posto. E sai e segui viagem. E daí como eu tinha pouca gasolina parei no posto da frente e tal. Daí abasteci e consegui vir, mas isso foi um dos dos acontecimentos, e eu estava sozinha, né não tinha ninguém.” (Carol)*

Em contexto não-eleitoral, compartilha um processo também envolvendo violência policial após uma ação do movimento de juventude, ocorrido em 2018, “*ainda não era as eleições, mas estavam com processo de recrudescimento político muito forte*”. Vinte seis militantes foram detidos neste processo, em sua maioria mulheres, destes, oito foram indiciados criminalmente, três homens e cinco mulheres. Chegaram a ser encaminhados para os presídios feminino, o Madre Pelletier, e masculino, o presídio central, mas não chegaram a ir para às galerias. Relata que a polícia invadiu a casa de um militante após ações de agitação e propaganda (colagens e ‘trancassos’ de avenidas) pela liberdade do presidente Lula.

*“depois de uma ação, eu fui uma das militantes detidas, [...] e entre, quem foi preso de verdade, e a galera que ficou detida acho que também teve um recorte de gênero... bateram nos meninos, mas ficavam ameaçando as gurias de bater, né? E eram só homens fazendo ação. Os policiais, só homens policiais. E daí eles ficavam ameaçando tipo ‘Ah, não, porque menina malcriada tem que levar, tem que levar madeirada’ coisas assim, bem misóginas, também assim, falando pras gurias e tal, e isso durou um tempo, assim umas duas, três horas, aí que ficou sem contato com o mundo, e eles ali, segurando a gente, depois nos algemaram, botaram no camburão, daí tudo aquela tensão [...] foram momentos que eu senti muito medo por não saber exatamente, de fato o que ia acontecer. Tipo a gente no meio de uma periferia, se acontecesse qualquer coisa... então entraram sem mandato totalmente ilegal assim, [...] daí, a gente foi levado, algemada... um negócio bem bizarro, e com certeza o impacto nas mulheres foi muito mais forte, porque de certa forma, é horrível, mas os gurus estão mais acostumados com a violência policial, tanto, principalmente a galera das periferias, mas as gurias não. Tipo... é raro assim esse processo. Então teve muito impacto, assim psicológico, em cima das gurias, e de medo mesmo, de tipo... não saber, de sofrer ameaça, dos policiais ameaçar, e coisas que foram faladas, e tal, também não lembro muito tenho um pouco de bloqueio, isso porque foi bem... foi tenso mesmo, mas foi um negócio muito chocante assim foi um processo bem doído.” (Carol)*

E atualmente, por estar criando conteúdo político para as redes sociais, têm percebido mais essas violências no âmbito da internet. Críticas à aparência física e depreciando sua forma de falar são constantes.

*“Ah e muito xingamento na internet né? Por conta dos vídeos, tipo ‘Ah é comunista, aí é paga pelo pai’ tipo muito comentário. [...] Então também teve bastante coisa, e eu acho que se eu fosse... talvez um homem, os comentários seriam diferentes, e tanto coisas tipo assim, da minha fisionomia, mesmo sabe? Tipo ‘ai esse teu nariz, ai esse jeito de falar, parece que tá com a batata na boca’, não sei o que, então várias coisas relacionadas a mim pessoalmente não necessariamente do debate político né” (Carol)*

Assim como Carol, Silvia também passou por um processo de ataque em contexto eleitoral envolvendo o carro adesivado. Narra que foi abordada, por mulheres que a ofenderam, no momento em que os companheiros homens, que a acompanhavam, haviam se afastado.

*“Tinha dois companheiros, só que eles tinham descido, né? Eles foram fazer uma atividade num fórum, e eu fiquei no carro. E o que mais me impressionou foi que eram mulheres, então as mulheres que foram tirar o adesivo do meu carro, não foram homens, né? [...] Mas as mulheres, assim com uma raiva, sabe? Uma coisa tão ruim... Eu, ‘por quê?’ Claro que era da extrema-direita, eu sou do PT, o carro vermelho, né? Elas estavam de bandeirinha branca lá, mas... não, eu nem por isso eu peguei uma pedra e joguei nelas, sabe? então essa dificuldade de as pessoas entenderem que nós vivemos num país democrático que a gente tem direito né? E não é porque elas eram brancas e eu era preta que elas podiam fazer aquilo, por que também acho que tem de racismo, né? Então assim o negócio foi, foi bem difícil né? E mais duro é que isso é acontece nos dias né? Acontece, né?” (Silvia)*

Na perspectiva interna, das organizações, também é um espaço em que ocorrem cotidianamente micro agressões, Sabrina discorre sobre o ***mansplaning***.

*“Dentro do movimento uma coisa que é muito comum, e que pra gente é algo que hoje em dia é insuportável, a gente já não aceita mais, né? É o cara que quer validar aquilo que a mulher tá falando. Porque como são direção política, nós estamos em direção. Então vamos dialogar que é uma reunião da direção nacional. Então levantei pra falar, e aí do lado se inscreve pra falar na mesma hora, e fala a mesma coisa que eu, explicando o que eu estou falando. Isso acontece muito, muito. Na mesma hora cara. E hoje em dia a gente já não aceita. Mas isso acontece, de um tanto, e eu acho isso um desrespeito. [...] e nossa isso é muito recorrente, parece que a gente não tem capacidade de fazer uma conotação, de que as pessoas consigam compreender; e ele tem que ir lá e explicar. E pra ele é muito natural, parece que não, não estou fazendo isso. Isso nos nossos espaços infelizmente acontece, e a gente tem rompido a partir de um espaço até de apontamento tipo ‘olha essa colocação que você fez agora era completamente desnecessária, pra que isso se a companheira já tinha colocado?’ Entendeu? Ou nos espaços de intervenção, que é se levantar e sair, sair todas as mulheres. Vamos sair. Vamos ver se agora se... se eles acham que só eles podem falar, então vamos sair todo mundo. Vamos deixar aqui agora, eles vão fluir; e eles pensem aí a revolução sozinho né?” (Sabrina)*

Aponta as reações e métodos adotados para responder a esses assédios com base no protocolo que está sendo desenvolvido pelos movimentos sociais. Que busque identificar e formular métodos de agir diante destas violências, e compartilha como a coordenação político

pedagógica agiu quando houve uma situação de assédio sexual dentro do espaço da escola do movimento.

*“A gente passou por um processo muito recente, infelizmente de desligamento de um militante do mestrado porque ele foi acusado de assédio. Né? Teve acusação de assédio de algumas companheiras muito grave. E não teve jeito. Não teve como negociar. Não teve como dizer que está... que foi bebida. Não teve, não tem. Se há acusação de assédio é desligamento, viu? Já não dá pra aceitar brincadeiras, que eles acham que é brincadeiras, ou essas coisinhas, porque isso é permear, é manter, é proteger, é manter esse sistema que nos aprisiona se renovando e a gente já não quer que essas coisas sejam uma realidade permanente no nosso movimento. Então parece ser duro, né? Mas tem que ser.” (Sabrina)*

Ao serem questionadas sobre as reações aos processos de violências e se obtiveram apoios de lideranças, partido ou movimento, as percepções foram distintas. Nadine relata que escutava muito a frase “mulher não vota em mulher”, e que isso não se refletiu na campanha por ter recebido muito apoio das mulheres.

*“Eu ouvi muito isso na minha campanha. Né? “bah não foca só na questão das mulheres porque mulher não vota em mulher”. E aí se a gente for olhar de cinquenta e cinco quando a gente tem mais de cinquenta por cento de mulheres eleitoras no Rio Grande do Sul, realmente isso é uma verdade, Porque se as mulheres votassem em mulheres nós não estaríamos somente em onze. mulheres aqui dentro. Mas eu não quis acreditar nisso. E hoje eu tenho muito orgulho de dizer que as mulheres me elegeram. Porque os homens votaram em mim? Obviamente que os homens votaram em mim. Né? Mas em muitos lugares que eu ia, quem me puxava era uma mulher. Né? Que me dizia não entra aqui, agora tu falas aqui, agora eu vou te apresentar pro fulano. Os homens também, muitos homens que já romperam essas barreiras de que não tem mais espaço pras mulheres também, mas eu acho que eu... isso também me enche de orgulho de dizer assim ó ‘eu não deixei de ser eu mesma na campanha, e eu consegui chegar aqui.’ Né? Com esta pauta também falando da força da mulher. Então eu tenho um compromisso muito grande de falar isso. Aqui dentro”. (Nadine)*

Por sua vez, Silvia aponta que nos territórios em que atuou em campanhas e ações, estabeleceu vínculos profundos com as comunidades e atores que também se encontram lá, como associações, igrejas etc, havendo reconhecimento e apoio. No entanto, aponta que nunca necessitou recorrer às instâncias do MST em reação a algum processo de violência vivido. Acredita que isso se deve a experiência e respeito adquirido ao longo dos anos que a torna menos alvo.

*“Não, não precisei, até porque claro que tudo é muito difícil, né? Mas a gente vai adquirindo na história de luta da gente, de resistência e de não aceitar*

*todas as coisas, a gente vai adquirindo um respeito, sabe? E as pessoas, elas vão aprendendo a te respeitar e a não violar os teus direitos, porque elas sabem que ali tem um sujeito político, e que se violar os direitos dela, com certeza ela vai falar né? Isso também ao longo da nossa caminhada vai nos ajudando a ir combatendo todas as formas de violência né? Eu mesma nunca, nunca precisei.” (Silvia)*

Sabrina, também aponta que nunca precisou recorrer às instâncias do movimento para si, mas para outras companheiras, que estavam em situação de violência doméstica cujo marido também era da organização, sim.

*“Por meio do fundo de apoio a projetos pra mulheres. E a gente tem duas companheiras que estavam num processo muito ruim de agressão física [...] muito complicado... Então a gente precisou pedir apoio tanto pra assessoria jurídica né? Entramos com os processos, né? Da Maria da Penha, mas entre mandado de restrição, entre outras coisas pra proteger as companheiras, mas tivemos que pedir apoio também financeiro inclusive pra poder deslocá-las do local porque era uma moradia em comum deles né? E ele se recusava a sair, não conseguimos tirar o cara de jeito nenhum da casa mesmo com tudo sabe? [...] Ficou um tempo em outro estado e aí a gente acabou acionando esse fundo que deu um super suporte assim e manteve aí no caso essas duas companheiras por um bom tempo. Agora está fazendo um acompanhamento, inclusive psicológico delas e tem mantido esse apoio por conta disso.” (Sabrina)*

A maioria das entrevistadas não cogitaram judicializar perante situações de violências, algumas encararam com um certo nível de normalidade, “no calor da emoção”, como se essas situações fizessem parte do cotidiano da política. Silvia exprime:

*“Não, como a gente estava no calor da campanha, acabei, acabamos deixando passar, né? Mas é coisa que não pode ser permitido né? Num país democrático é onde todos os lados tem o direito de lutar, de se expressar né? Vai ter pessoas assim, tão autoritárias, tão fascistas, tão violentas, né? Porque quando alguém tenta me impedir de me expressar, isso é uma violência, né?” (Silvia)*

Diante de algumas situações, a solução encontrada era “falar tão alto quanto”. Ao ser questionada se chegou a cogitar fazer denúncias formais a processos de intimidação, Stela reage dizendo:

*“Não, naquela época não. Naquela época não se falava muito disso, tu entendes? Acho que se fosse as vias de fato, se tivesse agredido fisicamente e tal. Mas agressão de palavra e tal é o seguinte, né? ‘Então tá, tu vais falar mais alto? Não, então eu vou falar tão alto quanto tu, eu ia entrar, eu ia pro enfrentamento.’” (Stela)*

Do mesmo modo, Carol, afirma que foi aconselhada a buscar imagens de câmeras para fazer uma denúncia formal, mas não acreditou muito na efetividade, e deu preferência a expor nas redes.

*"eu não fiz nada assim, não busquei denunciar, e até algumas pessoas falaram de buscar a câmera, e tal, mas acha que não ia ter grandes repercussões eu só publiquei nas minhas redes, falei sobre isso né? O que tinha acontecido." (Carol)*

Bruna foi a única que chegou a tomar providências jurídicas, tendo registrado várias ocorrências, mas não chegou a obter nenhum resultado.

*"bah! E eu era assim, como eu era a mulher que respondia, eu acabei sendo... o corpo que era o mais atacado. Teve um dia que o vereador, que eu inclusive processei, e como o Ministério Público tem limites, né? Ah, infelizmente nós temos um judiciário ainda, também comprometido com a política tradicional. Né? Porque quando a gente fala da violência política de gênero, o vereador que disse que eu tinha tesão por ele dentro do plenário. É, o vereador foi... que a denúncia foi arquivada! Mesmo a delegacia tendo denunciado. Tendo indiciado né? Tendo oferecido a denúncia ao MP. Então eu acho que a gente, tem muitos limites," (Bruna)*

No entanto, relata que teve muito apoio de lideranças, do partido, e de eleitores para enfrentar os processos de violências. Na sua percepção teve que enfrentar, na mesma intensidade, muito ódio e muito amor, e aponta que esse processo de reagir às violências é sempre muito difícil *"Tu ter que justificar, ou fundamentar, que a tua existência é tão legítima quanto a de outra"*. Declarou a parlamentar, *"eu tenho que fundamentar que ser uma mulher negra, periférica, e que trata das pautas do cotidiano é tão importante quanto qualquer outra mulher ou homem. É sempre difícil"*. Exemplifica essa dualidade, do ódio ao amor recebido, com a frase: *"assim como tem oposição tem solidariedade"*.

*"mas sempre tem... a gente está nessas primeiras gerações de ocupação de espaço, e assim como tem oposição, tem solidariedade, né? Não é à toa que nós chegamos aqui e chegamos muito bem votados todos (refere-se à bancada negra). Então sempre há solidariedade. Eu venho de um campo muito popular. Então, eu sempre tive um campo muito diverso de apoio, né? Eu sou uma mulher que sempre se entendeu, sempre fui de religião de matriz africana. Desde os meus dezessete anos, e eu tenho muito apoio dessa rede evangélica de mulheres. Né? Porque eu sempre tive muito respeito, muito carinho, e eu acho que isso faz com que a gente consiga extrapolar esses limites tradicionais, sabe? Então, sim, tive bastante apoio e carinho assim de muita gente"*



## 2.7 O BERÇO DAS VIOLÊNCIAS POLÍTICAS: Percepções sobre o partido, os recursos;

*“Mulheres feministas em partidos são recorrentemente relegadas a uma posição de base meramente ilustrativa, que muitas vezes assistem às decisões que dizem respeito a mulheres serem tomadas sem a sua consulta. Ou que, pior, não se veem representadas politicamente com apoio nem do partido, tampouco da sociedade que ainda inconscientemente entende que o lugar da mulher não é na política”*

*Stephanie Ribeiro<sup>44</sup>*

Ao analisar as percepções das entrevistadas sobre qual o papel dos partidos políticos no enfrentamento às violências políticas, é interessante observar que as deputadas apontam a instituição “partido” como um espaço em que na mesma potência para propulsar mudanças significativas, também o é para atravancar processos de mudança sendo inclusive um espaço onde às violências se reproduzem. A começar pela reserva legal de 30% do fundo partidário para as candidaturas femininas. Bruna, discorre sobre essas dificuldades:

*“Então, eu acho que são diversos os limites, desde a eleição pra onde vai o recurso, né? Sempre dão um jeitinho de manobrar o recurso, quando a gente enfrenta, não enfrenta nas mesmas condições. Então, a política ainda é um espaço majoritariamente masculino, mas nós topamos a ideia de enfrentar.” (Brunal*

Nadine, do mesmo modo aponta que as dificuldades em relação ao direcionamento do recurso iniciam desde a campanha, apontando como sendo um dos principais desafios, cita o problema das fraudes partidárias, mas compreende a dificuldade de encontrar mulheres dispostas a concorrer.

*“Acho que um dos grandes desafios, né? E aí falando como candidata, como no momento de campanha. É a questão das verbas. Das verbas, né? Não adianta... a gente tem uma verba separada né? Que é das mulheres, mas infelizmente a gente sabe o que acontece. O que acontece muitas vezes na prática. São mulheres que são colocadas ali simplesmente pra preencherem ... ah claro por outro lado também eu reconheço que há uma dificuldade porquê? Porque as mulheres não se colocam à disposição. Isso também acontece. Né? Então, e esse é o grande debate, eu acho que tem que ser feito nos tempos atuais. Então talvez uma das grandes dificuldades seja a questão de como se financiam também essas campanhas políticas.” (Nadine)*

---

<sup>44</sup> Feminismo: um caminho longo à frente. In: O ódio como política.

Na sequência, ao discorrer sobre a sua experiência reafirma que teve apoio dentro do partido, mas que do mesmo modo precisou batalhar pelo recurso e que só foi viabilizado quando os pares identificaram que sua candidatura tinha chances de êxito.

*“Eu posso sem dizer problema nenhum eu tive todo um apoio do meu partido, mas assim não foi algo também muito fácil não. E olha que eu tinha apoio. Eu tive que batalhar lá dentro. Eu não... no início me disseram "ah tu vais ganhar tanto né? De um de um fundo partidário aqui". 'Ok, vou tentar me virar.' Não tinha nem noção de quanto custava uma, e custa muito dinheiro, né? Uma campanha viável ela é cara. Esse é o preço da democracia que nós temos no Brasil. Podemos discutir isso, mas hoje, como está o jogo, tu tens que jogar o jogo como funciona. E eu também tive algumas dificuldades, e percebi que quando viram que a minha campanha poderia ser viável aí o investimento veio ainda maior. Isso, digo pros meus pares...” (Nadine)*

Conclui pontuando que essa constatação não é uma crítica ou uma “queixa”, mas algo que compreende como sendo “natural” do sistema político. Mas aponta que a dificuldade em relação às mulheres é que há uma demora maior no reconhecimento de lideranças que possuem viabilidade eleitoral.

*“O que é natural também, né? Isso não é uma queixa, uma crítica é natural, me parece que isso acontece em todos os partidos políticos, tem realmente quando tu vês uma viabilidade tu tens que focar, mas aí muitas vezes tem essa dificuldade também. Em relação às mulheres, né? Há uma... a gente demora até pra enxergar e dizer 'opa essa aqui pode ser uma candidata realmente viável' né? Primeiro se enxergam os homens.” (Nadine)*

Para Nadine, no entanto, os partidos políticos têm um papel fundamental no enfrentamento à violência política contra as mulheres.

*“Ah, fundamental. Acho que a gente tem que ter esse respaldo e esse apoio, né? Dos partidos para que eles sejam os grandes fiscalizadores também de tudo isso porque afinal de contas a gente precisa fazer parte de um partido, né? Eu até sou daquelas políticas que gostaria de ser candidata sem... tendo as suas próprias bandeiras, sem ter um partido político, mas isso é utópico, não existe, então havendo a necessidade desses vínculos políticos partidários, acho que os partidos têm total responsabilidade, né? Além de fiscalizar, ainda responsabilidade de punir, caso venha a acontecer dentro do seu próprio partido.” (Nadine)*

Bruna, também aponta as diferenças de condições entre homens e mulheres durante a candidatura e aponta as dificuldades para mudar essa lógica masculina no cotidiano político mesmo estando no espaço de presidência do seu partido.

*“eu acho que nós temos uma condição diferenciada desde a candidatura, né? Porque, a gente sabe das dificuldades dos partidos, ainda são majoritariamente*

*masculinos. Eu sou a primeira mulher negra a ser presidente de partido aí em Porto Alegre. Isso quer dizer que nunca antes na história uma mulher negra presidiu um partido. E mesmo presidindo o partido, é muito difícil. Né? e porque a composição, o conjunto, a estrutura política ainda são machistas. E é tocada, por diversas vezes eu sou a única mulher em meio a muitos homens. Dirigentes partidários, né? Então, nós não mudamos a política. E a política, ela continua sendo violenta. As reuniões são noturnas, né? Elas são geralmente, muito próximas do horário do almoço, né, e assim toda estrutura política, ela é feita para os homens.” (Bruna)*

Já Stela, se refere ao partido como sendo o berço das violências políticas, e não faz rodeios na crítica elencando elementos que identifica como sendo problemas que precisam ser superados para o pleno exercício da cidadania das mulheres.

*“O partido talvez seja o berço inclusive das violências políticas, né? Eu por exemplo, hoje, eu enfrento mais, na minha opinião: Nós enfrentamos, enquanto mulheres, mais violências dentro do âmbito do partido do que no âmbito do parlamento. Sabe? O partido, ele ainda reproduz muito mais... Essa coisa das.. as direções, tu ainda não tens as mulheres que tu tens que ter, né? A coisa do cumprimento das cotas com atenção e cuidado, a coisa de, como vou dizer? das políticas compensatórias que o partido teria que fazer também pra garantir que nós tenhamos mais mulheres nos espaços de direção partidária, e enfim tu entendes? Então todo este olhar, eu acho que anos luz né? A gente não vê o partido preocupado com isso, né?” (Stela)*

## **2.8 DA GATA DE BOTAS À “ESSA AÍ TÁ ACABADA”: Percepções sobre às narrativas e Arquétipos das mulheres na política;**

*“Tem duas maneiras de você envelhecer:  
ou você segue o caminho das peruas, ou das feiticeiras.  
As peruas perseguem a fonte da juventude e o grande inimigo delas é o tempo.  
Já as feiticeiras, o maior aliado delas é o tempo.  
Mas eu gosto de perua e eu gosto das feiticeiras.”*

*Rita Lee*

O título deste trabalho traz consigo a questão das narrativas sobre as mulheres na política. Tal discussão atravessa essa pesquisa de múltiplas formas. Por meio da análise das vivências das entrevistadas é possível constatar que essas narrativas se repetem tanto no âmbito institucional quanto na política não-institucional. A mulher que por alcançar espaços de comando é lida como uma mulher dura, como Dilma, a mulher jovem que ‘está ali para embelezar o espaço’, a ‘musa do congresso’, a ‘bonitinha’, a mulher raivosa que está

perseguindo o colega por ‘ter tesão nele’, a ‘louca’ que cobra demais, a ‘histérica’, a que não adquiriu o ‘direito de usar saia’ e por fim a que ‘está acabada’.

Ainda que os arquétipos sobre as mulheres na política nem sempre estejam ancorados em elementos negativos, como por exemplo, o apelido dado a ex-presidenta: “Dilmãe”, vinculado à ideia de cuidado e maternidade, geralmente estão enraizados em estereótipos vinculados às ideias de papéis de gênero. Quando uma mulher é ‘dura’ ela não está cumprindo o seu papel social de ser dócil, ela está sendo masculina. E a percepção da necessidade de “se masculinizar” para conseguir fazer política, surgiu em mais de um momento nas falas das entrevistadas, seja utilizando como uma estratégia, como observado na fala da Stela “*mesmo sendo mulher, quase como se o homem fosse tu entendes? Porque eu não me dobrava*”, seja como algo material a ser negado, como observado na fala da Nadine. “*que as mulheres fossem representadas na essência de serem mulheres, que isso é uma coisa que eu sempre cuidei na polícia, não deixar de ser mulher de ter as minhas características as nossas vulnerabilidades que são diferentes dos homens*”, ou mesmo como uma cobrança do coletivo ou partido sobre aquela mulher, no relato da Nadine e Sabrina respectivamente:

*“E eu ouvi muito de que eu tinha que fazer um enfoque diferente. Né? Até pelo momento que a gente vivia nessa última eleição. Que talvez eu tinha que mostrar muito mais a força, a delegada, armada, né? Aquela coisa de poderosa, de... e eu não sou assim, né? Eu nunca me posicionei assim, sempre fui extremamente firme, mas nunca fui aquela mulher que tinha que me mostrar como alguém que andasse armada, ‘perigosa’ né? No sentido que muita gente me dizia. É isso que vai te fazer chegar lá.” (Nadine)*

*“Outra coisa que eu vivenciei, como direção, é você ter que se masculinizar, entendeu? Eu por ser nova e estar num espaço, desse de direção nacional, a credibilidade que eles me dão é a partir da roupa que eu estou vestindo. Porque se eu tiver uma roupa que eles consideram uma conotação um pouco mais sensual, já começa a ter chacota, brincadeira, eu já ouvi falar de um companheiro da mesma direção que eu, de que eu tinha que tirar a saia que eu estava vestindo porque eu não... eu não tinha adquirido esse direito ainda, porque outra pessoa do movimento social que é a Maria Raimunda, não sei se tu conheces, pode usar saia porque ela adquiriu esse direito. Entendeu? Num espaço de direção. Então quer dizer que eles não iam me levar a sério porque eu estava vestindo saia. Então se eu não tenho o direito de falar num espaço em que eu estou vestindo saia há um problema ali. Né? Porque eu acho que não é a minha roupa que vai interferir no meu dia no intelectual, né? No que é. Então isso ainda é uma realidade muito recorrente nos espaços onde a gente dialoga nos movimentos misto” (Sabrina)*

A tentativa de controle sobre o comportamento das mulheres, a partir da utilização de elementos vinculados à aparência física (vestuário, estilo de cabelo), sexualidade, controle emocional, em geral, estão cotidianamente presentes nas narrativas violentas que atingem mulheres no exercício da política. Sabrina ressalta que até o timbre de voz das mulheres é alvo de críticas que visam desqualificar a capacidade política.

*“Ai isso é constante né? Todo dia a gente lida muito com ‘a menina histérica’, ou fala alto demais. Né? geralmente as dirigentes, eles falam que as mulheres falam alto demais, que incomoda, né? Não sabe se comportar nos espaços, se isso não é uma forma de tentar moldar, ou de manipular a gente, e não é uma forma de violência, é dizer que está menosprezando nossa inteligência né?”*  
(Sabrina)

Da mesma maneira, Carol aponta que a crítica em relação a forma das mulheres se expressarem em espaços políticos, vem, muitas vezes, acompanhada de uma demanda por “docilidade”, um processo de domesticação.

*“A forma de se expressar, nos espaços também, muitas vezes é mal interpretada quando as mulheres falam de forma mais firme e incisiva, é muitas vezes interpretada de forma agressiva. Sempre notei isso que vários comentários sobre companheiras minhas - que os homens comentavam de companheiras minhas - eram nesse sentido de “ah fulana é muito grossa, a ciclana é muito grossa”, e era sempre mulheres que se colocavam, que se impunham, que não aceitavam o que as pessoas estavam dizendo, que davam o recado, que falavam o que pensavam. E toda vez que a gente fala o que pensa, ou que a gente é mais incisiva no que a gente acredita, que a gente insiste em algo, a gente sempre é vista como cobra, como aí como a grossa, mal educada. Então a gente está sempre tendo que ter esse caráter mais de ‘puxa saquismo’ com as pessoas. Ai, de gostar de todo mundo, de sorrir pra todo mundo, de ser querida com todo mundo, enquanto que a gente sempre tem que está buscando essa relação, e as pessoas não buscam essa relação com a gente. Os homens não buscam essa relação com a gente. Então, a gente tem que está sendo num processo de proatividade, de estar buscando um relacionamento com os homens, sendo legais com eles, e quando a gente não faz isso, não existe o processo deles fazerem isso com a gente. Então a gente está sempre tendo que agradar os machos. Sabe? Tipo, então se a gente não agrada, a gente não serve. Então a gente é grossa, a gente é mal-educada, a gente não fala nada, a gente não gosta deles.”*  
(Carol)

O fator geracional, aparenta desnaturalizar elementos que passavam em tons de “brincadeira”. As mais jovens identificam esses rótulos com roupagem de “elogios” inconvenientes como assédio, ao passo que as mais velhas, muitas vezes os compreendem

como piada, identificam como um mecanismo machista mas consideram como sendo menos grave, ou risível. Como observado na fala da Nadine ao discorrer sobre sua experiência.

*“Episódios tiveram. Algumas coisas vêm. Aí vem sempre aquela questão também da figura da mulher como um símbolo, né? No sentido, ‘ah, é bonita, é bonitinha, não sei o que...’ Óbvio que isso sempre vinha. Né? Mas isso... tanto que eu nem, eu nem grave. Eu sou daquelas mulheres assim: não é que eu faço de conta que não exista, porque efetivamente existe. Mas não me atinge. É, no sentido de dizer assim: não, eu sou muito maior do que isso. Eu nem respondo. Então assim, alguns episódios aconteceram, acontece! Que algumas brincadeiras... isso acontecia na polícia, ‘aí quero ser presa por uma delegada bonita’ quantas e quantas vezes eu ouvi isso? Né? E aí eu olhava e dizia ‘ah grande coisa, né? Então assim, estás me achando bonita? Legal, muito obrigada’ E eu levantava a cabeça e seguia fazendo o meu trabalho. E na política eu vou ter essa mesma postura.” (Nadine)*

As parlamentares, ao serem questionadas sobre a influência do estereótipo da “dureza” nas suas trajetórias, percebem que em determinado grau as protege de outras violências políticas de gênero. Nadine ao comentar sobre “a imagem da delegada”, na política, acredita que talvez a blinde em partes de processos de violência na política, mas não completamente.

*“Talvez sim. Eu acho que sim, eu acho que tem uma carga, não blinda completamente, né? Porque a gente vive numa democracia, então hoje eu estou licenciada inclusive do cargo, continuo sendo delegada, mas licenciada das funções, eu não me aposentei, estou afastada cumprindo um mandato eletivo e não tenho, seria injusto da minha parte se eu dissesse que não, eu acredito que sim né? Pelo histórico que eu tenho, que há uma... talvez um respeito diferente de uma outra mulher que chega aqui sem essa condição, de ser uma carreira jurídica. porque eu venho de uma carreira jurídica, eu venho de uma força de segurança que tenha o poder de polícia, que também representa de alguma forma o poder de polícia, né? Então acho que seria completamente injusto, não me blinda totalmente. Isso é fato. E com o passar do tempo menos ainda, né? Eu tenho essa convicção de que isso vai acontecer. Agora que ajuda, sem sombra de dúvida, né? Acho que acho que sim, seria injusto se eu dissesse que não.” (Nadine)*

Já Stela acredita que por ter fama de “dura”, alguns adversários tinham medo de enfrentá-la.

*“Até isso assim, acho que eu tenho um pouco, assim... o perfil que eu acabei construindo, que não é um perfil, é muito como eu sou... porque via de regra a política é um espaço muito da máscara... do personagem, do arquétipo... e eu não sou isso, eu sou anti isso, lamentavelmente, né? E eu acho que por isso eu acabei sempre passando uma imagem muito de seriedade. As pessoas passam aquela ideia*

*de que 'A Stela é muito dura. Ela é muito não sei o que'... Bom, então se eu passo isso, pro bem e pro mal tu está entendendo? Isso me ajuda de alguma forma e me prejudica de outra forma, tu entendes? Porque muitas pessoas me veem com pouca solidária, né? Porque 'ah é uma mulher, mas ela não é maternal, porque via de regra se espera, que por ser mulher sejamos maternais, e não sei o que lá', mas então essa imagem que eu acabei constituindo que na minha opinião tem muito a ver com o meu próprio arquétipo eu sou muito assim ela me ajudou muito nisso. As pessoas têm medo, um pouco de me enfrentar, tu entendes? Sempre tiveram assim, então, eu acho que isso de alguma forma me protegeu. Entende?" (Stela)*

Ao discorrer sobre as eleições de 2020, Stela evidencia ter sido um divisor de águas em sua trajetória, em um momento de questionamentos sobre o seu papel e capacidade, em que a sua idade, na época 55 anos, era apontada como um fator negativo.

*"Eu acho que é interessante, foi uma eleição muito interessante também porque ela deu demonstrações a mim pessoalmente, né? E eu acho que as pessoas que estavam no meu entorno também, da força que a gente tem, né? Do quanto que a gente representa ainda e do vigor que tem. Porque também em alguns momentos o fato de ter passado cinquenta anos, a gente sofre com aquela coisa de que... sabe?! que é o etarismo mesmo, de 'ah essa aí já está acabada! / o tempo dela já passou e tarará...' né?" (Stela)*

Por ter dedicado mais de três décadas à política, Stela compartilha como foi a transição desses arquétipos, quando era jovencinha, "a bonitinha", ao longo da trajetória a "dura", "a louca", até a "acabada".

*"Quando eu concorri a prefeita, imagina isso há, noventa e seis, então quase trinta anos atrás, e eu era a única candidata mulher em meio, nós éramos sete candidatas, seis homens e eu a única mulher; e eu lembro-me que num dos debates que foi feito, acho que um dos poucos que foi feito, eu estava num palco assim e eu estava com as pernas assim cruzadas de bota né? Era inverno eu estava de bota bem agasalhada e aí bateram uma foto de baixo pra cima e botaram assim no jornal lá da cidade "A Gata de Botas". Eu era a única, né? E eu era uma gatinha mesmo. A guriuzinha, eu tinha trinta e dois anos quando eu fui eleita prefeita. E aí eu era uma gatinha mesmo. A gata de Botas então é interessante isso. E assim como lá no início então a gata de botas e depois muitas vezes a louca. A louca né? 'Dura, briguenta, ela hoje está impossível,' quer dizer; cansei de ouvir isso, 'não, hoje já está impossível'. Ah, os colegas falavam e às vezes até as mulheres. Né? Isso também é reproduzido por nós mulheres, né? Colegas, companheiras que trabalhavam junto comigo mais próximo até 'impossível, está impossível, né?'. Porque Deus o livre, tu poder ficar brava, tu sapatear, tu querer as coisas." (Stela)*

E conclui falando sobre como lidar com a derrota em 2018 acompanhada desses rótulos, arquétipos e expectativas moldou o seu processo de amadurecimento. Stela, se

entende hoje como um ser político muito mais pleno, ciente dos seus limites e potências.

*“Então toda uma caminhada e uma trajetória que eu acho que ela começa com a derrota em dezoito, passa por vinte e nos traz de volta, né? Com essa plenitude que eu estava te falando. Inclusive com a plenitude, eu diria assim, de aceitar eu, nas minhas condições, que é verdade! Eu não sou mais uma jovem de vinte e quatro anos quando eu fui eleita a primeira vez. Eu sou hoje uma mulher de cinquenta e oito. Vou fazer cinquenta e nove anos. Né? Eu não tenho que querer e me esforçar e me desdobrar pra ser a deputada da juventude. Eu não serei deputada da juventude, eu sou uma deputada que represento uma outra galera, né? Um outro tipo de área de setor, né? E setores que eu posso representá-los bem ainda, né?” (Stela)*

## **2.9 “NA MINHA SIMPLICIDADE DE QUEM NÃO TEVE ESTUDO...”: Percepções sobre o conceito e sobre a lei 14.192;**

*“Por que [os homens] se interessam em nos separar das ciências a que temos tanto direito como eles, senão pelo temor de que partilhemos com eles, ou mesmo os excedamos na administração dos cargos públicos, que quase sempre tão vergonhosamente desempenham?”*

*Nísia Floresta*

É interessante observar as diferenças na percepção das entrevistadas sobre o conceito de violência política de gênero. Algumas entrevistadas escutaram poucas vezes o termo, e não o conheciam com profundidade, mas ao serem questionadas sobre como categorizar este fenômeno, conseguiram esboçar ou exemplificar com elementos que compõem o conceito. A forma como elas percebe a violência, molda a sua visão sobre o fenômeno. No entanto, também ocorreu, de perceber a violência, mas não a atribuir ao fato de ser mulher na política. Da mesma maneira, ocorreu de uma das entrevistadas não conseguir caracterizá-lo, ainda que tenha citado exemplos dessa violência em outros momentos da sua fala.

Nadine, apesar de destacar que não sofreu mas que sabe que existe, caracteriza este tipo de violência como sendo o menosprezo - expressões de **gaslighting** - das mulheres na política.

*“Ah eu acho que o fato de menosprezar - que eu sinceramente não tenho visto isso, como disse aqui, pelo menos dentro da casa (ALRS), a gente tem uma parceria, aliás um respeito... eu vejo o contrário hoje dentro da casa. É um respeito enorme pelas mulheres, pelos outros parlamentares. Então eu não, não vivo isso - Mas o que é que me remete? Me remete realmente ao menosprezo né? Às vezes aquelas coisas assim ‘ah essa aí é descompensada é louca histérica’, né? Porque a mulher tem uma outra característica às vezes de... até pelo timbre da voz, pela forma*



*como a gente, às vezes, se posiciona... Então a gente vê muito isso, né? O menosprezo, acho que a principal violência é nesse sentido, assim, de não... de desconsiderar ou de ah está te manifestando e 'bom, acabou teu tempo', né? E às vezes parece que com os homens eles continuam discutindo e ouvindo. Então acho que o menosprezo nesse sentido, como eu disse, eu não vivi isso, não vivo isso aqui dentro, mas a gente sabe que existe, então me, me remete a esse tipo de violência”*  
(Nadine)

Para Stela, a violência política de gênero não atinge somente às mulheres que estão na política, ela reflete na sociedade. A parlamentar, caracteriza como sendo a forma de reação dos homens à presença das mulheres em um espaço que sempre foi deles. Uma forma sistêmica de manutenção do poder patriarcal.

*“Eu acho que a violência de gênero na verdade, ela não deixa de ser a violência de um modo geral a qualquer mulher, né? O fato é que na questão da violência de gênero política, na questão do espaço público, político, ele ainda é um espaço... - especialmente o político partidário, quando a gente está como um parlamentar ou como executivo - ele ainda é um espaço onde nós somos minoritárias. E na minha opinião os homens sentem-se, eles sentem-se ameaçados por nós. E aí a forma deles, né? Tentarem nos intimidar é assim, né? Nos violando né? [...] Cometendo e reagindo com a violência ser a política de gênero, né? É uma forma de buscar nos intimidar.”* (Stela)

Ao encontro desta percepção, Sabrina também compreende como sendo uma reação à participação feminina.

*“Acho que conceituaria numa questão de participação também das mulheres dentro do próprio espaço, né? Porque eu vejo assim, muitos partidos tem... hoje precisa ter equidade, né? Uma participação de homens e mulheres iguais, pra ter financiamento, enfim pra ir pra campanha, e não há uma real intenção de colocar mulheres que vão assumir o posto realmente, mas colocam ali como se fossem questões de fachada, sabe? Isso é uma agressão muito forte, sabe? Porque é como dizer assim, não, 'se fosse mulheres aptas pra sumir, a gente colocaria, mas não tem', sabe? E isso é muito mentira. Mas acontece muito. E, é uma agressão muito grande, dentro dos partidos. Então, se tem equidade, se tem um espaço pras mulheres assumir, e tem muita mulher qualificada pra assumir, elas têm que estar, e muitos casos são impedidas de estarem justamente pra não competir com esses homens que estão dominando esse espaço e temem perder esses espaços, né?”*  
(Sabrina)

Bruna afirma que é um instrumento violento que tira as mulheres da política, e exemplifica citando a trajetória da Manuela D’ávila e da Marielle Franco. Aponta que na política a violência é uma barreira, que as mulheres sabem desta barreira, e que é um limite

que define a prevalência ou não das mulheres na política. Cita também o adoecimento mental fruto deste processo.

*“Nós temos um exemplo, né? Eu acho que o afastamento da Manuela é um dos maiores exemplos de como funciona o afastamento das mulheres do cotidiano político. Toda, toda mulher que ocupa a política todos os dias ela pensa em desistir, todos os dias. Eu penso todos os dias, todos os dias eu penso, em algum momento da minha vida, ‘o que que eu estou fazendo?’ Mas ao mesmo tempo, também a gente sempre encontra motivações pra se manter, né? ... Assim, eu acredito que todas as mulheres que ocupam a política sabem que a violência é a barreira, a violência é a barreira que diz se a gente segue ou não né? O limite, porque a violência é um limite. A Marielle é um... foi tirada da política, arrancada da política da forma mais brutal, né? Esse é o ponto extremo. Agora, uma série de outras mulheres se afastam da política pelo ambiente violento. Porque escolhem as suas famílias, porque escolhem sobreviver ou viver. Infelizmente uma parcela de nós nem tem esse direito. Eu não me considero com esse direito, sabe? As mulheres negras estão nessa trincheira inclusive, né? De um adoecimento mental porque a violência política ela também adoce a gente mentalmente. Então eu acho que tem, a violência política hoje, é sem dúvida nenhuma uma das maiores barreiras de inserção e ocupação das mulheres na política” (Bruna)*

Já Carol, resume sua percepção sobre violência política de gênero, elencando elementos objetivos e subjetivos.

*“Violência política de gênero pra mim tem a ver com a restrição, com o impedimento, com as questões que ou afastam as mulheres da política ou então dificultam a atuação política das mulheres, né? E ela pode se manifestar de muitas formas, seja através do parlamento ou nas organizações sociais e elas têm facetas objetivas, né? Que é da questão objetiva das mulheres ter, por exemplo, responsabilidade de tripla jornada e tal e que só ocupa a vida das mulheres. Então faz com que ela tenha menos tempo pra estar na política desde questões subjetivas, né? Que estão mais relacionadas ao ambiente, ao ambiente da política, ser um ambiente masculino, masculinizado e feito por homens e para homens, né?” (Carol)*

Silvia, por outro lado, mesmo tendo citado em outros momentos de sua fala situações de violência política de gênero, no momento de explicar o que entendia por este conceito, percebi um grau de insegurança. Justifica *“Olha na minha simplicidade de camponesa que não tinha muita oportunidade assim de estudo, de me aprofundar na técnica...”* e segue elencando as pautas do movimento social que constrói.

*“...enfim, mas pra mim esse tipo de violência está muito vinculada a tudo aquilo que a gente faz né? Nas nossas ações sociais que a gente faz, lutar pela reforma agrária e não ser respeitado, não ter o direito de ter essa terra. Não ter o*

*direito de ter o alimento que sai dessa terra pra mim é uma violência política, né? Passar fome, nossos filhos e filhas passar fome, porque a gente não tem a terra pra produzir. Não ter escola, não ter o transporte pros nossos filhos ir pra uma pra aula com dignidade, não ter uma escola em várias áreas dos nossos assentamentos isso é uma violência política né? Então essa ofensiva do agronegócio contra os pequenos agricultores, contra a reforma agrária, dizendo que o agro é pop, o agro é tudo, e o que a gente faz que é produzir comida, que quer não usar veneno, que isso não é desenvolvimento, isso é uma violência, né? Dizer que agricultura não tem fundamento que não desenvolve o país, que não dá rentabilidade. Isso é uma violência política na minha simplicidade né? Acho que tudo isso que o ato da gente conseguir se alimentar três vezes ao dia é um ato político né? Então a gente não tem esse entendimento que passa pela nossa, pela nossa vivência, pela nossa humanização, isso não é violência política né? Da mesma forma violências né? Os feminicídios, que acontecem, as violências, os vários tipos de violência, né? Psicológica, enfim. São atos políticos que são cometidos contra as pessoas, né? Tudo pra mim, tudo está vinculado a política né? Seja é... de gênero, seja dessa política mais partidária, também né? Mas tudo isso...” (Silvia)*

Em relação à lei 14.192, ainda que achem necessária, tanto parlamentares quanto às militantes perceberam poucas diferenças após sua entrada em vigor. Bruna discorre sobre a importância do arcabouço legal e a necessidade de haver fiscalização e implementação desta lei.

*“Eu acho que é um marco importante, eu acho que ela ainda não é efetiva. Mas pelo menos é... nós mulheres, a gente tem provocado a implementação dela. Ela não é efetiva, né? Eu não senti, toda violência que eu sofri em dois mil e vinte ela se reproduziu em vinte e dois. Né? De forma ainda mais agressiva porque eles sabiam quem nós éramos, né? Ou eles sabiam quem eu era, eles sabiam em qual potencial que tinha, então foi ainda pior, né?” (Bruna)*

Nadine compreende como sendo uma lei necessária, apesar de não conseguir realizar um panorama de antes e depois da lei entrar em vigor.

*“Ela ainda é necessária, né? Que bom que a gente não precisasse ter, mas infelizmente é como eu disse, não é porque não acontece... sim, não acontece comigo e pode acontecer amanhã. Ah, não aconteceu comigo que eu não reconheça que isso existe. Claro que existe. Como disse pra mulher sempre é mais difícil e na política mais ainda. Então eu acho que é uma lei, uma lei necessária. Não teria como te dizer o antes e o depois. Mas olhando de fora infelizmente não vejo muita diferença. Né? Acho que isso se falou mais. Eu acho que freia de alguma forma. Principalmente os pares, digamos assim, né? Que também são políticos em dizer, opa! Tem algo aqui e infelizmente o Brasil funciona muito né? Se não tiver uma punição, se não tiver, parece que.. clara, né? Precisa de regras. Então eu acho que ela é necessária, não*

*poderia, não teria condições de dizer se melhorou, mas no âmbito geral com certeza deve ter melhorado, né? Por quê? Porque faz pensar. A simples existência já faz pensar pra que se evite que casos aconteçam.” (Nadine)*

Às demais pontuaram que não conhecem a lei com profundidade, apesar de já ter escutado falar.

## **2.10 “SE O CONGRESSO FOSSE MAJORITARIAMENTE FEMININO EU TENHO CERTEZA DE QUE SERIA DIFERENTE”: Percepções do que pode ser feito para mudar o cenário de violência;**

*“trazemos conosco a marca da libertação de todos e todas.*

*Portanto, nosso lema deve ser: organização já!”*

*Lélia Gonzalez*

O cenário de limitações e violências contra as mulheres no exercício da política é cotidianamente enfrentado por parlamentares e militantes. No entanto, como exemplificado por Foucault em *A história da sexualidade I: A vontade de saber*, (1977. p.90) “lá onde há poder há resistência” de modo que essa correlação de forças implica em uma persistência no confronto para superar as dificuldades, agressões e constrangimentos impostos às mulheres no espaço político.

Na percepção das entrevistas existem algumas medidas para superar este cenário. Nadine acredita na importância de abrir o diálogo com a sociedade, “*o que os partidos poderiam fazer. Falar sobre o assunto. Né? É o que tu também estás fazendo. Né? De alguma forma. É debater, é falar, é não esconder, é tornar visível isso também pra que a gente evite. Acho que essa é uma das formas”*.

Stela, profunda dizendo que acima de tudo, “*Denunciar, não admitir e resistir a isso, é o nosso papel”* na sua opinião a violência como arma política “*é um processo ainda muito medieval”*, acredita que vivemos, no Brasil, em um estágio ainda muito atrasado de desenvolvimento das mulheres na política

*“Por exemplo, no Congresso Nacional, a gente assiste uma reunião de comissão, tchê um troço louco. Tu pegas ali duas, três mulher no meio daquela homarada toda. Tu entendes? E mulheres... é claro que até o número de homens intimida as mulheres. Até o número de homens intimida. Então assim, nós precisamos lutar muito ainda pra garantir a equidade, porque isso equivale, na minha opinião, a botar por terra a violência política de gênero. Seja no espaço parlamento, seja no espaço executivo. Lutar pra garantir isso. Então assim, eu estou hoje me preparando pra concorrer e disputar de novo a prefeitura de uma cidade. Eu*

*tenho que exercitar isso. O meu mandato precisa exercitar isso. Eu também fui me dando conta disso com o tempo. Que a gente precisa exercitar isso. Tem que ter um número de mulheres num número importante de mulheres em espaços chave. De poder. Pra que elas estejam empoderadas né? Pra que elas possam garantir que outras mulheres se empoderem também. Então, a gente precisa exercitar isso. Se eu virar prefeito, ano que vem de Alvorada, eu preciso garantir isso. Ainda em que pese que é uma luta grande ainda, porque como a gente está muito atrasada, nós temos também poucas mulheres preparadas inclusive. [...] Então a gente precisa estar preparada e puxar pelas mulheres. Aquela coisa de que nós temos que puxar que mais e mais mulheres né? Possam estar prontas pra ocuparem os espaços de poder, né?” (Stela)*

Acredita também, que para que as mulheres possam concorrer em condições de igualdade com os homens, acima de tudo, são necessárias políticas afirmativas, que equilibrem a disputa. Complementa discorrendo sobre o papel da mídia e necessidade de visibilidade para a luta das mulheres, além das datas específicas como o 8 de março, ao pontuar que não afere ao longo do ano, a mídia dando espaço para o estímulo da participação política feminina.

*“Acima de tudo, né? Tu tens que oportunizar as chamadas compensações, né? uma mulher vem pra política quando ela tem condições de vir. E tu tem que criar um ambiente pra que ela possa vir. Então acho que acima de tudo criar um ambiente.[...] É oportunizar que tenha espaços pras mulheres deixarem os filhos, terem espaços pras mulheres poderem ir para uma formação.[...] Chamar as mulheres e ouvi-las é importante também, né!” (Stela)*

Já na percepção de Bruna, a discussão social está acontecendo, a deputada percebe que a sociedade em si tem refletido, mesmo que não haja uma intencionalidade orgânica. “Mesmo uma mulher não se entenda feminista, ela entende a importância do lugar dela, de ela conseguir ocupar determinados espaços”. Aponta que o feminismo é uma palavra que foi muito combatida, o que gerou um distanciamento de muitas pessoas do termo, o que ela atribui como sendo a partir de campanhas de rede do fascismo.

*“Agora todas as mulheres, ou boa parte das mulheres nesse contexto social que a gente vive hoje, elas refletem sobre a sua condição de ser mulher e elas entendem a importância, porque tu perguntas pra uma mulher seja em qualquer ambiente, “tu achas que tem que ganhar menos pela tua condição de ser mulher?” Ela vai dizer que não. Isso vai ser espontâneo. Então tem uma reflexão sobre, não tem uma organização tão avançada quanto nós precisaríamos sobre. Então acho que a sociedade ao longo do tempo tem se movimentado.” (Bruna)*

Bruna aponta que no que diz respeito à mídia e aos partidos, existem tarefas que devem ser encaradas com mais seriedade. *“Hoje nós temos um arcabouço legal que proporciona essa discussão. Porém, ainda é tímida a estratégia partidária pra que esse arcabouço legal ele consiga se materializar na mudança estrutural dos partidos.”*

*“Até hoje eu não entendo porque que é que nós temos um ministro da educação. Nós deveríamos ter uma ministra da educação porque setenta por cento dos nossos lares no Brasil são chefiados por mulheres, né? Quando eu falo da escola de turno integral, os homens não entendem. Agora, quando eu falo de uma escola de turno integral para as mulheres, elas entendem. Por quê? Porque tem um comportamento social que é diferente. Na cultura do machismo faz com que os homens não se preocupem com a família. A cultura do machismo faz com que as mulheres sejam as responsáveis pela família. Então quando a gente fala do contexto da escola, eu falo muito da luta pela vaga na creche, foi central pra mim, é central pra tantas mulheres como eu, e foi central nessas duas estratégias de mandato. Quando nós falamos que essa é uma estratégia fundamental inclusive pra discutir os partidos eles ficam olhando "ah o que tem a ver a vaga na creche?" As mulheres não vão ocupar a política se a escola não for integral e se elas não tiverem a vaga na creche garantida. Porque somos nós que chefiamos as nossas famílias. Então eu tenho certeza que os partidos e a comunicação social, né? Se isso, se hoje infelizmente nós temos uma militância paga, né? Uma militância midiática paga. E essa... ela corresponde ao mercado e não a mudança da sociedade que a gente precisa. Né? Então eu acho que campanhas né? Da importância das mulheres já acontecem, mas ainda são tímidas né? E que precisam casar aí com esse arcabouço legal que vem lentamente dando alguns sinais né? mas ainda são tímidos. Eu acho que estrategicamente ainda são tímidos os instrumentos que a gente tem por uma disputa de lugar de poder.” (Bruna)*

Silvia acredita que a mudança neste cenário de violências políticas passa pelo aumento da participação e do envolvimento da sociedade nas construções, *“eu acredito que talvez nem dependa muito né? Dos partidos, enfim dos movimentos sociais. Depende muito de nós acreditar que é possível a gente fazer, construir uma política boa, justa, uma política humanitária”*. Destaca que a construção política vai além dos partidos, *“A gente tem vivido várias ofensivas assim que só mostra que essa política, somente partidária, Com suas raras necessidades ela não dialoga muito com as dificuldades das pessoas, com a dificuldade das mulheres,”* e afirma que é preciso acreditar nas mudanças porém que elas não se darão em uma sociedade capitalista, machista, patriarcal e racista e destaca: *“A gente precisa fazer viver novamente esse sonho de que essa política boa, bonita, justa, que ajuda, ela existe!”*.

Conclui apontando que é somente a unidade entre as mulheres do campo e da cidade que será capaz de promover mudanças profundas e superar as violências.

*“Olhando pras mulheres sem terra, eu posso dizer que a gente tem sim sempre uma fé muito grande de vida, né? A gente acha que se a gente acreditar, e se a gente ir construindo, e se a gente for colocando pessoas lá que de fato entrem, pra fazer a diferença, pra mudar, pra lutar por dias melhores pras mulheres, pros nossos filhos, talvez seja possível, sabe? Mas não depende muito de quem já está nesses poderes, né? Porque quem já está lá e não faz, não vai fazer, né? É quem não está e que acredita que precisa entrar pra fazer o diferente. E que isso não é fácil, né? Olhando pra um público pobre preto, né? É bem mais difícil. Mas não é impossível, né? [...]*

*Eu diria que a unidade do Conjunto das Mulheres, do campo e da cidade, das mulheres da classe trabalhadora, que vai fazer com que a gente supere todas as violências. Que a gente conquiste coisas boas, pras mulheres, pra juventude, pros filhos, pras filhas, pros homens que também são nossos companheiros de luta, né? E que essas violências tem uma sociedade capitalista que impõe pra que homens e mulheres se sintam inimigos uns dos outros, né? E a gente precisa ter essa clareza política de que nós não somos inimigos uns dos outros. Homens e mulheres nós não somos inimigos, né? Mas há uma sociedade que ganha quando a gente é julgado como inimigo. Quando há uma relação de poder do homem sobre a mulher, né? Quando há uma violência extrema contra os sujeitos LGBT. Porque alguém ganha muito dinheiro com isso, né? Alguém ganha muito dinheiro quando há violência, quando há dores, quando há fome, quando há miséria, quando há exploração. E que a gente precisa ter essa clareza política e lutar contra isso, sabe? Lutar contra todas as formas de violência,[...] essa violência da desumanização... Então dizer que a gente precisa lutar contra isso todos os dias né? Se fortalecer se ajudar, né? Se ajudar enquanto organização, enquanto sociedade civil que luta pelo direito da vida humana, né? Da dignidade. E acho que isso é o que nos leva a seguir, né?” (Silvia)*

Sabrina cita que dentro dos movimentos sociais um dos passos que estão sendo construídos para o enfrentamento à violência política de gênero é a criação dos protocolos e modificações dentro das coordenações sobre como atuar frente a qualquer ato ilícito, no entanto, a nível de sociedade compreende que para modificar este cenário é somente com uma revolução.

*“Aí tem que ter uma ruptura mesmo, tem que ter revolução minha querida, porque não há equidade, sabe? Assim como a Krupskaya, fala que “não há emancipação real das mulheres se eu pra sair e militar eu preciso botar outra mulher pra cuidar duma criança ou de um idoso no meu lugar, isso não é uma emancipação real” então a gente vive ainda um cenário em que algumas mulheres vão conseguir ascender, e outras ainda vão precisar estar restrita a um espaço do cuidado, ou um*

*espaço de um ambiente que é colocado como o espaço da mulher, né? É muito fácil você ir, você vai pra uma ciranda do movimento, você vai ver mulheres atuando na ciranda e que bom que existe na ciranda, né? Que é onde a gente pode pelo menos garantir que as meninas estudem e levem suas crianças. Mas aí a realidade ainda precisa ser modificada, e é toda uma estrutura ideológica, política, social, pra mudar uma outra identidade pra gente realmente ter essa sessão.” (Sabrina)*

Bruna evidencia que a violência política de gênero é fruto de uma disputa “*pra alguém sentar, alguém precisa levantar, né?*”.

*“Pra que a política mude uma série de homens, tem que entender a importância das mulheres ocupar esse espaço e os partidos tem que entender essa como uma estratégia fundamental pra mudança da sociedade. Se o congresso ele fosse majoritariamente feminino eu tenho certeza que ele seria diferente.” (Bruna)*



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apontado anteriormente, o Brasil é um país que ainda hoje carrega marcas de um violento processo de colonização, que resultou em um ambiente político em que as violências sociais se manifestam e reproduzem as desigualdades e a estratificação social. De modo que às camadas marginalizadas, são - quando não impedidas - violentadas ao acessar espaços de poder, tornando as mulheres - independente da sua idade, etnia ou posicionamento político ideológico - alvos destas violências.

Ainda que às violências contra às mulheres que estão na política institucional obtenham mais visibilidade por serem muitas vezes televisionadas, pelo maior alcance das redes das parlamentares e figuras públicas, pela maior atenção da mídia, existem muitas semelhanças entre os processos vividos entre parlamentares e militantes de movimentos sociais, especialmente no que diz respeito às percepções sobre às micro agressões e assédios. Durante a etapa da pesquisa exploratória, para a produção do projeto que orientou a construção deste trabalho, havia, como hipótese inicial, a percepção de que ser parlamentar proporcionaria um certo nível de proteção se comparado às mulheres militantes. Hipótese esta que caiu por terra, no momento de analisar os relatos destas mulheres em relação a suas vivências. É certo que uma mulher que faz política na institucionalidade tem mais visibilidade, mas não há maior proteção ou privilégio, tendo em vista que mesmo nestes espaços os cuidados ou proteção para prevenir violências são muito escassos quando não, inexistentes.

No que diz respeito à entrada na política, embora haja muitos processos que geram afastamento das mulheres dos espaços de poder, há também processos de resistência, como observado nos relatos das entrevistadas. A entrada destas mulheres na política, pôde ser sistematizada em três fatores: a) necessidades práticas da vida - demandas territoriais como vaga na creche, contra fechamento de posto de saúde etc, b) ideal romantizado - desejo de mudar o mundo, e c) influências familiares, podendo mais de um fator influenciar simultaneamente.

Avaliando as percepções das entrevistadas, os papéis de gênero, no que diz respeito ao tempo de cuidado da família, é uma das maiores causas de culpabilização das mulheres. O consumo de tempo, tendo em vista que as agendas, a organização em si, não pensa na maternidade, a exposição pública, as reuniões fora de horários comerciais, as viagens e os impactos das violências políticas sobre os filhos que crescem vendo às mães serem atacadas permeiam o cotidiano destas mulheres. Ainda hoje, tendo em vista a estrutura patriarcal

enraizada na sociedade brasileira, o que se espera é que os espaços públicos sejam dominados por homens, o que é posto em xeque por essas gerações de mulheres que vem ocupando estes espaços e não restritas ao mundo privado, ao cuidado familiar, o que ocasiona reações por vezes violentas, outras vezes implícitas. As mulheres acabam induzidas a sentirem que falharam com as famílias, mesmo que elas tenham uma rede de apoio, com as avós, tias, maridos, consolidada, a culpabilização da mulher precede o reconhecimento da importância da ação política produzida por ela. Foram narrados pelas entrevistadas processos de convencimento da família para fazer parte da rede de apoio para possibilitar sua ausência, visto que este é um ponto chave que muitas vezes determina se a mulher vai ter condições de seguir ou não na política.

A insegurança e o sentimento de “não ser boa o suficiente” é uma constante na trajetória das mulheres que muitas vezes são levadas a questionar a própria capacidade, fruto dos mecanismos de subjugação presentes no próprio ambiente político que constroem. Exemplos destes mecanismos são: o silenciamento, a validação de algo já dito por meio de explicações masculinas como se a mulher não fosse capaz de defender um ponto, às interrupções, a hiper associação da imagem da mulher a de um homem também militante a colocando como “manipulável”, narrativas de dureza ou fragilidade.

Existe um reconhecimento de que a prática política cotidiana é um elemento de formador, contudo, um dos geradores de insegurança mais potentes que surgiram no percurso de entrevistas, foi no que diz respeito à formação acadêmica e tempo de estudo sobre pautas políticas, que gera hesitação, vergonha, que muitas vezes passou por timidez. Uma vez que as mulheres, conforme aferido nos relatos, passam constantemente por interrupções, têm sua capacidade posta em dúvida, precisam estar constantemente provando com dados e fontes o que estão dizendo, têm suas falas constantemente questionadas, constata-se que às mulheres nos espaços políticos não são tímidas, elas deixam de ocupar os espaços de fala por serem intimidadas pelo meio. Enquanto as entrevistadas percebem que os homens se sentem mais confortáveis para fazer falas ainda que sem estudo ou domínio das pautas em debate.

A superação dessas inseguranças, tomando como exemplo a experiência das entrevistadas, ocorre a partir do convívio com outras mulheres. Do mesmo modo, a relação com o feminismo e a auto identificação das mulheres enquanto feministas ocorre de forma distinta entre parlamentares e militantes. Ao passo que as mulheres de movimento sociais narram suas trajetórias com o feminismo de forma mais assertiva, as parlamentares apresentaram mais dúvidas até chegarem a se auto identificar, ficando nítido um processo de convencimento das parlamentares pelos movimentos de mulheres.

A convivência intergeracional de mulheres na política propicia aprendizados importantes, uma vez que desnaturaliza situações de assédios e violências. Uma vez que as mais velhas já participam dos debates sobre questões de gênero há mais tempo e se mobilizam a partir deles, as mais jovens tendem a reconhecer mais facilmente as violências políticas em decorrência do gênero em seus meios de atuação.

Na política de representação institucional, as mulheres são menos de 18%. Nos movimentos sociais, no entanto, as entrevistadas percebem uma composição mais paritária na base, uma vez que às mulheres, por sentirem primeiro os efeitos da precarização da vida, acabam sendo as primeiras a se organizar. No entanto, ao olhar os espaços de direção dos movimentos, elas observam que não há paridade.

Um destaque observado nas falas das mulheres é em relação às cobranças, por vezes implícitas, que sofrem ao estar em espaços de direção, o que implica em múltiplos aspectos da vida. Ser uma mulher dirigente, militante, ou figura pública demanda balancear inúmeras exigências, tendo em vista que das mulheres é demandado equilíbrio, não radicalização, ao passo que lidam com silenciamentos, tentativas de intimidação. Tanto na política institucional como na não-institucional se observa, por meio da análise das falas das entrevistadas, um cuidado para falar sobre o problema sem expor o partido ou organização que faz parte, um senso de responsabilidade e dever.

Ainda assim, a violência política contra as mulheres, muitas vezes, inicia dentro das organizações que elas sentem a responsabilidade de preservar em nome do projeto político que constroem. Violências que muitas vezes ocorrem de forma implícita, como atribuir narrativas de incapacidade por conta das emoções, ou posicionando as mulheres por meio de rumores e fofocas que as colocam como “manipuláveis”, fator observável mesmo em espaços de direção.

É importante pontuar que em agremiações mistas, construídas por homens e mulheres, mesmo que sejam pró-feministas, feministas, ou, ainda que não se intitulam feministas, mas que defendam os direitos das mulheres, há reprodução do machismo internamente. É a máxima expressa na frase “O machismo tá no mundo, mas também tá aqui dentro<sup>45</sup>”, e isso pode ser aferido nas experiências das entrevistadas e na constatação da Sílvia de que as organizações não estão isoladas do mundo. Ou seja, se reflete dentro das organizações às estruturas da sociedade em que está inserida, mesmo que haja uma ideologia de combate a

---

<sup>45</sup> Frase que intitulou uma oficina de formação feminista que ministrei no 5º congresso da UEE Livre RS, em 2017, pelo coletivo Maria Bonita - Mulheres pela Mudança, nome do coletivo de mulheres do Movimento Mudança. Movimento que construí de 2015 até seu encerramento em 2018;

essas violências, de modo que o desafio é combater as violências contra as mulheres internamente para que elas possam ocupar a política para combater as violências externas. No entanto, essas tarefas são concomitantes.

Toda a estruturação da política institucional é masculina, desde as condições do espaço físico, existência ou não de banheiros femininos, temperatura do ambiente, até a lógica de organização, horários de reuniões, etc. Ao passo que toda a estrutura constringe as mulheres a não participar, se tornou necessário a adoção de estratégias para reivindicar ou serem respeitadas no exercício da política, como o exemplo da Bruna ao não dar acordo nos projetos a serem votados; ou da Stela afirmando que muitas vezes foi necessário *'agir como se homem fosse'* para ser escutada e reagir a tentativas de intimidação.

A necessidade de masculinizar a imagem ou a postura para ser respeitada, é uma constante nos relatos das entrevistadas. Desde a roupa até a forma de falar. É um processo tão marcante que algumas mulheres se apropriam dele como a Stela, a Carol e a Sabrina, como uma estratégia para o enfrentar no cotidiano, ou percebem que essa é uma via possível de reação, ou o negam no discurso, como a Nadine, que orienta sua fala ao contrapor, o que ela aponta como sendo uma certa cobrança por uma masculinização, passar uma imagem de *"mulher perigosa, que anda armada"*, a partir de valores que ela associa à "essência" da mulher - baseada num ideal de feminilidade - que ela tenta preservar na sua atuação política.

Ao longo da pesquisa foram constatadas diferenças nas percepções das entrevistadas em relação ao fenômeno da violência política de gênero. Nem todas souberam conceituar e, em determinados momentos, afirmaram não vivenciá-la, apesar de terem narrado episódios de violência pelo fato de ser mulher. Surgiu em todas as falas que se trata de uma forma de reação à presença das mulheres em um espaço marcadamente masculino. Quanto à Lei Nº 14.192, que estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher, as parlamentares não identificaram diferenças entre o antes e depois de sua implementação, mas todas reconhecem a importância de ter um arcabouço legal para proteger às mulheres no âmbito institucional. Contudo, em situações de violência, a maioria das entrevistadas optou por não judicializar e a única que judicializou não obteve resultado, evidenciando um limite das instituições jurídicas na defesa das mulheres. Apontam que - entre os movimentos de mulheres, secretaria, setor ou coletivo que toca a pauta das mulheres dentro do movimento misto ou partido - existe muito apoio e solidariedade - ainda que muitas vezes a violência nasça dentro dos próprios partidos e movimentos.

Por fim, fica evidente que a presença das mulheres na política, sustentada a duras penas - às vezes, a custo das próprias vidas - evoca muitos questionamentos, tensiona as

estruturas vigentes e registra uma fissura no sistema patriarcal. Por meio desse corte, há uma abertura. A presença das mulheres nas instituições de poder pode ser vista também como um convite à revisão das normas, à adesão a novos valores, à consideração de uma ótica que também enxergue os atravessamentos dos afetos. Ao estarem presentes e se encontrarem na política, as mulheres crescem e produzem o que há de mais potente e genuíno: a possibilidade de transformar a sociedade e fazer nascer algo novo. Um novo sentido no fazer político.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Livros:

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. Sejam Todos Feministas. p. 59. 2015. ED. Companhia das Letras. Disponível em: <https://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosUpload/7771/material/LIVRO%20Sejam-Todos-Feministas.pdf>
- ALVES, Branca. Moreira. Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980.
- BEAUVOIR, S. O segundo Sexo: Fatos e Mitos. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BUTLER, Judith. "Sujeitos do gênero/sexo/desejo". In: \_\_\_\_\_. Problemas de gênero. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 141-151 [O homem cordial]
- CRUZ, Maria Isabel da. A Mulher na Igreja e na Política. Editora outras Expressões. São Paulo. 2013. 1. ed. ISBN: 978-85-64421-40-0.
- D'ÁVILA, Manuela. E se fosse você? Sobrevivendo às redes de ódio e fake news. 2020. ISBN: 978-65-992344-0-8
- D'ÁVILA, Manuela. A REVOLUÇÃO LAURA. Editora Belas Artes. 2019. Caxias do Sul. ISBN: 978-85-8174-474-2
- FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Editora Elefante. 2017. ISBN: 978-85-93115-03-5.
- FOUCAULT, Michel. A história da sexualidade I: A vontade de saber, 1977. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque 13.a Edição. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2940534/mod\\_resource/content/1/Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade-1-A-Vontade-de-Saber.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2940534/mod_resource/content/1/Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade-1-A-Vontade-de-Saber.pdf) .
- PRADO Jr., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo, Editora Brasiliense, 23ª edição, 1994. 390 p.
- WEBER, M. "Die drei reinen Typen der legitimem Herrschaft." In: Wirtschaft und Gesellschaft, 4ª edição, organizada e revisada por Johannes Winkelmann. Tübingen, J.C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1956. v. II, p.551-58. Trd. Os três tipos puros de dominação. Por

Gabriel Cohn. In WEBER, Max. Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais. n. 13. São Paulo: Ática, 1979. pág. 128-141.

### **Capítulos de Livro:**

MOURA, Clóvis. População e Miscigenação no Brasil. In Dialética Radical do Brasil Negro. 1994. Revista Princípios nº 80, ago-set/2005, pag: 38-41. Transcrição e HTML: Fernando A. S. Araújo. Disponível em >  
<https://www.marxists.org/portugues/tematica/revistas/principios/pdf/080.pdf>

ROUSSEFF, Dilma. Misoginia e manipulação da mídia brasileira. in. Coletânea: Sempre foi sobre nós: Relatos da violência política de gênero no Brasil. p. 48-63. org. D'ÁVILA; Manuela. ISBN: 978-65-992344-1-5

SANI, Giacomo. CULTURA POLÍTICA. IN: Dicionário de Política. 1998. Editora UNB. < Disponível em: [https://mpassosbr.files.wordpress.com/2013/03/dicionario\\_de\\_politica.pdf](https://mpassosbr.files.wordpress.com/2013/03/dicionario_de_politica.pdf) > Acesso em 27/09/21

SANI, Giacomo. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA. IN: Dicionário de Política. 1998. Editora UNB. < Disponível em: [https://mpassosbr.files.wordpress.com/2013/03/dicionario\\_de\\_politica.pdf](https://mpassosbr.files.wordpress.com/2013/03/dicionario_de_politica.pdf) > Acesso em 27/09/21

### **Artigos:**

ALBAINE, Laura. Obstáculos y desafíos de la paridad de género. Violencia política, sistema electoral e interculturalidad. Íconos. Revista de Ciencias Sociales. Num. 52, Quito, mayo 2015, pp. 145-162. Disponible en <https://revistas.flacsoandes.edu.ec/iconos/article/view/1675/1304>

ANDRADE LIMA, E. C. de. A CONSTRUÇÃO DAS IMAGENS PÚBLICAS DE DILMA ROUSSEFF E MICHEL TEMER NAS REVISTAS SEMANAIS. Revista Feminismos, [S. l.], v. 6, n. 3, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/32996>. Acesso em: 16 mar. 2023.

BESTER, G. M. Aspectos históricos da luta sufrágica feminina no Brasil\*. Revista de Ciências Humanas. Florianópolis. v. 15. n.21. P.11-22. 1997. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/download/23351/21028/0>>. Acesso em: 14 mar. 2023.

COSTA, A. A. A. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Revista Gênero*, v. 5, n. 2, 19 fev. 2013.

DUMONT, M. P. Elementos para uma análise do machismo. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, 1980. Pg. 81 -5. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/108171/ISSN1984-0241-1980-3-81-85.pdf?sequence=1>

FERREIRA, J. S. W.. A forma urbana patrimonialista: limites da ação estatal na produção do espaço urbano no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 24, n. Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg., 2022 24, p. e202228pt, 2022.

Johnson, V. E., Nadal, K. L., Sissoko, D. R. G., & King, R. (2021). “It’s Not in Your Head”: Gaslighting, ‘Splaining, Victim Blaming, and Other Harmful Reactions to Microaggressions. *Perspectives on Psychological Science*, 16(5), 1024–1036. <https://doi.org/10.1177/17456916211011963>

KROOK, Mona Lena; RESTREPO SANIN, Juliana. Género y violencia política en América Latina. *Conceptos, debates y soluciones. Polít. gob, México*, v. 23, n. 1, p. 127-162, jun. 2016. Disponível em <[http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1665-20372016000100127&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-20372016000100127&lng=es&nrm=iso)>. acessado em 7 agosto 2021.

Lutzky, U., & Lawson, R. (2019). Gender Politics and Discourses of #mansplaining, #manspreading, and #maninterruption on Twitter. *Social Media + Society*, 5(3). <https://doi.org/10.1177/2056305119861807>

MATOS, M.; PARADIS, C. G.. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. *Cadernos Pagu*, n. Cad. Pagu, 2014 (43), p. 57–118, jul. 2014.

PINHO, Tássia Rabelo de. “Debaixo do Tapete: A Violência Política de Gênero e o Silêncio do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 2, e67271, 2020.

PRÁ, Jussara Reis. *Cidadania de Gênero, Democracia Paritária e Inclusão Política das Mulheres. Gênero na Amazônia*, Belém, n. 4, jul./dez., 2013. Disponível em: <http://generonaamazonia.ufpa.br/edicoes/edicao-4/artigos/artigo-1-jussara-para.pdf>



WERBA, G. C.; CARVALHO, M. C. Não nos deixam falar, então não somos interrompidas: a linguagem sexista propagando a discriminação de gênero. Revista de divulgação científica: Conversas Interdisciplinares, v. 14, n. 1, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/ci/article/view/3481/0>

#### **Teses, Dissertações e Trabalhos de Conclusão de Curso:**

ARAÚJO, Rafaela dos Santos Aguiar de Castro. "Violência política de gênero contra a mulher no Brasil". Tipo. Trabalho de Conclusão DIR - Graduação. UniCEUB. 2020. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/14831>

MIRANDA, M. DA G. G. P. O Estatuto da Mulher Casada de 1962. Tipo. Trabalho de conclusão de graduação. URI <http://hdl.handle.net/10183/90299>.

#### **Trabalhos apresentados em Eventos Científicos:**

MACHADO, Gabriel Simon. Violência política de gênero: um estudo sobre a trajetória de Anita Pires. Anais do XVII Encontro Estadual da ANPUH-SC. 2018. ISSN: 2316-1035. Disponível em: [https://www.encontro2018.sc.anpuh.org/resources/anais/8/1535488137\\_ARQUIVO\\_3Violenciapoliticadegenero.pdf](https://www.encontro2018.sc.anpuh.org/resources/anais/8/1535488137_ARQUIVO_3Violenciapoliticadegenero.pdf)

OLIVEIRA, A.-E Menicucci de. As relações de Gênero entre pais e filhas/os na solidão da tortura: reflexão de uma experiência ANPOCS -XX Encontro Anual -outubro de 1996 -Caxambu. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/20-encontro-anual-da-anpocs/gt-19/gt08-15/5372-emenicucci-as-relacoes/file>>. Acesso em: 14 mar. 2023.

SANCHEZ, Beatriz Rodrigues. “NÃO VÃO CALAR A VOZ DE UMA MULHER ELEITA”: AS DISPUTAS EM TORNO DO CONCEITO DE VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO. 12º Encontro da ABCP. Democracia & Desenvolvimento UFPB. Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/web/system/files/documentos/eventos/2021/01/nao-vaocalar-voz-mulher-eleita-disputas-torno-conceito.pdf>

SARTI, Cynthia. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA LASA, 21., 1998, Chicago. Anais... Chicago: Illinois, set. 1998. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lasa98/Sarti.pdf>

TIMOTEO, C. Q. As transformações do movimento feminista no Brasil e sua relação com a América Latina. Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina.

“Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro”. ISSN 2177-9503. 2013. Disponível em: <[http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v7\\_carolina\\_GVII.pdf](http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v7_carolina_GVII.pdf)>.

### **Documentos jurídicos:**

BRASIL. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 97, DE 4 DE OUTUBRO DE 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc97.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc97.htm)

BRASIL. LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm)

BRASIL. LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm)

BRASIL. LEI Nº 12.034, DE 29 DE SETEMBRO DE 2009. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm#art3](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm#art3)

BRASIL. LEI Nº 12.737, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12737.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12737.htm)

BRASIL. LEI Nº 12.650, DE 17 DE MAIO DE 2012. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12650.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12650.htm)

BRASIL. LEI Nº 12.845, DE 1º DE AGOSTO DE 2013. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12845.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12845.htm)

BRASIL. LEI Nº 13.718, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm)

BRASIL. LEI Nº 14.192, DE 4 DE AGOSTO DE 2021. Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/Lei/L14192.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14192.htm)>.

RIO GRANDE DO SUL. Violência Política de Gênero: A Maior Vítima é a Democracia. 2022. Procuradoria Especial da Mulher. AL/RS.

### **Documentos de acesso exclusivo em meio eletrônico:**

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Parecer sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, ADPF/186, apresentada ao Supremo Tribunal Federal. <https://fpabramo.org.br/2010/03/24/cotas-parecer-de-luis-felipe-de-alencastro/>

BRASIL DE FATO RS. Filha do deputado Leonel Radde é ameaçada de estupro e assassinato. Redação: Jornal Brasil de Fato RS. Porto Alegre. 20 de Março de 2023 às 16:04.

Edição: Marcelo Ferreira. Disponível em:

<https://www.brasildefatores.com.br/2023/03/20/filha-do-deputado-leonel-radde-e-ameacada-de-estupro-e-assassinato>

CONY, Danielle. Machismo velado. Blogueiras Feministas. 2011. Disponível em: <<https://blogueirasfeministas.com/2011/01/07/machismo-velado/>>. Acesso em: 30 mar. 2023.

ENTRETENIMENTO, Band. AGORA É TARDE - Entrevista Manuela D'Avila. Band. São Paulo: 19/06/2012. Programa de Televisão. Disponível em: <https://tvuol.uol.com.br/video/manuela-davila-participa-do-agora-e-tarde-de-19062012-0402CD1C3172C8893326>

GASMAN, Nadine; BIROLI, Flávia. Marielle Franco: democracia, legado e violência contra as mulheres na política. 2018. ONU Mulheres. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/marielle-franco-democracia-legado-e-violencia-contras-as-mulheres-na-politica/>

HAJE, Lara. Baixa representatividade de brasileiras na política se reflete na Câmara. Agência Câmara de Notícias. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/554554-baixa-representatividade-de-brasileiras-na-politica-se-reflete-na-camara/>

MONNERAT, Alessandra; SARTORI, Caio; Beraldo, Paulo. Dia da Mulher: Brasil é Vice-lanterna em representação feminina no congresso. O Estadão. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,dia-da-mulher-no-congresso-brasil-e-vice-lanterna-em-listas-de-representacao-feminina,70002746442>

PONTES, Nadia. Brasil é líder em mortes de ambientalistas na última década. Deutsche Welle. 29 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/brasil-%C3%A9-l%C3%ADder-em-mortes-de-ambientalistas-na-%C3%BAltima-d%C3%A9cada/a-63279660#:~:text=Balan%C3%A7o%20da%20ONG%20Global%20Witness,26%20mortes%20somente%20em%202021.&text=O%20Brasil%20%C3%A9%20o%20l%C3%ADder,no%20mundo%20na%20%C3%BAltima%20d%C3%A9cada>

RÁDIO SENADO. O Brasil é o país onde mais se assassina homossexuais no mundo. 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2018/05/16/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-homossexuais-no-mundo>

TIBURI, Márcia. A máquina misógina e o fator Dilma Rousseff na política brasileira. Revista Cult. 20 de julho de 2016. Disponível em:

<https://revistacult.uol.com.br/home/maquina-misogina-e-o-fator-dilma-rousseff-na-politica-brasileira/>. Acesso em: 20 de setembro de 2019.

### **Dossiê**

Acontece, ANTRA, ABGLT, 2023. Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2022 / Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). – Florianópolis, SC: 73f. ISBN: 978-65-994905-2-1. Disponível em:

<https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2023/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2022-ACONTECE-ANTRA-ABGLT.pdf>

Dossiê Femicídios. POR QUE AS TAXAS BRASILEIRAS SÃO ALARMANTES?. Instituto Patrícia Galvão. Acesso em: 07/08/2023. Disponível em:

<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/femicidio/capitulos/qual-a-dimensao-do-problema-no-brasil/>